



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Educação

Kássia Priscilla Maciel Santiago

***Prefeito, já temos um porto. Cadê a cidade?***  
**A organização da sociedade civil em Itaguaí – RJ**

Rio de Janeiro

2014

Kássia Priscilla Maciel Santiago

***Prefeito, já temos um porto. Cadê a cidade?***  
**A organização da sociedade civil em Itaguaí – RJ**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre, ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Orientador: Floriano José Godinho de Oliveira

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/A

S235

Santiago, Kássia Priscilla Maciel.

Prefeito, já temos um porto. Cadê a cidade? : a organização da sociedade civil em Itaguaí - RJ / Kássia Priscilla Maciel Santiago. – 2015.

173 f.

Orientador: Floriano José Godinho de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

1. Políticas Públicas - Itaguaí (RJ) - Teses. 2. Sociedade Civil - Itaguaí (RJ) - Teses. 3. Movimentos sociais - Itaguaí (RJ) - Teses. I. Oliveira, Floriano José Godinho de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III Título.

CDU 364(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Kássia Priscilla Maciel Santiago

***Prefeito, já temos um porto. Cadê a cidade?***  
**A organização da sociedade civil em Itaguaí – RJ**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre, ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Aprovada em 2 de dezembro de 2014

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira (Orientador)  
Políticas Públicas e Formação Humana, UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Deise Mancebo  
Políticas Públicas e Formação Humana, UERJ

---

Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ

Rio de Janeiro  
2014

## AGRADECIMENTOS

“Todas as coisas foram feitas por Ele, e sem Ele, nada do que foi feito se fez. Nele, estava a vida e a vida era a luz dos homens”. Um amor que eu não merecia e não se explica.

A mamãe e papai, Verônica e Ricardo, por todo amor, compreensão e carinho que permeiam a minha vida. Ao Zé, por todas as conversas de adolescência, por todo companheirismo nos momentos críticos e por todas as andanças noturnas de volta para casa. Muito do que vivemos está aqui presente, muito daqueles dias fazem de mim o que sou hoje. Obrigado, mesmo. As meninas do Zé: Milena, Diana e Lara! Família linda do Zé, que, de tão linda, faz a gente ter esperança em um amor que tudo suporta, que tudo supera e que a cada dia se embeleza e cresce mais.

A família que me adotou: sogro Ziurãn, sogra Oquisan e cunhado Lucas. Obrigado por terem me acolhido no momento que eu mais precisei, obrigado por continuarem fazendo isso. Mais grata ainda sou pelo exemplo cotidiano de amor e harmonia. Nunca terei palavras para expressar o tamanho da minha gratidão o quanto venho aprendendo.

A Jovita, a Tatiane e ao Igor, por toda amizade e carinho durante esses anos e pela compreensão nos momentos em que eu não estive presente, pelas conversas longas e produtivas, pelos conselhos nos momentos de crise. Afinal, amigos são a família que agente escolhe. A professora Ana Lúcia da Costa Silveira, do Ctur, por me ensinar o que é amor e dedicação ao trabalho que se faz. Ao Ctur, por me ensinar a diferença entre estar vivo e existir.

Ao meu orientador, professor Floriano, por toda a paciência em meus múltiplos momentos de insegurança e pavor. Uma orientação fundamental neste caminho complicado, espinhoso e surpreendentemente prazeroso.

Ao meu marido, João, o amor da minha vida. *“Não importa o que aconteça, amo muito você e o meu coração sempre será seu”*. Pela compreensão por todas as mudanças que esses poucos anos de estudos provocaram em mim. Obrigado por se manter ao meu lado diante da catarse; sei que não é fácil. Obrigado por não reclamar das milhares de vezes que eu falo de Itaguaí, por entender meus horários loucos, minha rotina insana, minhas opções de vida e aceitar minhas trincheiras e

minhas batalhas. Obrigado por saber que no final você é o fundamental da minha vida. *“Ainda bem que você vive comigo, por que senão como seria essa vida?”*

"Isto é o que o rei que reinará sobre vocês reivindicará como seu direito: ele tomará os filhos de vocês para servi-lo em seus carros de guerra e em sua cavalaria, e para correr à frente dos seus carros de guerra. Colocará alguns como comandantes de mil e outros como comandantes de cinquenta. Ele os fará arar as terras dele, fazer a colheita, e fabricar armas de guerra e equipamentos para os seus carros de guerra. Tomará as filhas de vocês para serem perfumistas, cozinheiras e padeiras. Tomará de vocês o melhor das plantações, das vinhas e dos olivais, e o dará aos criados dele. Tomará um décimo dos cereais e da colheita das uvas e o dará a seus oficiais e a seus criados. Também tomará de vocês para seu uso particular os servos e as servas, o melhor do gado e dos jumentos. E tomará de vocês um décimo dos rebanhos, e vocês mesmos se tornarão escravos dele. Naquele dia, vocês clamarão por causa do rei que vocês mesmos escolheram, e o Senhor não os ouvirá".

Todavia, o povo recusou-se a ouvir Samuel, e disseram: "Não! Queremos ter um rei. Seremos como todas as outras nações; um rei nos governará, e sairá à nossa frente para combater em nossas batalhas".

## RESUMO

SANTIAGO, Kássia Priscilla Maciel. ***Prefeito, já temos um porto. Cadê a cidade?***: a organização da sociedade civil em Itaguaí – RJ. 2014. 173 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

O objetivo desta dissertação é apreender o modo como a sociedade civil em Itaguaí-RJ se organiza diante do processo de reestruturação econômica contemporânea, em um recorte temporal fixado entre 2001 e 2013. Diante da concepção marxista de Estado, com seu domínio exercido pelo capital, apresentam-se os empreendimentos implantados nas últimas duas décadas na cidade, tendo como norte os impactos que tais empreendimentos produziram no tecido social local. Fundamentado no conceito de Gramsci de “sociedade civil”, esta dissertação produz um olhar sobre a organização dos munícipes, em suas características tradicionais, seus avanços e limites, especialmente através das associações de moradores e dos Conselho de Segurança Pública e Conselho de Saúde.

Palavras Chave: Reestruturação Econômica. Direito à Cidade. Produção do Espaço. Sociedade Civil. Movimentos sociais. Associações de Moradores.



## ABSTRACT

SANTIAGO, Kássia Priscilla Maciel. *Mayor, we have a port. Where the city ?*: the civil society in Itaguaí - RJ. 2014. 173 f. Dissertation (Master in Public Policy and Human Formation) - College of Education, State University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

The aim of this work is to understand how the civil society in Itaguaí-RJ is organized on the contemporary economic restructuring process, in a time frame set between 2001 and 2013. Given the Marxist conception of the State, with its dominance of the capital, presents the projects implemented in the last two decades in the city, with the north impacts that such projects produced in the local social fabric. Based on the concept of Gramsci's "civil society", this work produces a look at the organization of the citizens in their traditional features, its advances and limits, especially through neighborhood associations and the Council of Public Security and Health Council.

Keywords: Economic Restructuring. Right to the city. Space production. Social movements.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 –	Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Ceperj	18
Imagem 2 –	Pátio de Estocagem Tecon na Rodovia Prefeito Goulart de Souza 1	49
Imagem 3 –	Pátio de Estocagem Tecon na Rodovia Prefeito Goulart de Souza 2	49
Imagem 4 –	Plano Mestre do porto de Itaguaí	50
Imagem 5 –	Traçado do Arco Metropolitano	52
Imagem 6 –	TKCSA	56
Imagem 7 –	TKCSA por satélite	56
Imagem 8–	Imagem de satélite LLX-EBX e Área Portuária Usiminas	59
Imagem 9 -	Problemas de conservação da estrada em Ilha da Madeira	59
Imagem 10 -	Túnel Prosurb EBN	60
Imagem 11 -	Imagem de satélite da Área Industrial de Itaguaí	61
Imagem 12 -	Prosurb-EBN	62
Imagem 13 -	Imagem de Satélite Zona Industrial de Itaguaí e Zona Industrial de Santa Cruz	62
Imagem 14 -	Slide Firjan	64
Imagem 15 -	Prédios em construção em Itaguaí	66
Imagem 16 -	Gráfico das tipificações criminais roubo, roubo a transeunte e roubo a residência em Itaguaí, entre os anos 2000 e 2012	73
Imagem 17 -	Gráfico das tipificações criminais homicídio doloso, tentativa de homicídio e homicídio culposo, em Itaguaí, entre os anos 2002 e 2010	74
Imagem 18 -	Painéis na Expo de Itaguaí 1	82
Imagem 19 -	Painéis na Expo de Itaguaí 2	82
Imagem 20 -	Painéis na Expo de Itaguaí 3	83
Imagem 21 -	Painéis na Expo de Itaguaí 4	84

Imagem 22 -	Painéis na Expo de Itaguaí 5	84
Imagem 23 -	Imagem de satélite dos areais da Estrada de Piranema	88
Imagem 24 -	Projeto do Parque Municipal de Itaguaí 1	102
Imagem 25 -	Parque Municipal de Itaguaí	103
Imagem 26 -	Imagem de satélite do Parque Municipal de Itaguaí	103
Imagem 27 -	Imagens do Calçadão de Itaguaí antes das obras	104
Imagem 28 -	Projeto Calçadão em 2012	104
Imagem 29 -	Calçadão de Itaguaí 2014	105
Imagem 30 -	Stand expositor de Itaguaí na Expo 2014	108
Imagem 31 -	Banner CSN	108
Imagem 32 -	Banner Sepetiba Tecon	109

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Evolução populacional e demográfica de Itaguaí entre 1940 e 2011	20
Tabela 2 –	Rima Porto Sudeste	75
Tabela 3 –	Rima Porto Sudeste 2	76
Tabela 4 –	Listagem dos Vereadores Eleitos Entre 1996 e 2002	97

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
1	<b><i>A ESTRUTURA QUE REESTRUTURA – O ESTADO CAPITALISTA COMO PROTAGONISTA DA REESTRUTURAÇÃO ECONOMICA DA REGIÃO METROPOLITANA: O CASO ITAGUAÍ/ RJ</i></b>	27
1.1	<b><i>O princípio do princípio do princípio – A construção da cidade que se habita como cidade satélite ou um olhar sobre a formação de Itaguaí enquanto cidade</i></b>	29
2	<b><i>QUANDO O VELHO E O NOVO COEXISTEM EM TUDO AO MESMO TEMPO AGORA – VOCAÇÃO DAS CIDADES, EMPREENDEDORISMO E PREFEITOS PROFISSIONAIS VS MANDONISMO, CURRAL ELEITORAL E LEGISLATIVO ESTÁTICO</i></b>	78
2.1	<b><i>A política formal em Itaguaí – Entre novas e velhas práticas</i></b>	79
3	<b><i>JÁ OUVIU A HISTÓRIA DO BEIJA-FLOR E DO INCÊNDIO NA FLORESTA? DA ORGANIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO AOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA E SAÚDE: UM DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E A SOCIEDADE POLÍTICA NA AÇÃO DO ESTADO</i></b>	112
3.1	<b><i>Da metodologia da pesquisa</i></b>	113
3.2	<b><i>É que organizando eu posso desorganizar - As Associações de Bairro Como Lugar de Participação Democrática em Itaguaí Contra Hegemonia na Sociedade Civil?</i></b>	118
	<b>CONCLUSÃO</b>	161
	<b>REFERÊNCIAS</b>	165
	<b>ANEXO A - Roteiro de Entrevista</b>	173

## INTRODUÇÃO

“(…) Tu sabes, conheces melhor do que eu a velha história. Na primeira noite eles se aproximam e roubam uma flor do nosso jardim. E não dizemos nada. Na Segunda noite, já não se escondem: pisam as flores, matam nosso cão, e não dizemos nada. Até que um dia, o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a luz, e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E já não podemos dizer nada. (…)”

*Eduardo Alves*

Este trecho do poema “No caminho com Maiakóvski”, de Eduardo Alves da Costa, tem sido constantemente ventilado na internet através das mídias sociais. É sabido que a propagação de um ideário pela via cultural é passível de produzir discursos que assumem a roupagem de verdades inquestionáveis, tornando-se tanto produtora quanto reflexo das ideias vigentes socialmente. Desta forma, propaga-se que aceitamos passivamente a verdade do poema de Costa de que ninguém é capaz de repudiar um inimigo depois que ele instala em nossas terras; diz-se que devemos derrotar o mal, o inimigo que vem de fora e toma nossas posses, em seu princípio, porque do contrário, ele se instalará e será tão maior que não poderemos combatê-lo. Então, pensamos, que se esteja atento para repudiar as ideias e nos mobilizarmos antes que estas se instalem porque depois de sua instauração nos restará apenas aprender a conviver com o produto de nosso conformismo, com o resultado de nossos medos.

No campo acadêmico, assim como nas organizações políticas de esquerda, defende-se que sofremos de uma apatia no concernente à nossa vontade de mobilização, o que em muitos discursos assume a pecha de irremediável incapacidade de articulação política que seja embrionariamente fruto da sociedade civil e que não se constitua como uma organização moldada, formulada e controlada por grupos políticos partidários. Julga-se que os longos anos de perseguição aos movimentos sociais ocorridos durante a Ditadura Militar (1964-1985) associados à

década seguinte ao fim do período ditatorial militar, em que o Estado foi governado sob a bandeira neoliberal, teriam reduzido drasticamente a capacidade de articulação da sociedade brasileira, produzindo uma profunda inanição na social. Além disso, argumenta-se, que, especialmente no concernente aos movimentos sociais ocorridos na região da Baixada Fluminense do estado do Rio de Janeiro nas décadas de 70 e 80, a cooptação pelas prefeituras de lideranças dos movimentos sociais no princípio dos anos 90 teria agravado ainda mais a capacidade de articulação popular, ao desmontar as estruturas organizadas existente durante o período ditatorial.

Inúmeros trabalhos científicos têm versado à cerca da crise dos movimentos sociais brasileiros após os anos 80, apresentando esta crise em múltiplos aspectos; SIMÕES (2010) aponta para uma vertente de análise do período, expondo a perspectiva de que durante os governos de Fernando Collor (1990 - 1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) as elites irromperam doze anos de governo neoliberal, o que teria levado as organizações sociais a um esvaziamento de poder dada a promoção da desmobilização das organizações trabalhistas e a cooptação das lideranças dos movimentos pelo Estado. Os anos em que o Brasil esteve sob liderança do neoliberalismo, afirma Simões, teriam tido um impacto ideológico nas organizações sociais de esquerda, levando-as a um pensamento associativista pragmático, pensamento este que culmina por compreender como possível a coadunação entre os interesses populares e a perspectiva de ação de grupos que tradicionalmente baseiam seu poder no cerceamento das autonomias populares. Diz Simões que os anos 90 foram marcados pela maior dependência dos movimentos sociais das estruturas de poder do Estado, postergando as ações diretas das massas. Nesta perspectiva, nem mesmo os 12 anos de governo empreendidos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) tem se mostrado capaz ou disposto de romper com a lógica associativista contemporânea.

Diante de uma massa não politicamente engajada, descortinar-se-ia um cenário em que as organizações sociais estariam minguando, produzindo impactos cada vez menores na sociedade. Assim, sem uma adesão popular a projetos que combatam a mercantilização do Estado e que contestem a condição política e social dos não detentores do capital, intuitivamente apregoa-se a ausência de alternativas ao capitalismo, a ausência de possibilidades práticas de enfretamento, e isso de

modo mais crônico no referente as possíveis organizações populares que não tem por palco as metrópoles urbanas.

Apatia propagada no discurso: boa parte dos marxistas não vislumbra uma real evolução socialista ou sequer a emergência de novos movimentos sociais difundidos pela sociedade, que produzam uma crítica ao capital; ao contrário, os movimentos sociais operantes verbalizam uma incapacidade de retirar o cidadão comum do conforto do seu lar, o capital é posto como detentor de um poder que não é passível de ser combatido, sequer flexionado através de derrotas pontuais. Até mesmo no campo da política formal faz-se a leitura de um governo de esquerda como traidor do ideário esquerdista, pondo-o como a serviço dos interesses do capital e compreendendo as ações sociais de tal governo como fruto do que é possível ser alcançado dentro do Estado capitalista.

Percebe-se a assimilação, também por uma parte da academia, da “verdade” de que o inimigo possui um muito maior poder bélico e que este, embora possa ser contestado, não pode ser destituído de seu poder. Falta consciência por parte da população, falta capacidade de organização, falta vontade de organização, falta poder político para modificação, faltam propostas realmente propositivas que levem a novos caminhos. Faltam, faltam, faltam... Sobra poder do capital junto aos governantes do Poder Executivo, sobram influências do capital junto ao Poder Judiciário, sobra a perspectiva de que o Poder Legislativo age comumente como braço do capital.

Diante de todos os limites intrinsecamente presentes na formação cognitiva do pesquisador que são anteriores ao nosso analisar efetivo sobre o objeto de estudo, nossos pressupostos de pesquisa produzem um olhar que reduz a efetiva importância dos movimentos sociais, minimiza o poder de suas conquistas, assim como parte do pressuposto que é próprio do Estado Capitalista inviabilizar as organizações sociais através de múltiplas técnicas, que vão desde a ilusão do Estado como perpetuador do bem comum até o uso da força para manter em vigor os interesses do capital. E essa interpretação não é falaciosa.

No entanto, ao assimilar a percepção da impossibilidade de um real enfrentamento aos interesses dos detentores de poder, somos incapazes de mensurar a relevância das organizações sociais, produzindo um olhar para o mundo que não contempla justamente o aspecto do confronto de interesses na sociedade. Tomamos por menos a fala do cidadão comum, esvaziando sua importância como



um elemento na organização social, pois o que de novo ela poderia produzir em um Estado em que as massas nunca tiveram o controle do aparelho do Estado?

Com assombro, vimos a “Jornadas de Junho”<sup>1</sup> em 2013, como se tal manifestação não fosse, como é, fruto da nossa sociedade. Não são poucos os que apontam o episódio como apenas um ponto isolado na tradição de não participação popular. E não são poucos os que defendem que as jornadas ao não produzirem uma pauta única de reivindicações, aglutinando seus participantes sob uma mesma bandeira, são incapazes de alterar a estrutura da sociedade brasileira. E isso mesmo diante da junção de quase meio milhão de pessoas no Rio de Janeiro tomando as ruas dos Brasil.

Tendemos a restringir a organização da sociedade civil à uma lógica pré estabelecida de ordenamento do mundo que embota a visão e inviabiliza possíveis enfoques nas possibilidades de alteração do modelo vigente. E isto se dá de forma ainda mais significativa quando a negação a forma de desenvolvimento prezada pelo capitalismo é oriunda não de uma grande organização em uma metrópole, mas quando tal pauta organizada emerge no discurso de um pequeno grupo social articulado em uma pequena cidade. Como um pequeno grupo sem capital social poderia influir, mesmo que minimamente, nos grandes interesses capitalistas?

E foi a partir desta circunscrição, em que o mote são os limites e a limitada relevância da organização social interna diante do capital, e não das possibilidades de intervenção da sociedade civil, que meu olhar como pesquisadora se inclinou na tentativa de racionalizar a nova dinâmica territorial e social presentes no município de Itaguaí.

Para compreender as transformações socioeconômicas em Itaguaí e, por conseguinte, meu objeto de pesquisa, é preciso elucidar a dinâmica econômica do estado do Rio de Janeiro nos últimos anos. Segundo Barral Neto e Silva Neto (2008) os dados presentes em diversas pesquisas apontam para uma recuperação da economia do estado do Rio de Janeiro ocorrida basicamente nas últimas duas décadas. Nos anos 80 e no princípio dos anos 90 observou-se o decaimento da economia nacional, em que o capital industrial e financeiro fluminense fora particularmente afetado, o que também incluía a cidade do Rio de Janeiro.

A retomada do desenvolvimento econômico fluminense se dará no meado da década de 90, quando se intensifica a atividade extrativista do petróleo na região de Campos, se consolidando tal atividade como um dos pilares da economia da Região

Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). A importância da atividade extrativista do petróleo para o desenvolvimento local demandou e demanda investimentos públicos, posto ser este um setor tão rentável quanto estratégico para o desenvolvimento nacional. Assim, principia-se um processo de reestruturação dos locais afetados pela produção petrolífera, visando à criação de bases materiais que possibilitem a atividade extrativista, tornando possível o escoamento produtivo dos insumos extraídos dos poços de petróleo.

Importa frisar que há um plano de desenvolvimento vigorante na RMRJ em torno da extração de petróleo, não sendo única meta de tal planejamento a garantia da exploração e do escoamento da produção extrativista petrolífera. O Estado, como um gerador de investimentos, organiza suas ações no Rio de Janeiro visando atrair uma gama de indústrias para o estado; garante não apenas o abastecimento de novas e velhas indústrias à partir da produção de derivados do petróleo no Comperj, em Itaboraí, mas também incentiva a criação de novas indústrias, que terão sua instalação incentivada dada a criação de infraestrutura através da ação do Estado, localizando-se os novos empreendimentos ao longo do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

Esclarece-se que é próprio da indústria do petróleo atrair para si uma gama de indústrias ao seu redor, para que haja a possibilidade da manutenção da atividade exploradora. Especialmente após a promulgação da resolução da ANP (Agência Nacional Petróleo) de número 27 (de 02 de junho de 2011), em que se determina que haja aquisição de bens e serviços da indústria nacional na exploração do petróleo presente no Pré Sal, há a geração de uma enorme demanda por prestação de serviços e produção industrial nacional para tornar exequível a exploração petrolífera, dentro dos moldes de desenvolvimento da indústria nacional orquestrado pelo Estado.

Esta nova base produtiva tem organizado em torno de si alterações em toda a região metropolitana, levando as cidades inclusas no processo às novas práticas econômicas e a novas interações sociais. Analisando a capilaridade do projeto de desenvolvimento em torno da indústria do petróleo, é significativo o surgimento de novas relações políticas, novos usos do espaço e novas alianças regionais e intra municipais. Destaca-se a ampla parceria do Governo Federal, do Governo Estadual e do Governo Municipal nos municípios envolvidos no plano extrativista em torno da consolidação do plano desenvolvimentista da região, embora neste ponto,

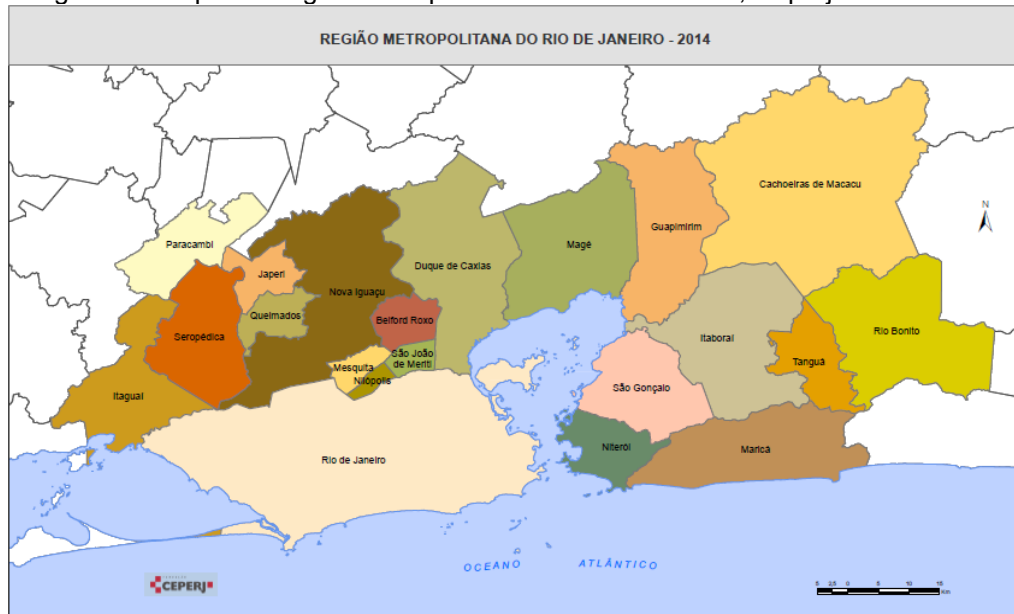
esclarece-se que não há equidades de poder no planejamento do desenvolvimento da RMRJ, com o Governo Federal sendo o grande arquiteto do programa.

Este processo de expansão das bases econômicas da RMRJ culminou em um financiamento de obras públicas e importantes construções em todas as cidades envolvidas diretamente ou não no processo, assim como também em uma expansão de atividades econômicas para fora das divisas da capital do Rio de Janeiro, tradicional ponto acumulador de investimentos públicos e privados. Municípios que outrora não eram partícipes dos investimentos das esferas de governo federal e estadual passam a ser encarados como fundamentais nesta nova estrutura. Campos dos Goytacazes e adjacências, centrais como base terrestre exploradora de petróleo, são exemplos clássicos deste ponto, já que a região em questão tem experimentado desde os anos 90 um crescimento único oriundo tanto dos recursos do poder público quanto pelos investimentos de capital privado.

Como dito, é próprio da atividade extrativista do petróleo mobilizar uma rede de infraestrutura em torno de si. Promove-se assim no Estado do Rio de Janeiro o planejamento regional em função do petróleo, em um plano pautado na racionalidade do ordenamento espacial através de investimentos públicos em infraestrutura visando atrair para dentro das fronteiras fluminenses novos empreendimentos. Neste sentido, destaca-se a importância do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro), em Itaboraí, o qual é planejado para que se instale em seu entorno uma série de indústrias, tanto destinadas a garantir a operacionalização do Comperj quanto indústrias que utilizam os insumos produzidos no Comperj como matéria prima em sua produção. Há então uma inegável elevação da produção fluminense, gerando um aquecimento econômico em todo território.

Minhas indagações acerca do projeto desenvolvimento da RMRJ, especialmente sobre sua incidência no município de Itaguaí se iniciara posto que fui, por mais de dois terços da minha vida, moradora desta cidade atingida intensamente pelo projeto de reestruturação econômica do Estado do Rio de Janeiro (ERJ). Localizado na Baixada Fluminense, este município contava nos anos 1990 com cerca de 80 mil habitantes, tendo sua população ampliada em 2010 em torno de quarenta por cento. Este município se encontra a cerca de 80 Km do centro da metrópole fluminense, a cidade do Rio de Janeiro. Itaguaí é inserida no processo dada a sua localização geográfica privilegiada.

Imagem 1 – Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Ceperj



Como pode ser percebido por meio do mapa, a localização geográfica do município é seu grande atrativo, dada sua proximidade da capital fluminense e fato de possuir uma saída para o mar, através da Baía de Sepetiba. Importa que no plano da exploração estadual do petróleo faltava uma saída via mar, um porto com a capacidade de movimentação de carga e com áreas livres destinadas às atividades industriais, para a produção metropolitana crescente, sendo em função disto que se dera a inserção do município de Itaguaí dentro desta lógica estadual de produção petrolífera. Possuindo uma saída para o mar e tendo um porto utilizado desde o Império (embora esta não tenha se dado de forma contínua). O Porto de Itaguaí fora mobilizado neste novo momento da economia fluminense como peça essencial no que se refere a infraestrutura do estado, sendo a ampliação deste porto necessária para o escoamento da crescente produção extrativista e industrial estadual.

Em 2006 instalou-se em Itaguaí mais um novo mega projeto: a instalação um novo polo siderúrgico, a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), na Zona Industrial – ZI de Santa Cruz que, ao lado da siderúrgica Gerdau e da CSN forma o maior polo siderúrgico brasileiro. Assim, a CSA foi o primeiro dos grandes projetos que viriam a modificar toda a forma de vida no município, mas não o último. Nos anos subsequentes a região atrairá investimentos privados de grandes grupos, como é o caso do Grupo EBX, associada à Vale, além de um grande investimento público promovido pelo Estado através da Marinha do Brasil, sendo o Prosub, responsável pela produção de submarinos no Brasil.

Além dos enormes impactos ambientais, os grandes empreendimentos que vem sendo desenvolvidos no município de Itaguaí tem atraído a especulação imobiliária de forma brutal. Primeiramente, o fluxo de migração para a cidade ocasionada pelo número de trabalhadores envolvidos diretamente na construção de tais obras elevou a população local em mais de 30% em dois anos, momento da efervescência da construção TKCSA, entre 2008 e 2010. A valorização da terra ocasionada pelos projetos recém implementados ou em fase de implementação levam a uma especulação imobiliária na cidade. O preço da terra sobe dada a sua localização, agora privilegiada, e o número de operários mobilizados para a fase de construção eleva em cerca de 200 % o preço do aluguel em Itaguaí.

Os planos do poder público de tornar a cidade base de escoação da produção levaram a enormes investimentos em algumas áreas da cidade, especialmente no referente à infraestrutura. Estes novos projetos têm atingindo a população de modo *sine qua non*, já que, por diversos fatores, o modo de vida citadino tem sido alterado. A cidade, que tinha o orgulho dos seus cidadãos pelos seus ares de cidade pequena, se vê repleta de sujeitos estranhos a si. Oliveira ressalta que:

Sua atuação (Estado) se dirigia mais objetivamente para os interesses de reprodução das condições da produção, e, nesta perspectiva, mesmo os investimentos vistos como sociais passavam a ser realizados numa perspectiva mais instrumental ao capital. Tudo isso, em alguma medida, repercutiu na produção do espaço. (OLIVEIRA, 2008, p.27)

A lógica estabelecida por tais grandes projetos em Itaguaí se dera de forma alheia a participação social. A ideia de implementação dos projetos passa ao largo da democracia local, com o plano de reordenação da lógica social do uso do solo sendo definido em uma parceria entre o Estado e os grandes empresários. Esta forma de gestão do território excluiu a participação democrática no processo decisório, mas acabara deixando a população com o ônus de tais empreendimentos.

Um enorme contingente populacional fora e é atraído para a cidade em função das propostas de empregos temporários ou apenas pela perspectiva destes, sem que, dado o aumento populacional, houvesse um maior planejamento neste campo, levando a cidade ao desordenamento lógico. É o que aponta o relatório do projeto “Porto de Sepetiba: cenários, impactos e perspectivas”:

Além da filosofia que norteou os projetos implementados na Bacia de Sepetiba, cabe questionar seus impactos socioambientais, cuja gravidade

revela ainda mais a desterritorialização desses empreendimentos em relação área distribuída para atores extraterritoriais enquanto sobram impactos essencialmente negativos para as populações locais. (FINEP/ Banco Mundial, CFCH/ UFRJ. 1997/1999 p. 38)

Observa-se o surgimento de engarrafamentos, a disputa por vagas em escolas públicas, o desaparecimento dos peixes que eram base de vida para uma parte da população, além do encarecimento da terra. O município cresce de modo desordenado de tal forma que o oferecimento de serviços como internet, telefone e água tornam-se ainda mais deficitários. O transporte público se mostra incapaz de dar vazão ao novo contingente populacional. Para além da infraestrutura, é de se questionar que impactos objetivos e subjetivos um processo tão vasto de reestruturação do ordenamento lógico seria capaz de produzir na cidade como um todo.

Como dito, Itaguaí enquanto objeto de análise surge a partir de minhas experiências pessoais enquanto moradora da cidade desde minha infância nos anos 90. Pude observar o modificar da cidade nestes quase 26 anos, transformações ainda mais latentes especialmente entre os anos 2000 e 2011. Abaixo se apresenta a tabela de crescimento populacional entre 1940 e 2011, como tentativa de dar pistas quantificáveis para o impacto da reestruturação produtiva do estado do Rio de Janeiro na vida cidadina itaguaiense:

Tabela 1 - Evolução populacional e demográfica de Itaguaí entre 1940 e 2011.

Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1990/91	2000	2007	2011
Habitantes	6.021	13.549	18.329	29.237	49.238	60.689	65.876	95.356	111.171
Hab./Km <sup>2</sup>	21,4	48,17	65,16	103,94	175,04	215,74	291,5	350,57	409,3

Fonte: RODRIGUES, 2012. p. 29

Diante dos dados, percebe-se que entre 2000 e 2011 amplia-se em quase 70% o número de habitantes, considerando estas modificações em um espaço temporal relativamente curto uma vez que ocorrerem em pouco mais de 10 anos. Como moradora, pude perceber cotidianamente a chegada gradual dos quase 45.000 novos residentes na cidade. Especialmente com início das obras da duplicação da rodovia Rio-Santos e da construção da TKCSA a presença dos novos moradores tornou-se mais nítidos. A cidade, que outrora possuía apenas três sinais de trânsito em toda a sua extensão, passava a vislumbrar engarrafamentos em seu

recém-conquistado horário de rush, principia-se um observar habitual de um peculiar desfile de macacões dos sem número de operários agora residentes no interior da cidade que, dado o não reconhecimento como novos integrantes por parte dos cidadãos itaguaiense mais antigos, passaram a suscitar um crescente medo na população como um todo.

Os impactos econômicos ocasionados pela reestruturação econômica também provocaram um estranhamento por parte dos moradores desta nova dinâmica econômica que produziu um impacto na vida social local. De repente, ou assim entendi como moradora da cidade, Itaguaí havia se tornado um polo consumidor e vimos, com um misto de alegria e perplexidade, lojas como a “Taco”, a “DiSantinni”, a “Mr. Cat” fazerem parte do arcabouço de lojas locais. Como não se surpreender, em uma cidade que até 10 anos antes não contava com mais de 30% das ruas asfaltadas, com a possibilidade do caminhar pela cidade poder ser acompanhado de uma casquinha do “Mac Donald” com raspas do chocolate da “Cacau Show”? Como não se alarmar com as notícias de casas sendo alugadas para empresas com aluguel exorbitante de 10 mil reais? Como caminhar tranquilo em uma cidade que percebia o exponencial aumento no número de assaltos a transeuntes? Mas afinal, era para aproveitarmos as novas possibilidades de empregos e negócios ou negar estas possibilidades em nome de uma vida social agora modificado? Era para nos alarmarmos com as modificações em nossa vida comunitária? Era para celebrarmos as notícias que chegavam pelos jornais sobre os novos empreendimentos que seriam implementados em parcerias e negociatas entre o Estado e a iniciativa privada?

As respostas dos itaguaiense a esta nova realidade social foram muitas, como não poderia deixar de ocorrer em uma sociedade com interesses e posições sociais heterogêneas. No decorrer destes anos, a cidade foi palco de inúmeros embates entre a sociedade civil (organizada em diferentes níveis) e o Estado, celebrante com júbilo o aquecimento econômico. O crescimento é ruim? O sim ou não e até mesmo a resposta que contempla a dúvida estão intimamente ligados à posição do sujeito dentro da cidade. A neutralidade não tem espaço sequer dentro da política local, tradicional reduto das elites municipais interessadas em manter e expandir seus negócios fazendo uso do poder do Estado e que se viram diante de novos interesses postos sobre a mesa.

Além da constatação da inegável modificação na vida social e econômica de Itaguaí, a pergunta repetida de diversas formas dentro da cidade é “Quem decidiu essas mudanças?”. MULS (2004) inicia a escrita de sua tese apresentando o estranhamento de seus colegas e dele mesmo com a escolha de Itaguaí como foco de análise:

“Ao escolher como tema de tese o desenvolvimento econômico local de Itaguaí muitos colegas de doutoramento me perguntavam: *Mas Itaguaí? O que é que tem em Itaguaí que te chamou a atenção?*” (MULLS, 2004. p.22)

O autor segue relatando sua incompreensão diante de sua escolha do objeto, já que para ele:

“(…) Itaguaí não se diferenciava muito das inúmeras cidadezinhas satélites, localizadas na periferia dos grandes centros urbanos, que habitam os espaços regionais pelo Brasil afora.” (MULLS, 2004.p. 22)

Pessoalmente, no entanto, Itaguaí é um lugar *sui generis*, e minha questão estava justamente em compreender o processo de reestruturação econômica que afetava a cidade, tendo por foco inicial a exposição do papel da Itaguaí neste processo de reestruturação econômica da RMRJ e pensando nos impactos sociais locais. Tratava-se de uma forma de deixar o processo inteligível para muitos cidadãos itaguaiense, que, apesar de excluídos do processo de decisão da implementação deste novo projeto de cidade, se viam atônitos ante as novas relações sociais emergentes e aos novos usos da cidade.

Pensava no “dissertar” também como instância política, na medida que entendia que o próprio movimento da pesquisa poderia, mesmo que minimamente, dar visibilidade aos dilemas e perspectivas da cidade. Meu intuito inicial em dissertar sobre Itaguaí era justamente tratar das alterações sócio-espaciais que a dinâmica econômica produzira, sempre tendo em vista os impactos destas modificações no cotidiano do cidadão comum. Tencionava que esta dissertação fosse parte da construção de uma narrativa histórica de Itaguaí para os itaguaiense, posto que compreendia que os modos tradicionais de vida citadinos estariam em um momento de transição, sendo importante a confecção de um registro, de um olhar sobre o processo, que pudesse de alguma forma ser um ponto de apoio acerca de uma época para os futuros pesquisadores que tivessem Itaguaí como tema. Além disso,



preocupava-me contribuir no destaque do processo de reconfiguração territorial produzido pela atividade extrativista do petróleo também em Itaguaí, ainda que de forma reduzida.

Esta preocupação em ampliar a bibliografia sobre a cidade não era fruto do acaso e sim iniciada dada a constatação da ausência de uma numerosa produção sobre o local que pessoalmente era para mim tão caro. Durante minha especialização em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR tive a oportunidade de estudar a escalada dos registros de ocorrência em Itaguaí, entre os anos 2002 e 2010. Na referida ocasião me deparei com um misto de surpresa e tristeza com a ausência de trabalhos que pudessem dar conta do meu objeto, o que me levou ao entendimento de que o registro do processo de desenvolvimento econômico era fundamental em uma cidade que possuía um desconhecimento tanto de seu lugar na estrutura regional quanto de seu passado. RODRIGUES (2012) aponta uma suposta capacidade da cidade de Itaguaí em tornar nebulosa sua história, tornando os relatos de moradores muitas vezes mais precisos do que as fontes oficiais de pesquisa. E esta não parece ser somente uma impressão particular do autor, já que, como pode ser observado pela reprodução do fragmento abaixo, esta ausência de bases oficiais fora relatada por outros pesquisadores:

“[...] a memória municipal, além de fragmentada, é extremamente obscura. Com bastante propriedade, Ricardo Muniz de Ruiz, que salvo desejável engano foi o único historiador graduado a dedicar mais de 150 páginas a Itaguaí, definiu a cidade como uma “senhora antiga”, especialmente empenhada em “apagar todos os vestígios do passado.” (MOREIRA, 2005, p. 3 apud RODRIGUES 2012, p. 38)

Movida por estas questões, importava-me, sobretudo a fala dos sujeitos, que em minha perspectiva tiveram sua vida cidadina alterada em função de uma lógica exógena ao território. Tratava-se inicialmente de uma discussão que visava pensar o território e sua reconfiguração em função dos interesses do capital, em uma discussão atravessada por questões amplas, como a globalização, por exemplo. Mas esta perspectiva de análise subtraía exatamente o que eu buscava: a fala e o espaço democrático de intervenção popular na gestão municipal ou ao menos as possibilidades e limites da democracia em uma cidade marcada pela tradicional política clientelista. E durante algum tempo a análise panorâmica do processo encobria o meu olhar para à ação dos sujeitos e grupos sociais organizados, o que

culminava em uma visão estática de uma população homogeneamente sujeita a ação do capital e sem qualquer possibilidade de fala ou negação de um projeto de cidade não pensado no sentido de garantir um espaço público plural. Aceitava eu também a perspectiva de um Estado que dominava plenamente os rumos econômicos citadinos, seja através da força, seja através do chamado “marketing da cidade”, nos termos de Sanchez (2010).

É pra mim evidente que estes processos acontecem, mas não apenas eles. A organização do espaço público é marcada pela luta entre forças com díspares interesses, em uma disputa por poder, pela primazia da aceitação social de um projeto de cidade. E, neste sentido, embora estejamos vendo um capital financeiro cada vez mais articulado com o Estado, também são vislumbrados uma nova estrutura organizativa dos sujeitos da sociedade em Itaguaí. E isso em diferentes escalas.

Por tanto, esta dissertação está especialmente interessada em compreender em que medida o novo quadro sócio econômico local é alterado ou permeável a intervenções da sociedade civil. Aponta-se, como hipótese preliminar, a possibilidade desta nova realidade local ser produtora de uma deterioração das condições de vida locais, em um município que tradicionalmente fora reduto de ausências de políticas públicas visando à equidade social. Em decorrência desta nova realidade sócio econômica, aponta-se a hipótese da ampliação do grau de organização da sociedade civil, principalmente no concernente às organizações de bairro.

Como será apresentada no desenrolar desta dissertação, a sociedade tem se organizado de diversos modos no intuito de garantir seus interesses. E essas associações na sociedade civil são múltiplas, indo desde a mobilização dos pescadores da Ilha da Madeira, defensores do seu modo de trabalho e vida tradicional, até a Associação de Moradores de Vila Margarida, fundamentalmente interessados em garantir que a água encanada seja levada a todos os rincões do bairro.

Em uma via, grupos se arrumam buscando ascender diretamente no campo da política formal, com a presença nas eleições de novos atores sociais e interesses políticos não associados ao referencial desenvolvimentista. Por outro caminho democrático, tem sido observada a efervescência de novos movimentos sociais e

organizações políticas que visam influenciar as ações do Estado, com a presença de movimento de massa, inclusive.

Está em jogo compreender em que medida é possível, dentro de uma sociedade em que os interesses capitalistas estão postos em um projeto extenso de gestão da coisa pública, a sociedade civil organizada alcançar poder junto ao Estado. Em vista da questão primordial desta dissertação estar na capacidade da sociedade de exercer influência no Estado Capitalista, o primeiro capítulo desta dissertação será dedicado à explanação panorâmica do processo contemporâneo de desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro, mais especificamente versando sobre as modificações econômicas e políticas ocasionadas pelo segmento do petróleo e gás na região metropolitana fluminense. Partindo da crise econômica fluminense que atinge o estado na década de 90, apresentaremos a perspectiva de que diante dos problemas econômicos locais, há a elaboração de um plano de crescimento regional integrado em prol do segmento do petróleo e gás. Irão ser expostos os principais empreendimentos que integram este plano, plano este exposto como forma de garantir meios para a reprodução do capital, alterando a configuração do espaço e as relações sociais locais.

Além disso, o primeiro capítulo apresentará a incidência deste plano de desenvolvimento de forma mais específica sobre o município de Itaguaí, contemplando Itaguaí e suas adjacências. Neste tocante, além da exposição objetiva dos empreendimentos que aportam em Itaguaí na última década, far-se-á a apresentação de impactos na vida do cidadão ocorridos no município de Itaguaí em função dos novos empreendimentos.

O segundo capítulo dedica-se a apresentação da política em Itaguaí nas últimas duas décadas, já que esta é um pilar da formação social municipal. Iniciar-se-á com a apresentação da modificação da retórica política do Poder Executivo e do Poder Legislativo do plano nos anos 90, retórica esta delineada com o intuito de promover a cidade como destino turístico, o que se daria dada sua suposta “vocação” natural para a atividade. Será exposto que, diante da reestruturação econômica fluminense, em que Itaguaí será incluída dada a sua localização geográfica privilegiada, este plano turístico será abandonado. Esta vocação – como será abordada no capítulo dois - produz uma visão da cidade como produto a ser vendido, não sendo construída como forma de garantir uma cidade em função dos

interesses e da lógica sócio organizacional dos seus munícipes, o que é incorporado tanto na retórica como nas práticas políticas formais no município.

O segundo capítulo apresentará ainda a perspectiva de que há um novo rearranjo político local, com a emergência de novos poderes e interesses, que, entretanto, não se traduzem como uma ruptura completa com o passado. Assim, novas práticas políticas, como o empresariamento e as Parcerias Público Privado (PPP) coexistem com um quadro legislativo sem mobilidades reais e formas tradicionais de violência políticas. Métodos escusos são ainda usados como forma de garantia da manutenção do status quo, seja esta tentativa de manter velhas práticas mobilizadas para garantir a eleição direta ou apenas com o intuito de não se perder antigos benefícios junto ao poder público, isto por parte das camadas tradicionais economicamente favorecidas.

O terceiro capítulo está destinado a tratar das organizações políticas em Itaguaí, especialmente no que toca as associações de moradores e sua capacidade de organizar interesses comuns entre os moradores e direcionar a ação do Estado para a defesa dos interesses da organização. Compreende-se que a nova conjuntura sócio econômica gera uma conjuntura em que novos problemas urbanos e sociais emergem, produzindo um ambiente em que organizações tradicionais podem ser fortalecidas, ampliando-se a participação democrática do cidadão itaguaiense dentro deste contexto de modificações estruturais na sociedade.

Por fim, o desfecho desta dissertação, como de praxe, estará posto no capítulo de conclusão.

## 1 A ESTRUTURA QUE REESTRUTURA: O ESTADO CAPITALISTA COMO PROTAGONISTA DA REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO METROPOLITANA: O CASO ITAGUAÍ/RJ

“Que importância podem ter alguns milhares de selvagens improdutivos comparada à riqueza em ouro, minérios raros, petróleo, em criação de bovinos, em plantações de café etc.? Produzir ou morrer é a divisa do ocidente.”

*Pierre Clastres. Arqueologia da Violência (2004)*

É uma redundância afirmar que o contexto social no qual se está inserido produz o que entendemos como indivíduo. Se em outro lugar, outra época, outra classe social tivéssemos nascido, provavelmente nenhum reconhecimento teríamos de nós mesmos. É através do contato com outro, de nossa inserção no mundo, de nossa imersão cultural que nos tornamos o que somos. De forma análoga, faria sentido pensarmos em uma organização social não localizada contextualmente? Faz sentido compreender qualquer ação social apartada da sociedade na qual ela está inserida? Faz sentido?

A antropologia nos apresenta a perspectiva de que nossa identidade só é produzida uma vez que estamos em contato com o outro. Que sentido teria em dizer “eu sou” se estivesse eu sozinha no mundo? Que sentido teria o termo “brasileiro” se fôssemos povo de uma só nação? A formação identitária, então, emerge como uma tentativa de produzir uma diferenciação entre nós e o outro.

Deriva disto que nossa identidade social, seja como nação, como grupo ou como indivíduos é socialmente construída, inclusive sofrendo importantes alterações no tempo e no espaço. As relações sociais se alteram profundamente com a mudança contextual, o que significa que nossas identidades sociais também se encontram em constante movimento. Somos favoráveis as ações do governo, e, no entanto, diante de crack da bolsa, em minuto podemos nos tornar eloquentes vozes contrárias ao poder estabelecido; frequentamos durante anos a mesma praça, com os mesmo amigos, até que um carro de som em seus volumes exorbitantes nos impele a outros lugares da cidade; frequentamos a calçada do mesmo bar por 30 anos, até que uma matéria de jornal chama a atenção para o uso privado que a mesa que ocupamos por vinte anos faz do espaço público; ocupamos os mesmos

espaços sociais segundo as práticas sociais difusas por meses, anos, gerações, até que um dia essa lógica é alterada.

Nossa tradicional forma de ocupação do espaço público pode ser transmutada por diversos motivos. Uma mudança de endereço de uma igreja, uma nova casa de show que nos direciona a novas formas de lazer, uma nova estrada em um local em que outrora havia um campo de futebol podem alterar nossa inserção social. E, mais do que isso, as alterações no espaço em que nos socializamos, em que habitamos, podem produzir profundas mudanças na sociabilidade do espaço em questão. Uma rua que se torna classificada como perigosa não é mais abrigo para as brincadeiras noturnas das crianças, da mesma forma que a construção de uma praça com quadra poli-esportiva pode redirecionar o tradicional jogo de basquete em baixo do viaduto, atraindo novos jogadores e/ou repudiando antigos praticantes do esporte.

Na premissa de que o uso do espaço é passível de criar ou modificar as relações sociais que se dão em um território específico, torna-se importante para compreender o arranjo sócio político itaguaiense; ter-se como ponto de partida a exposição das alterações do uso do território que culminam com a reestruturação econômica municipal contemporânea, e que, por conseguinte, impactam as condições de vida local. Perante o contexto social rearranjado e os decorrentes novos problemas, novas questões são formuladas e novas lutas sociais emergem, resignificando organizações sociais tradicionais e criando novas organizações dadas as demandas contemporâneas, uma vez que há a emergência de uma nova sociabilidade entre os partilhantes do espaço público modificado.

Por tal perspectiva analítica, o contexto social é tido como fundamental para compreender a organização da sociedade civil em Itaguaí. Notadamente, as alterações econômicas ocorridas no solo municipal e em seu entorno provocaram uma miríade de novos usos do espaço social, alterando o panorama local profundamente. Logicamente, é dentro deste novo arranjo sócio econômico que a sociedade civil se organiza, com os limites e possibilidades dados em função do contexto social, sendo também nele que suas pautas se estabelecem e se solidificam.

Por isto, este capítulo terá como foco apresentar os grandes projetos formulados e executados principalmente pelo Estado - embora não exclusivamente por ele - que impactam o município de Itaguaí, sejam estes projetos executados e

construídos dentro ou fora das fronteiras municipais, apresentado então a conjectura sócio econômica local atual.

O ponto de partida para a compreensão da sociabilidade em Itaguaí é justamente a apresentação das bases sociais históricas sobre as quais se erguem este reaquecimento econômico contemporâneo. Assim, é de interesse lançar um olhar para a construção de Itaguaí como cidade, especialmente no tocante à construção de suas bases sócio históricas, com a ocupação social do seu território. Compreende-se que a apresentação de um suposto “papel histórico” da cidade é um ponto chave para a análise do modo como os itaguaienses tendem a compreender as atuais modificações oriundas dos grandes projetos metropolitanos, e, tendo isto como ponto fundante, iniciar-se-á este capítulo apresentando elementos da construção do território municipal.

### **1.1 O princípio do princípio do princípio: a construção da cidade que se habita como cidade satélite ou um olhar sobre a formação de Itaguaí enquanto cidade**

Bulttimer (1985, apud RODRIGUES, 2012) diz que “o lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas”. Partindo da premissa de que o conceito de lugar carrega em si subjetividade e é também produto da experiência humana socializada em um território demarcado socialmente – podendo ser politicamente demarcado ou não – é captável que o território que hoje é conhecido como Itaguaí fora ocupado historicamente como forma de suprir as necessidades da cidade do Rio de Janeiro. E não apenas em um momento inicial, já que a reconstituição histórica da formação itaguaiense traz como constante a prática de uso do espaço em função das necessidades da cidade carioca e, mais tarde, dos interesses de desenvolvimento da economia fluminense. Esta perspectiva de criação do local em função das precisões e interesses externos tem levado tradicionalmente a questão do desenvolvimento cidadão para um sub plano, tanto no que toca a questão das formulações das políticas públicas como no que é tangível a compreensão dos próprios itaguaienses à cerca das reais necessidades locais.

Lançando a questão para o pilar da ocupação municipal, temos que a história oficial do município de Itaguaí se inicia no meado do século XVII, pela ação dos

padres Jesuítas nas terras que hoje compõem o território municipal. São os padres de tal confraria que iniciam a colonização do solo, principiando não apenas a catequização dos nativos, mas também introduzindo o plantio extensivo da mandioca e da cana de açúcar.

Fania Fridman (1999) atenta para o fato da Contra-Reforma ter propiciado uma redefinição do papel da Igreja Católica, o que se desenrolaria dentro do plano local em um controle do cotidiano cidadão exercido pela Igreja, dada a influência cultural que é sabido que a religião exerce na vida comunitária e privada da população. Há um domínio exercido por parte das diversas confrarias que estão presentes no Brasil naquele momento, entre elas a jesuítica, em atividades econômicas estratégicas para a vida no Rio de Janeiro. Fridman aponta para o fato do domínio exercido por estes setores da Igreja também se pautarem no controle territorial de uma parcela considerável do Rio de Janeiro. Nessas grandes porções de terras, dominados por esses segmentos da Igreja, em que eram exercidas basicamente atividades agropecuárias, além da catequese dos índios.

Entre estas áreas de domínio não reguladas diretamente pelo Estado português está a Fazenda Santa Cruz, um território que englobava o que hoje é Itaguaí. Inicialmente, desenvolveram os jesuítas neste espaço a cultura de mandioca e do açúcar, além da pecuária. Há relatos, ainda que imprecisos documentalmente, que conferem à confraria a construção de um porto, o porto “Do Casado” que, ironicamente, tinha por função escoar a produção da fazenda para fora do Brasil, em uma rota alternativa ao porto da cidade do Rio de Janeiro; o objetivo de tal porto era o de manter a produção local longe das tarifas alfandegárias e da tutela exercida pelo governo português. Os Jesuítas exerceriam este controle até as Leis Pombalinas (1759), lei esta que emerge como uma tentativa de centralizar o poder nas mãos da Coroa, tornando menor a autoridade e influência da Igreja Católica junto ao Estado. Em decorrência de tal lei, os jesuítas, vistos como uma ameaça à unidade da Coroa, são expulsos do Brasil, perdendo esta confraria, por conseguinte, o controle territorial da localidade.

O povoado, longe da tutela jesuítica, entra em decadência, e é então que se observa o que é provavelmente a primeira retomada de crescimento deste território em função de sua localização. Dado o “Ciclo do Ouro”, ainda no período do Brasil Colônia, Itaguaí seria instituída como uma rota usual de viajantes partícipes da exploração aurífera, tornando-se então parte constitutiva do “Caminho do Ouro” e



ligando as jazidas em Minas Gerais ao porto do Rio de Janeiro. Com o declínio da exploração do ouro dado o esgotamento das jazidas, Itaguaí retorna ao seu patamar anterior de apatia econômica e social.

Após o declínio do Ciclo do Ouro, teremos um reavivamento das atividades no território já no “Ciclo do Café”, período no qual há uma produtividade basicamente agrária e diversificada considerável na região, produzindo o município café, açúcar, aguardente e cereais. A produção agrária no município se manteve, até que o município de Campos despontara como detentor dos grandes engenhos cariocas, levando à um monopólio campista da produção açucareira. Em outra frente, o Oeste Paulista esmagaria a produção cafeicultora fluminense, já que se tornara o principal produtor do café com menores preços e qualidade superior ao café fluminense, neutralizando a concorrência.

Soma-se a este quadro de deterioração local, o fim da escravidão, que inviabilizou uso da mão de obra escrava (que era a base produtiva de então), além de um grande surto de malária. A junção destes fatores levaram ao abandono e à decadência da localidade; a presença da malária encerrara a tentativa de repovoar o território mais uma vez. A cidade é então ocupada, em torno de 1920, por pequenos produtores, que majoritariamente praticavam à agricultura de subsistência e por também uma elite agrária frágil politicamente.

É interessante perceber como a intervenção do Estado estará a partir do início do século XX fomentando de forma direta o desenvolvimento local. Percebe-se presente no corpo do Estado Nacional um pensamento sobre o território que hoje é o município de Itaguaí que parte mais das necessidades da capital carioca do que da percepção das carências locais. Tradicionalmente, as políticas instituídas pelo Estado dentro do referido município tem por diretriz a percepção de que o desenvolvimento local é necessário para atender principalmente as necessidades da cidade do Rio de Janeiro, o que mais tarde se descortinará em uma ação do governo, tanto estadual quanto municipal, que ignoram a lógica local em nome do desenvolvimento regional.

Oliveira (2008) apresentava a perspectiva da cidade do Rio de Janeiro como exercendo uma centralidade histórica na dinâmica estadual, até o final dos anos 1990. Inicialmente, esta centralidade surge decorrente do fato da cidade se construir como capital do Brasil, instaurando uma lógica organizativa no estado em torno de suas necessidades. O papel protagonista da cidade do Rio de Janeiro, que

obscurece outras cidades da metrópole, tem ainda outra face: o processo de industrialização do estado se dará ao longo do século XX associado ao sistema viário construído, que tem como ponto de partida cidade do Rio de Janeiro. Oliveira argumenta que o traçado da BR-116, da BR -101, da Avenida Presidente Dutra e até mesmo da ligação Rodovia Rio-Santos com a Avenida Brasil corroboram esta centralidade.

Mais: é preciso lembrar do que o que hoje conhecemos como Estado do Rio de Janeiro é fruto de uma fusão entre o Estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro, que só se daria em 1974. Então, quando pensamos em desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro há de se ter em mente o processo histórico desta agora unidade; nesta perspectiva, há uma grande concentração de recursos para manter a capital do país e é em função disto que todo o Estado da Guanabara iria se organizar, enquanto a parte sul do estado receberia historicamente menos recursos do governo central.

Incide sobre Itaguaí historicamente a função de dar suporte, quando necessário, à cidade do Rio de Janeiro, sendo infringida ao município em diversos momentos de sua história a implementação de políticas pautadas na retórica desenvolvimentista, que na verdade não visavam à promoção no bem estar local. Evidentemente que o planejado para a cidade de Itaguaí como desenvolvimento sofre alterações ao longo da história, tendo grande influência a dinâmica do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. Essas alterações tenderam sempre a ocorrer majoritariamente através de políticas implementadas de modo vertical. Itaguaí passa então a estar inserido dentro de uma lógica de desenvolvimento que está além de suas fronteiras e que se baseiam principalmente no desenvolvimento do potencial citadino dado a sua privilegiada localização geográfica.

O primeiro ato estatal que de alguma forma alterara a lógica local até então presente é a construção, na década de 1930, da Estrada Rio – São Paulo, que neste momento é idealizada como forma desempenhar uma dupla função na lógica do Estado. A primeira destas funções estava justamente em ligar os importantes centros econômicos que eram e ainda são o Rio de Janeiro e São Paulo, dinamizando sua interação. Tal estrada integrava o território ainda de outra forma: possibilitava uma ligação entre as áreas remotas e escassamente ocupadas que estavam no entorno do centro do Rio de Janeiro.

Em Itaguaí, a rodovia Rio-São Paulo se traduziu como uma tentativa implementada pelo governo federal de criar nesta Baixada Fluminense um “Cinturão Verde”, tão necessário para o abastecimento da capital do Brasil neste momento. É então que os grandes latifúndios dariam lugar aos minifúndios, dotadas de uma agricultura em pequena escala, mas que permaneceu diversificada.

É caro ainda lembrar que nos anos 1930 e 1940 há uma tentativa do município do Rio de Janeiro de descentralizar a população da capital, deslocando seus habitantes para a Zona Oeste carioca. Esse deslocamento extrapola os limites fronteiriços municipais e a ocupação de áreas com baixa densidade de ocupação acaba incidindo também sobre a Baixada Fluminense, e, por conseguinte, Itaguaí. A função de Itaguaí na lógica do estado do Rio de Janeiro passa neste momento de local de produção agrícola para lugar de habitação da população de baixa renda. Fora observado no município uma elevação do preço formal da terra e também o surgimento de inúmeros loteamentos informais, que foram construídos sem que houvesse verdadeiramente infraestrutura local.

O uso de Itaguaí como forma de abrigar a população com baixo poder aquisitivo se consolidará na década de cinquenta com a construção da Avenida Brasil, ligada a BR- 101, também inaugurada na mesma década. Tal estrada corta o município de Itaguaí, ligando-o até o centro do Rio de Janeiro. Embora haja realmente um salto na ocupação do município, ela se dará majoritariamente de forma descoordenada e sem que haja a implementação da infraestrutura local.

Essa função do município de Itaguaí dentro do estado do Rio de Janeiro será mais uma vez modificada nos anos setenta, em projeto novamente exógeno à organização local. O protagonista neste momento da construção de um projeto-cidade será a FUDREM (Fundação para Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro). A FUNDREM deveria delinear e garantir a execução de um plano que integrasse o estado do Rio de Janeiro em torno de um projeto eficaz de desenvolvimento econômico. Baseada em princípios supostamente técnicos, a FUNDREM pensava cada cidade como tendo uma função na malha geral fluminense, sendo possível criar um plano que dinamizasse a metrópole e possibilitasse a resolução conjunta de problemas comuns aos municípios do Rio de Janeiro. No entanto, sua lógica de ação estava calcada em um planejamento formulado pelo Governo Militar, não democrático e centralizador. A ação da FUNDREM baseava-se em elaborar Planos Diretores que o Estado deveria realizar,

o que resultava na construção de um projeto não pensado comunitariamente e que seria implementado de modo vertical nos municípios.

Em Itaguaí, a FUNDREM fora responsável pela confecção do primeiro Plano Diretor (PD), no ano de 1978. O idealizado para Itaguaí como desenvolvimento não seria mais o papel de abrigar a população de baixa renda: passava-se a pensar o município como tendo “vocação” para o desenvolvimento industrial. Quando utilizamos o termo “vocação”, partimos da percepção de que há um uso político de tal termo, empregado como uma tentativa de gerar no município uma ideia de que este teria uma finalidade, uma missão, uma identidade a ser comprida. Esta tentativa de moldar esta nova identidade industrial no município de Itaguaí fica evidente na análise do Plano Diretor de 1978, em que o desenvolvimento industrial e urbano na cidade é apresentado no documento como o tema prioritário do município. Neste momento histórico, a vocação da cidade é definida pelo Estado e imposta   população, sendo o governo centralizador o responsável - o único responsável - pelo desenvolvimento local. Essa suposta vocação industrial da cidade estará presente retoricamente também em 2002, quando a cidade refar  seu Plano Diretor, como será apresentado no próximo capítulo.

O PD 1978 idealiza a nova função cidadina, orientado pala privilegiada posição geográfica municipal. Próxima à capital carioca e contando com a BR 101 para agilizar ainda mais esta proximidade, Itaguaí está estrategicamente localizado junto à saída por mar, com uma ba a que poderia, após obras, permitir a navegação de grandes embarcações. Este é o primeiro momento em que há um plano estratégico para construir o Porto de Sepetiba, hoje Porto de Itaguaí, reduzindo as operações no Porto do Rio de Janeiro por conseguinte. Oliveira (2007) apresenta a perspectiva de que tal projeto de transformar o Porto de Itaguaí no principal porto fluminense fora uma tentativa protagonizada pelo Governo Militar de enfraquecer as elites cariocas, limitando seu poder. Entretanto, essa ideia inicial de que o porto em Itaguaí pudesse exercer uma centralidade no estado fracassara justamente em função da forte oposição que tais elites cariocas manifestaram diante do projeto de desativação do porto carioca.

Além da possibilidade de escoamento rápido pela proximidade do Porto, o projeto de Itaguaí como uma área industrial possuía, pela lógica racional, ainda mais uma vantagem: a baixa densidade populacional. Esta característica favoreceria o estabelecimento de um complexo industrial no município uma vez que havia terras a

preços baixos em demasia para uma expansão industrial. Em vista disto, o planejamento imposto pelo PD 1978 contemplava o estabelecimento de indústrias tanto dentro do município como em seu entorno. Destacam-se neste período a criação da NUCLEP - dentro do município - e da Casa da Moeda - localizada na fronteira entre Itaguaí e Rio de Janeiro.

O plano de desenvolvimento industrial, porém, não fora implementado em sua completude. Tal como o porto local não seria, até o presente momento, o principal porto fluminense, também projetos previstos pelo PD, como a criação de Polo Petroquímico dentro do município, jamais saíram do papel dado a acirrada disputa entre elites regionais pelo projeto.

Além do confronto de interesses entre elites, uma crise econômica se abatera sobre a economia nacional neste período, impactando a atividade industrial no Brasil durante a década de 1980 e 1990. Contextualizando o cenário em que se dá a crise econômica que atinge o Brasil e ainda mais fortemente o Estado do Rio de Janeiro, é caro chamar a atenção para a política de intervenção do Estado financiando e planejando investimentos econômicos através do endividamento do Estado, inclusive para realização do “Milagre Econômico”. Nos anos 80, já diante do esgotamento das possibilidades de ampliação do crédito internacional e do dispêndio para o pagamento da dívida externa, a capacidade de investimento do Poder Central rapidamente se deteriora. Diante da crise, os investimentos governamentais em todo o Rio de Janeiro se tornam escassos, levando o município de Itaguaí à uma estagnação no tocante ao desenvolvimento industrial.

Barral Neto e Silva Neto apontam uma dependência tradicional do estado do Rio de Janeiro do capital injetado pelo Governo Federal, dizendo que uma vez que o estado fluminense fora a capital do país, não havia então a preocupação do capital privado em realizar um desenvolvimento independente da ação do Estado. Assim, diante da crise econômica dada pelo endividamento público e o corte de incentivos drástico, o Governo Federal passara a priorizar as exportações agrícolas, e a não mais financiar setores que então deviam sua vitalidade aos cofres públicos, como é o caso do Setor Naval, por exemplo, levando a uma profunda crise na economia do estado.

Em função da escassez de capital que se amplia nos anos seguintes, Nadal (2005) aponta que à partir dos anos oitenta que o estado fluminense fora acometido de um esvaziamento industrial progressivo, o que levaria a uma degradação

econômica local. Notavelmente, a abertura da economia para a competitividade global nos anos 90 propiciou um fechamento progressivo de um número significativo de indústrias no Rio de Janeiro, ampliando as taxas de desemprego por toda a Região Metropolitana.

Caro lembrar que a economia fluminense vem perdendo espaço e poder desde a transferência da capital nacional para Brasília, o que se agravava com a crise dos anos 80 e 90. Ao mesmo tempo, o estado de São Paulo se fortalece como grande centralidade econômica nacional, promovendo um processo de atração de investimentos enquanto a economia fluminense se torna um terreno hostil para novos empreendimentos.

Em Itaguaí, todo o processo de endividamento público e enfraquecimento do projeto que fora planejado pelo Estado e se encontrava em andamento, levaram ao enfraquecimento das ações traçadas pelo PD 78, como dito. Assim, carente de recursos e imersa no estado fluminense em crise, a economia de Itaguaí a partir do meio dos anos 80 e principalmente durante todo os 90, passa a girar em torno de um suposto projeto de tornar Itaguaí um polo turístico, e não mais o lugar do desenvolvimento industrial. Esta lógica da ausência do desenvolvimento industrial levará, mesmo com a presença da Nuclep em solo itaguaiense, a exclusão do município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 2001, só retornando a este grupo em 2009.

## **1.2 Reestruturação Urbana Contemporânea de Itaguaí**

É no princípio dos anos 2000 que as grandes modificações em curso na Região Metropolitana do Rio de Janeiro começariam a incidir de forma ainda mais significativa na Itaguaí contemporânea do que até então se dera. A crise econômica no estado fluminense que teve seu princípio nos anos 80, só seria superada na década seguinte, com a retomada de bons níveis da atividade econômica estadual na segunda metade dos anos 90.

É caro esclarecer que outros braços econômicos são fundamentais para a economia em solo fluminense e que colaboram ativamente para o crescimento da economia no estado, como, por exemplo a instalação de fábricas automotivas, como

Volkswagem e Peugeot-Citroen no Sul Fluminense. No entanto, há uma centralidade da atividade petrolífera no estado, oriunda inicialmente da extração de petróleo na Bacia de Campos. A extração, que começou nos anos década de 80, hoje apresenta importância para a economia não apenas do Rio de Janeiro, sendo de fundamental relevância para o desenvolvimento nacional. Além do petróleo ser estratégico para o desenvolvimento industrial, a relevância da extração do petróleo no Brasil será ampliada em função da exploração da Camada do Pré Sal, presente entre a Bacia de Campos e a Bacia de Santos. As possibilidades de geração de capital com a exploração do Pré Sal são astronômicas, uma vez que espera-se a extração na referida camada em cerca de 80 bilhões de barris de petróleo e gás, gerando um lucro estimado pelo IPEA em torno de 10 trilhões de reais.

NADER (2009) aponta que a Indústria do Petróleo e Gás (P&G) corresponde em 2008 a cerca de 20% do PIB do estado, tendendo a ser ampliada sua incidência estatística nos próximos dez anos em função da Camada do Pré Sal. Esta participação na economia estadual é dada também em função da imobilidade característica da produção partindo de jazidas físicas, sendo próprio da atividade extrativista petrolífera ser mobilizadora uma ampla rede de infra estrutura em torno de si, atraindo segmentos e empresas especializadas em P&G.

Os investimentos estatais da Petrobras que se dão em Macaé e adjacências são exemplo da injeção de capital em torno das atividades econômicas possibilitadas pela existência de petróleo em solo fluminense. E não apenas no referente ao processo de extração e transporte de petróleo em si, uma vez que a operacionalidade da atividade extrativista carece de empresas de apoio no setor de serviços. Neste sentido, a economia local em Campos e adjacências são alargadas com a instalação novas empresas fornecedoras de serviços ligados à atividade P&G, sendo estas empresas fornecedoras de tarefas terceirizadas para a Petrobras ou não. A própria atividade offshore em Macaé demanda a ampliação do fornecimento de matéria prima e equipamentos com grande injeção de capital, o que por si impacta a economia fluminense.

Além disso, a extração do petróleo possibilita uma enorme captação financeira estatal, através dos impostos dos royalties, sendo passível de propiciar a ampliação do capital circulante e capacidade de investimento do Estado, nos termos propostos pelo keynesianismo. Não é atoa que o petróleo é conhecido

internacionalmente pela alcunha de “ouro negro”. Nader frisa esta capacidade da P&G em atrair recursos para o Rio de Janeiro:

A concentração da produção de P&G nessa região, a localização corporativa da sede da Petrobras e a posterior decisão de instalação da sede da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) propiciaram a escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede das operações no Brasil das principais empresas de petróleo do mundo, como: Shell, Chevron, Maersk, Repsol, YPF, Anadarko, Devon Energy, etc (NADER, 2009. p 100)

Há então desde os anos 90 a construção de um projeto de desenvolvimento local partindo das atividades do P&G como projeto de desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Esta ação se dá através da construção de mega projetos e instalação da infra estrutura necessária para possibilitar a execução de tais empreendimentos. Visa o Estado, ao ampliar a rede de infra estrutura, possibilitar o barateamento dos custos de produção, atraindo novos empreendimentos para a RMRJ. E não apenas criando infra estrutura; a ANP número 27, ao determinar que a exploração do Campo do Pré Sal tenha participação direta da indústria nacional ou de empresas instaladas no Brasil, culmina por ampliar o parque industrial brasileiro, gerando desenvolvimento de tecnologia e ampliação do número de postos de trabalho. E isso através de uma única lei.

No contexto brasileiro, tradicionalmente a ação do Estado é promulgadora e/ou reguladora da atividade petrolífera nacional. Essa máxima, que se atenua ou fortalece dependendo das diretrizes políticas do ocupante da cadeira da presidência, é ainda mais ratificada na história brasileira nos últimos 12 anos de governo esquerdista. O princípio que norteava os oito anos de governos de Luís Inácio Lula da Silva se encontram presentes também na vigência da presidência de Dilma Rousseff: os investimentos públicos são passíveis de exercer poder atração no capital privado. Assim, em nome do fortalecimento da economia brasileira, tem sido visto no estado do Rio de Janeiro um planejamento estatal de desenvolvimento econômico regional, que, embora tenha como ponto de partida a atividade exploradora petrolífera, não termina nela.

As ações do Estado brasileiro nos últimos anos têm por diretriz, em solo fluminense, criar condições para a ampliação das bases produtivas. Exemplo da ação do Estado é a lógica expostas é a de que a atração de indústrias para o Rio de Janeiro gerará riquezas, não só para os investidores econômicos, mas também para



toda a população. Ora, para que haja geração de riquezas, a produção é uma etapa primordial, até por sua capacidade de gerar postos de trabalho. É em nome da necessidade de criação de novos postos de trabalho que as ações do Estado, seus investimentos públicos e até mesmo a alteração da legislação para possibilitar empreendimentos que não seriam ecologicamente viáveis, vem sendo justificadas no contexto social presente.

Na sociedade contemporânea o Estado é tradicionalmente invocado em inúmeros momentos e nas situações mais diversas, dado que, embora o cidadão comum esteja distante dos múltiplos conceitos abstratos de Estado, ao observar sua ação tem uma utopia do que seria correto, de que ações seriam esperadas por parte deste Estado; basilarmente entendemos socialmente que o cidadão possui obrigações com o Estado e também que o Estado tem obrigações para com a população. Mas afinal, qual é a percepção da ação do Estado na sociedade? O Estado deveria proteger a que interesses? O Estado corresponde a nossas expectativas em sua ação? Quem manda no Estado? Quem deveria mandar no Estado? Por que temos obrigações com o Estado? Em que medida este Estado é guardião dos interesses sociais? É possível efetivamente influir nas ações do Estado?

A resposta a essas perguntas possuem inúmeras variações, mas em geral, o Estado é compreendido como um defensor dos interesses dos que estão sob sua tutela; o Estado deve se mover para defender os interesses dos locais, não agindo em favor de cidadãos ou indústrias de outros países, por exemplo. Se entende popularmente que o Estado deve arbitrar sobre as questões nacionais, mas acima de tudo, o Estado deve agir em favor de um bem para todos. O Estado deve proteger os mais fracos, criar e aplicar um conjunto de leis que possibilitem a vida em comunidade, o Estado deve ser capaz de gerar oportunidades de crescimento para os seus membros, oferecer educação, saúde, moradia. Em suma, nossa compreensão social parte da ideia de que o Estado deve ser capaz de garantir direitos para todos os seus cidadãos, de forma que o bem para a população seja garantido.

Por nossa formação histórica, as influências teóricas europeias perpassam nossa compreensão social do que é política. É construído socialmente um imaginário popular do que é Estado, do que esperar de suas práticas, em diálogo muitas vezes com teorias europeias clássicas. O sobressalto diante da ação do

Estado em favor de grupos econômicos se choca diretamente com a nossa quimera de Estado neutro, que age em favor do bem comum. Intuitivamente, por exemplo, pensamos em bem comum como uma concepção à sombra da Vontade Geral de Jean-Jacques Rousseau, ainda que esta concepção não seja uma plena cópia do conceito roussoniano.

No contexto deste Estado que busca atrair e desenvolver o capital dentro de suas divisas, o desenvolvimento se expõe como conceito polissêmico que é. Qual será o bem comum? O investimento maciço na atração do capital beneficia a população, o capital, a população e o capital ou beneficia o capital e o benefício direto a população se dá de forma residual?

O Estado é o grande ator social no projeto de desenvolvimento regional contemporâneo do Estado do Rio de Janeiro, sendo ele o lugar em que os interesses organizados se manifestam, são propagados e defendidos, modelando toda a sociedade. Nesta premissa, o Estado assume o papel de *locus* privilegiado de poder já que é possuidor de uma legitimidade social que sustenta seu monopólio em locais estratégicos para o desenvolvimento e vida em sociedade; o Estado é um regulador social por excelência, o executor ativo de políticas públicas que supostamente visam ao bem público, assim como também é um juiz que se põe enquanto imparcial diante da sociedade. Exercer poder junto ao Estado é direcionar as ações públicas e a construção da legislação segundo os interesses particulares ou comunitários, sendo possível mobilizar toda a máquina pública.

Este entendimento do papel utópico do Estado como mediador de conflito e protetor dos menores favorecidos fora contestada por Karl Marx. Segundo Carnoy (1994), o pensamento de Marx se ergue em oposição à concepção de Estado de seu professor e constante interlocutor George Wilhelm Friedrich Hegel. Em Hegel, o Estado é concebido como eterno, estando acima do tempo histórico e sendo este racionalizado como representação coletiva da vontade social, localizado acima dos interesses particulares ou de classes. Hegel concebe que o Estado é o campo oposto da sociedade civil” (que seria o campo dos particularismos), cabendo a este ser o árbitro neutro, capaz de garantir que o interesse coletivo fosse preservado.

Carnoy apresenta a perspectiva analítica de que Marx parte da preposição de que são as condições materiais de existência que determinam as relações, conformando tanto a estrutura social como a mente humana; assim, não é o Estado que molda a sociedade, e sim a sociedade que molda o Estado, e esta sociedade

cunhada sob relações de produção específicas. E isto é especialmente importante, posto que por extensão a este axioma, compreende-se que o Estado e suas configurações emergem das relações de produção postas dentro do capitalismo. Considerando-se que no processo de produção capitalista, a classe dominante é a detentora dos meios de produção, torna-se impossível compreender o Estado como fruto da igualdade e não como reflexo dos interesses em oposição da sociedade de classes.

Esclarece-se que dentro do referencial marxista o Estado é “a expressão política da estrutura de classe inerente à produção” (CARNOY, 1994 p.66), sendo este mesmo Estado detentor de um poder específico, uma vez que Marx percebe que todas as instituições passam pela mediação do Estado. E, neste sentido, cabe a compreensão de que o poder está retido sobre o controle da burguesia e esta gere o Estado segundo seus interesses, um Estado Capitalista. Marx aponta para este papel burguês como subjogador do Estado em diversos momentos de sua obra:

Como o Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e se condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado, adquirem uma forma política (MARX, 2009. p. 112)  
O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda classe burguesa. (MARX, 2005.p.10)  
Na medida em que a propriedade privada se emancipou da comunidade, o Estado alcançou uma existência particular, ao lado e fora da sociedade civil; mas ele não é mais do que a forma de organização que os burgueses criam para si, tanto em relação ao exterior quanto ao interior, com a finalidade de garantirem reciprocamente suas propriedades e seus interesses ((MARX, 2009. p. 76)

O Estado é, portanto, visto como um agente que detém o poder, como um ator político. Apartando-se das concepções de neutralidade mediadora dos Contratualistas clássicos, Marx expõe o Estado enquanto agente repressor, responsável por exercer uma coerção social e impedir que a luta entre classes (burguesia e proletariado) deflagre uma guerra civil, ou, destrinchando, é papel do Estado impedir uma revolução por parte do proletário, destituindo esta revolução a burguesia de seu lugar de controle social. Estendendo a explanação das funções do Estado no pensamento de Marx, Coutinho (2006) aponta que este se distanciava do entendimento de Estado formal e alienado visto em Hegel – o que poderia ser compreendido como Estado apolítico - tendo por prerrogativa o Estado em Marx assegurar a manutenção da “divisão da sociedade em classes (ou seja, conservar a

sociedade civil) e, desse modo, garantir a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre a não-proprietários, sobre os trabalhadores diretos” (COUTINHO, 2006. p.19)

Marx atentava para a capacidade do Estado de, uma vez imbuído da falsa aparência de neutralidade para arbitrar e gerir a coisa pública, agir em favor da classe dominante. Esse papel desempenhado pelo poder público é possível dado haver uma ideologia reinante, que camufla este exercício do poder pelo Estado sob o véu da naturalização do que é, na verdade, construído socialmente. Assim, as ideias que sustentam o capitalismo estão envoltas sob a máscara do bem comum, quando na verdade são a expressão dos interesses de manutenção do sobrepujamento de uma classe por outra:

é impossível compreender a origem e função da ideologia sem compreender a luta de classes, pois a ideologia é um dos instrumentos da dominação de classe e uma das formas da luta de classes. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados. O que torna a ideologia possível é a separação entre trabalho material e intelectual. É também o fenômeno da alienação e a luta de classes, ou seja, a dominação de uma classe sobre as outras. Podemos acrescentar que o poder ou a eficácia da ideologia aumentam quanto maior for a sua capacidade para ocultar a origem da divisão social em classes e a luta de classes. (MARX, 2009. p 87-90)

Ainda mais: a ação do Estado Capitalista é legitimada socialmente dada a capacidade da classe dominante de postular seus interesses particulares como universais, como afirma Carnoy:

Por exemplo: até o momento da consolidação definitiva do capitalismo, a burguesia era uma classe que se apresentava historicamente, na arena política e ideológica, como representante de todas as forças progressistas, do era então chamado de terceiro estado, que compreendia o conjunto do povo, com exceção da nobreza e do clero, outros dois estados. (CARNOY, 1994. p. 93)

Devem então ser problematizadas as forças que movem a ação do Estado no contexto de reestruturação econômica fluminense contemporâneo, os limites de universalização do discurso do “bem comum”, mesmo com o Governo Federal sendo presidido por um governo esquerdista.

Por tal pressuposto, o projeto em curso no Estado do Rio de Janeiro trás consigo uma associação orgânica entre a ação do Estado e as expectativas da

iniciativa privada. O Estado, defende-se aqui, é o grande planejador do planejamento em curso, delimitando ações, projetando usos do espaço e novos investimentos. Mas, na medida em que o faz, tem sempre como horizonte atender as expectativas do capital privado.

É em nome dos interesses da classe dominante, na medida em que atrair capital é sinônimo de criar um ambiente propício para a ampliação do lucro e das riquezas privadas, que em 2007 temos o lançamento oficial do Plano de Aceleração do Crescimento, o PAC. O PAC se trata de um conjunto de medidas elaboradas pelo Governo Federal que, segundo apresentação oficial, tem a função de promover:

A aceleração do crescimento econômico; o aumento do emprego; e a melhoria das condições de vida da população brasileira. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a: incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento. (Disponível em [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/pronunciamentos/apresentacoes/2007/070122\\_PAC\\_medidas\\_institucionais.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/pronunciamentos/apresentacoes/2007/070122_PAC_medidas_institucionais.pdf))

A lógica que move a ação do Estado através do PAC - orçado inicialmente em 500 bilhões de reais e que já se encontra no PAC 3 - é a de que os investimentos públicos são passíveis, como dito, de exercer poder de atração junto ao capital privado. Assim o plano se desencadeia com o Estado exercendo um planejamento não formal da ocupação do território, não zoneando áreas de ocupação, mas direcionando a localização de empresas privadas na medida em que ao elaborar e implementar a infra estrutura gera uma lógica técnica e racional de ocupação do território.

Tendo em vista que a grande riqueza do ERJ é o petróleo, e que a necessidade de constante crescimento econômico é sempre posta no capitalismo, se tem na atualidade a centralidade do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro), em Itaboraí. O Comperj, tido como o maior investimento em um único projeto da história da Petrobrás, fora projetado com o intuito de refinar cerca de 150 mil barris de petróleo extraídos da Bacia de Campos diariamente. É um mega empreendimento, orçado em 15 bilhões de reais, podendo gerar cifras diretas em torno de 4 bilhões de reais anuais. Diz-se cifras diretas posto que seus benefícios estariam além da captação direta, já que a Fundação Getúlio Vargas estima que o

COMPERJ seja passível de atrair até 2015 cerca de 720 empresas para o ERJ, empresas estas que produzem principalmente plásticos.

COMPERJ emergia no ERJ com a expectativa de possibilitar uma revitalização econômica do estado fluminense. De fato, na esteira do Comperj e, para que este mega investimento difundisse suas benesses pela região metropolitana, sua localização seria primordialmente pensada pelo Estado.

CARDOSO E ARAÚJO (2012) ressaltam que inicialmente houvera a expectativa, principalmente por parte da imprensa especializada em *business*, de que o COMPERJ viesse a ser construído no município de Itaguaí ou no município de Campos dos Goytacazes. Parecia tecnicamente conveniente que a instalação do COMPERJ se desse em Itaguaí – local aonde se daria o escoamento produtivo do COMPERJ através do Porto de Itaguaí- ou no município de Campos dos Goytacazes – base terrestre mais próxima da Bacia de Campos, onde se dá a extração do petróleo. No entanto, esta perspectiva fora frustrada com o anúncio oficial da instalação do complexo petroquímico em Itaboraí:

“(…) Correndo por fora, como um cavalo azarão, ou sacado da cartola, como elemento surpresa, a escolha de Itaboraí como território para a instalação do COMPERJ desbancou as expectativas dos representantes e comunidades de outros dois municípios: Campos dos Goytacazes(…) e Itaguaí (...). Estes municípios haviam sido alardeados pelos meios de comunicação de massa como únicas alternativas locais para o complexo.” (CARDOSO; ARAÚJO, 2012, p. 94)

O RIMA do COMPERJ explica que tal escolha fora devida ao planejamento do Estado, considerando como prioritária a questão do desenvolvimento territorial e, por consequência, relegando à segunda importância a logística da instalação do empreendimento. Explica-se: visando tornar disseminado os benefícios oriundos da exploração petrolífera por um maior número de municípios, era retoricamente lógico que fossem espalhados os investimentos públicos pela RMRJ:

“Esta localização foi a que melhor proporcionou o aproveitamento da logística existente, mais competitividade para a cadeia produtiva e maior inclusão social, já que distribui os benefícios para um maior número de municípios do estado.” (RIMA COMPERJ, p. 7)

O êxito das ações de fomento do Estado no tocante a ampliação da vitalidade econômica da RMRJ pode ser percebido através de alguns projetos em andamento, como, por exemplo a ampliação da REDUC (Refinaria Duque de Caxias), na

Baixada Fluminense; atendendo as possibilidades de ampliação da P&G, em função do Pré Sal, a Petrobras - que, lembremos, é uma empresa estatal- ampliará a capacidade produtiva da REDUC em 2008, atraindo para seu entorno empresas satélites. De forma análoga, visando o desenvolvimento da atividade extrativista petrolífera nacional, assim como o fomento ao desenvolvimento científico, a construção do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes) tornou-se um expoente na pesquisa e desenvolvimento da Petrobras, desenvolvendo estudos científicos, que tem como objeto o P&G, em parceria com a UFRJ, na Ilha do Fundão.

Evidentemente, se a intenção do Estado é tanto incentivar a implementação de novas indústrias como possibilitar a vazão da produção do Comperj, um canal de entrada e saída seria necessário para tornar exequível a produção industrial rentável como negócio, devendo haver uma logística física que possibilite um rápido e econômico contato da indústria com o mundo globalizado. A cidade do Rio de Janeiro que outrora fora historicamente o local de saída e entrada de grandes cargas no ERJ, neste momento tem seu planejamento local desenvolvido de forma prioritária a tentativa de tornar a cidade mais um ponto de promoção turística e de expansão do terceiro setor é menos como lugar voltado para a produção industrial (VAINER, 2011).

No contexto itaguaiense, a construção do Comperj, mesmo distante tantos quilômetros, terá em Itaguaí o impacto estrutural almejado pelo Estado, modificando a economia local e alterando os tradicionais modos de vida cidadão. Cabe elucidar que o marco do princípio do processo de reestruturação econômica na Itaguaí atual é, a saber, a ampliação da capacidade produtiva do Porto de Itaguaí, e não a criação do Comperj. A ampliação do porto local é o primeiro grande projeto a ampliar o capital circulante na cidade; mesmo que neste momento inicial a rotina da cidade não tenha sido de fato alterada, é a ampliação do porto e a capacidade física de uso portuário da cidade o fator explicativo das alterações sociais em curso em itaguaí no presente.

Fruto da ação do Estado, através do projeto do Governo Federal “Brasil em Ação”, a obra de ampliação da capacidade do Porto de Itaguaí fora orçada em cerca de 350 milhões, saindo do papel no ano de 1997. Notadamente, a ampliação porto é uma antiga demanda de associações patronais no estado fluminense, sendo prevista a cerca de 20 anos como investimento em infraestrutura pela FIRJAN.

Argumenta a associação patronal que esta ampliação traria maior riqueza para o estado do Rio de Janeiro, sendo vital para a manutenção da produção fluminense ao gerar capital e garantir, em tese, taxas altas de empregabilidade da população fluminense.

Como dito, o Porto de Itaguaí é um projeto dos anos 70, em que o então governo ditatorial militar propunha a construção de um terminal marítimos que pudesse atender a demanda da Zona Industrial da cidade do Rio de Janeiro, não sendo, portanto, fruto da necessidade, operacional do município de Itaguaí e sim um instrumento para que se mantivesse viável a produção industrial fluminense.

Leal Neto (2000) elucida que a obra de ampliação do porto em 1997 exigira a dragagem de 22 km para que assim fosse construído um canal de acesso suficiente para a navegação de grandes embarcações, podendo estes grandes navios usufruírem dos terminais de contêineres e também de minério de ferro, mantendo a exportação de carvão para CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) , prática ocorrida desde o ano de 1982.

Aponta Leal Neto para a localização privilegiada do Porto de Itaguaí, já que há uma ampla retroárea passível de expansão, com uma profundidade adequada para a movimentação de grandes navios e canais não sujeitos a um elevado processo de assoreamento, o que, segundo Leal Neto, manteria os custos de manutenção do Porto de Itaguaí reduzidos. Além das excelentes condições físicas do porto, sua localização no concernente à ocupação social do território também é privilegiada, uma vez que está situado no entorno de um dos maiores centros econômicos do Brasil:

Em um raio de pouco mais de 500km, 32% da população do País, 69% do produto industrial, 65% dos serviços, 40% da produção agrícola, 60% da produção petrolífera, assim como 64% e 77% das exportações e importações brasileiras, respectivamente. (MULTISERVICE, 1992 apud LEAL NETO, 2000).

Em função destas características, a capacidade portuária do município de Itaguaí será explorada nos anos subsequentes, elevando sua importância dado os investimentos públicos que vão tornando a área portuária do município fundamental para o desenvolvimento da economia da RMRJ. Com a crescente exploração petrolífera no ERJ e o incentivo estatal para a instalação de indústrias satélites, há o planejamento nos anos subsequentes que o Porto de Itaguaí venha a se tornar um



porto *hub*. Além disso, dadas as relações comerciais do MERCOSUL, estima-se o porto venha ser tornar a prioritária porta de entrada e saída do Bloco para o Atlântico, elevando ainda mais a relevância estratégica do supracitado porto.

A importância do Porto de Itaguaí é tamanha para a economia brasileira que em 2012, segundo dados da Agência Nacional de Transporte Aquaviário, o porto torna-se segundo maior movimentador de cargas do país, com um volume 57 milhões de toneladas passando por suas portas e a movimentação de cerca de 317 mil contêineres em um ano. Ainda com sua capacidade de movimentação longe dos seus limites, o Porto de Itaguaí é primordial para o desenvolvimento da economia fluminense em torno do petróleo, sendo umas das principais portas de entrada e saída não só da produção petrolífera, mas também fundamental para realizar a ponte entre o mercado internacional e as indústrias atraídas pelo projeto de desenvolvimento engendrado pelo Estado. O quadro abaixo elucida o capital investido em empresas beneficiadas pela ampliação portuária, trazendo também o número de empregos diretos envolvidos com estes projetos.

Quadro 1. Principais investimentos na área de influência do Porto de Itaguaí

Setor	Empresa/ Empreendimento/ Projetos	Investimentos previstos (R\$ bilhões)	Localização	Empregos diretos
Siderúrgico	ThyssenKrupp/Vale – CSA. Usina siderúrgica, terminal de exportação, central de gases e termelétrica	6,96 (1ª fase) 3,90 (2ª fase)		10.000 (implantação) 3.500 (operação)
	CSN – Usina Siderúrgica 2	9,00	Distrito Industrial de Santa Cruz	8.000 (implantação)
	Gerdau – nova usina	0,90		2.500 (operação)
	Cosigua – ampliação em 50% da unidade siderúrgica	0,48		4.000 (implantação) 800 (operação)
	Grupo Votorantim – Unidade Aço Barra Mansa	0,78	Barra Mansa	Não informado
Petroquímico	Grupo Ultra e Petrobras – Refinaria petroquímica	9,00 (1ª fase) 9,00 (2ª fase)	Itaboraí/São Gonçalo	15.000 (operação)

Fonte: MULLS, 2008. p. 321

Hoje, segundo o Plano Mestre do Porto de Itaguaí, o porto apresenta quatro subdivisões, representando cada subdivisão uma empresa ou consórcio e por tal possuindo uma gestão independente. A CSN (Companhia Siderúrgica do Atlântico)

administra dois terminais atualmente dos terminais portuários existentes em Itaguaí. Inicialmente, temos a administração da empresa no terminal TECAR, que tem como mote atual a importação carvão, coque (combustível derivado do carvão) e enxofre. Abastece assim indústrias como a Bayer (localizada em Campo Grande, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro), a Aracruz Celulose (no Espírito Santo) e a Pan-Americana Indústria Química (em Santa Cruz, Zona Oeste carioca). Além disso, o TECAR importa também *calium*, fundamental para a produção industrial de empresas como a Fabrica Carioca de Catalisadores.

Embora o terminal TECAR apresente movimentação de produtos fundamentais para as indústrias fluminenses, estendendo seu raio de influência para estados vizinhos como o Espírito Santo e Minas Gerais uma vez que é amplamente utilizado pelas indústrias dos dois estados, seu arrendamento para a CSN aponta sua relevância para a manutenção da atividade produtiva da siderúrgica. Além dos insumos importados serem fundamentais para o funcionamento da CSN, há a exportação de minério de ferro extraído da Mina Casa de Pedra (em Minas Gerais), mina pertencente a CSN, através do TECAR. Notadamente, o ramal ferroviário, que liga o Porto de Itaguaí ao Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais, é o grande responsável pela exportação de minério de ferro extraído na mineradora.

Há também sobre o controle da CSN o Terminal de Contêineres Sepetiba Tecon, desta vez em parceira com a Companhia Vale até o ano 2003, quando o consorcio fora rompido o terminal passara a ser gerido integralmente pela CSN. O Sepetiba - Tecon tem por diretriz a movimentação de contêineres e carga geral, sendo hoje um dos maiores terminais do Brasil. Apesar de sua extensa área, o terminal é hoje insuficiente para garantir o armazenamento pleno de contêineres, havendo pátios de estocagem também em áreas fora da zona portuárias na cidade de Itaguaí, Abaixo, foto de um dos quatro pátios de estocagem de contêineres na Rodovia Prefeito Goulart de Souza, conhecida como Reta de Piranema, em Itaguaí.

Imagem 2 – Pátio de Estocagem Tecon na Rodovia Prefeito Goulart de Souza 1



Fonte: Google Maps

Imagem 3 – Pátio de Estocagem Tecon na Rodovia Prefeito Goulart de Souza 2



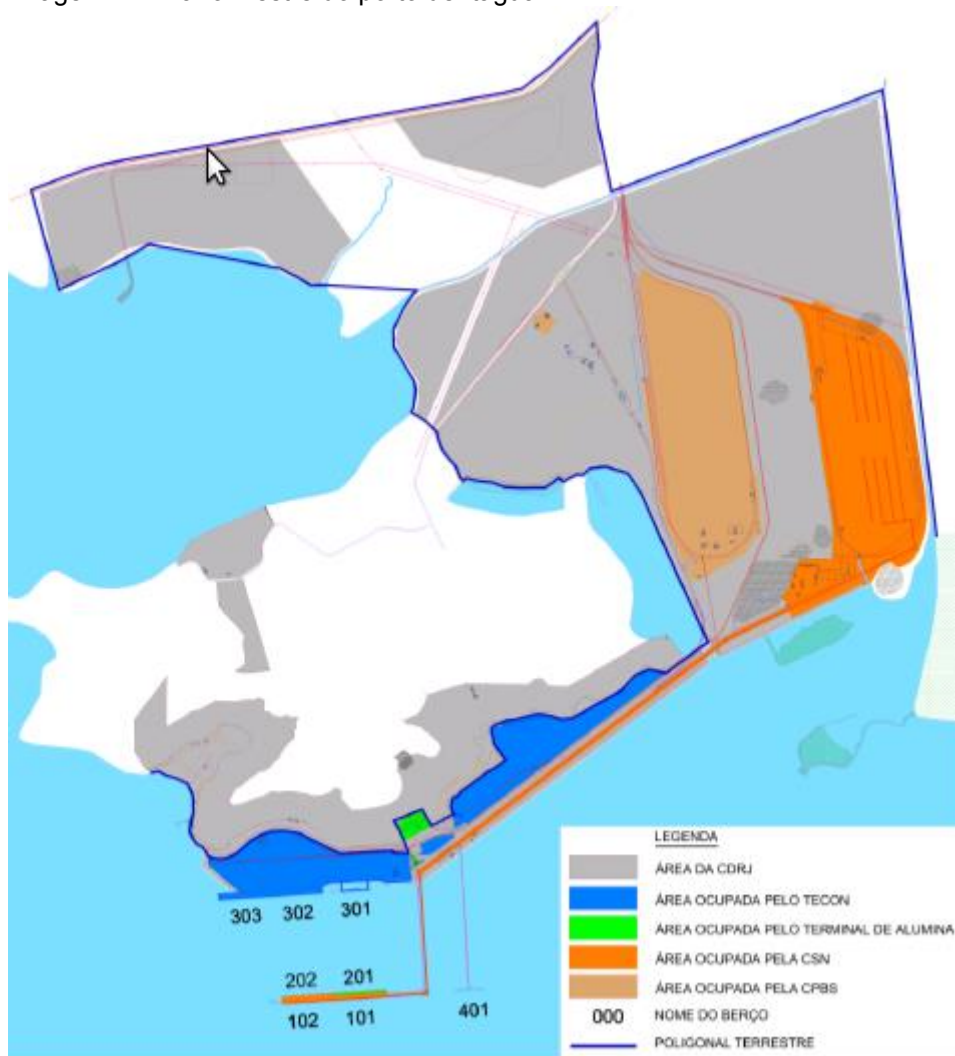
Fonte: Arquivo pessoal

Uma terceira subdivisão do Porto de Itaguaí está atualmente arrendada a empresa VALESUL Alumínio S.A., sediada em Santa Cruz na Zona Oeste carioca, com o terminal concentrado suas atividades no transporte de alumina; alumina, como pode indicar o nome, é utilizada na VALESUL como matéria prima para a produção de alumínio. A VALESUL fora pertencente a Vale S.A até o ano de 2010, ano de sua venda para a empresa Alumínio Nordeste S.A., empresa pertencente ao Grupo Metalis, passando a se chamar METALISUL.

A Vale, no entanto, mantém vigorante sua capacidade de exportação no Porto de Itaguaí através do arrendamento da última subdivisão do porto. Trata-se do terminal de minério de ferro da Companhia Portuária da Baía de Sepetiba (CPBS), que tem por primazia a movimentação de minério de ferro,

que também chega a Itaguai através da MRS Logística S.A. pela via férrea. A CBPS, uma subsidiária da Vale, fora arrendada dada a necessidade da Vale em produzir uma rota econômica e alternativa para a exportação do minério de ferro presente em suas possessões no Quadrilátero Ferrífero mineiro. Assim, para que houvesse a possibilidade de exportação do minério de ferro, o Terminal de Exportação do Minério de Ferro fora posto em seu domínio através consórcio formado pelas Ferteco Mineração, pela construtora Camargo Corrêa e pelo grupo Soros, formando o CPBS, grupo que arrendara este terminal por 25 anos em 1996 pelo valor de 110 milhões de reais.

Imagem 4 – Plano Mestre do porto de Itaguai



Fonte: Plano Mestre do Porto de Itaguai. Disponível em: <http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/pnpl/arquivos/planos-mestres-sumarios-executivos/plano-mestre-porto-de-itaguai-sumario-executivo.pdf>

Notavelmente, o transporte ferroviário é vital para a vitalidade das mineradoras localizadas no quadrilátero ferrífero. Em função disto o Estado planeja, em parceria com a empresa MRS, o princípio das obras do Polo Intermodal Ferroviário (PIF) em Queimados, na Baixada Fluminense, no ano de 2015. O plano do poder público é que o PIF seja um centro de distribuição de cargas para o Porto de Santos e o Porto de Itaguaí, movimentador de cerca de 620 mil toneladas de cargas a granel. Nesse sentido, a MRS se compromete a investir no empreendimento cerca de 100 milhões de reais, desde que o governo construa uma alça de acesso do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (AMRJ) para a PIF.

O Arco Metropolitano é um dos empreendimentos mais importantes para a compreensão do atual estado das artes em Itaguaí. Tem o AMRJ sua origem atrelada a construção do Comperj; diante da distância física entre o Comperj e o Porto de Itaguaí, havia uma demanda por uma via expressa que ligasse os dois pontos. Logicamente, há uma racionalidade explícita de que empresas já existentes em território fluminense utilizem a rodovia, assim como também haja instalações de novas indústrias ao longo do AMRJ. Em função disto, o projeto de desenvolvimento regional contempla a construção do AMRJ, ligando Itaguaí e Itaboraí e cortando ainda os municípios de Guarapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Paracambi e Seropédica. A “Avaliação dos Impactos Logísticos e Sócio econômicos da Implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro”, elaborado pela FIRJAN, aponta que as principais intenções do AC seriam:

“A proposta do AMRJ apoia-se em três funções básicas: a integração do Porto de Itaguaí à malha rodoviária nacional; ligação entre os cinco eixos rodoviários beneficiados pelo projeto sem a necessidade de conexão via Avenida Brasil e Ponte Presidente Costa e Silva, desviando assim o fluxo de tráfego das principais vias de acesso à capital; e aumento de acessibilidade aos municípios próximos ao AMRJ e que concentram grande contingente populacional, em particular Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Nova Iguaçu e Seropédica.” ( - Avaliação dos Impactos Logísticos e Socioeconômicos da Implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro - Resumo Executivo -Nº 3. Julho 2008, p.1)

Imagem 5 – Traçado do Arco Metropolitano



Nota-se através do mapa, que o Arco é projetado passando pela Refinaria de Petróleo, pelo Comperj e Polo de Gás Químico. Além de atender à necessidade criada pela extração do petróleo, esta via servirá como rota de escoamento produtivo para a exportação de inúmeras outras indústrias já instaladas ou que, se projeta, ainda se instalarão no decorrer da auto estrada. Destaca-se, mais uma vez, a dimensão metropolitana do AMRJ, uma vez que pretende promover um desafogar do trânsito na cidade do Rio de Janeiro, já que a produção local, que tradicionalmente passa pela Avenida Brasil e pela Ponte Rio-Niterói, será substancialmente remanejada para tal via.

O plano de desenvolvimento regional tem o Comperj como grande diva, entretanto, alguns pontos são fundamentais para elucidação de todo o processo. Inicialmente, reitera-se que este é um projeto de Estado e não de governo. É importante compreender que neste momento há uma coligação política entre o governo federal, o governo estadual e os governos municipais componentes da metrópole fluminense. Essa ligação articula interesses e define o projeto da construção do Comperj e do AMRJ como portador de interesses comuns entre os municípios, levando este projeto de desenvolvimento à impactar a organização interna dos municípios. Oliveira atenta para o fato de que, diferentemente dos anos 1970 e 1980, há uma coesão entre os grupos econômicos estaduais. É agora, mais

de duas décadas após a unificação do Estado do Rio de Janeiro, que as elites locais finalmente parecem ter abandonado as rivalidades e se apoiarem sobre um mesmo plano de desenvolvimento.

Isso não significa, no entanto, que haja um planejamento de ações associadas entre os municípios envolvidos no projeto de desenvolvimento a partir do Comperj. Nessa perspectiva, Oliveira (2013) evidencia que há uma ausência de consórcios e associações dos municípios atravessados pelo AMRJ. Para o autor, a baixa densidade populacional atrairia indústrias, havendo a necessidade, pela natureza do processo, de haver um plano de desenvolvimento da Região Metropolitana. Embora esta lógica seja inegável, há uma dificuldade tradicional do desenvolvimento de uma ação planejada no tocante o desenvolvimento regional.

Nota-se: a parceria na promoção do processo de desenvolvimento metropolitano em função do Comperj não se dá apenas entre os entes componentes do Estado. É caro compreender que há todo um jogo de interesse entre o capital privado no delineamento final do traçado do ARM, sendo o seu projeto final alvo de disputa. Os pontos em que o AMRJ possibilita ligação com sua margem, até então em grande parte desabitada, tendem a sofrer uma enorme especulação imobiliária; tradicionalmente, áreas cortadas por grandes rodovias são ocupadas, seja por agentes imobiliários, sejam tais locais povoada de forma desordenada pela população de baixa renda.

É de ser observado neste tocante que na construção da Constituição de 1988, há, após um longo período em que a ausência da participação democrática fora o mote, um clamor pela ampliação das possibilidades de intervenção na coisa pública pela população. Pensava-se que o ente federativo que deveria ser fortalecido, dada a sua proximidade física com o cidadão, seria o município. Os brasileiros teriam, em tese, uma maior possibilidade de influir na gestão local, e assim participar ativamente das decisões que impactam a sua vida de forma direta. No entanto, o município é também a esfera em que a estrutura do Estado se encontra mais desguarnecida, sendo a relação com o capital pautada na desigualdade de poderio econômico. Além disso, com o fortalecimento do município há uma tendência para uma diminuição de projetos que de fato se estruturam como desenvolvedores regionais, como bem aponta Oliveira:

“Vale o registro de que, no Brasil, foi estabelecido na Constituição que os municípios são entes federativos, uma definição que aparentemente assegura a autonomia das administrações que aparentemente assegura a autonomia das administrações municipais, mas que, concretamente acaba por segmentar/fragmentar a gestão do território” (OLIVEIRA, 2013. p. 242)

Partindo desta perspectiva, é possível, por exemplo, compreender a lógica da não construção de um plano de desenvolvimento territorial no Rio de Janeiro. As cidades, detentoras de uma autonomia significativa, buscam não uma associação com outras cidades para elaboração de um plano racional de desenvolvimento local, e sim competir com outras cidades pelo capital privado. O capital privado por sua vez, reforçar-se, encontra maior e mais fácil poder de intervenção junto aos municípios, dada a sua fragilidade estrutural. Isso, evidentemente, não significa uma não intervenção nas projeções de investimentos Governo Federal.

O Estado Capitalista se alia com o capital privado no desenhar do projeto ainda de forma mais significativa. O planejamento da ampliação de infra estrutura elaborado pelo PAC em 2007 pode ser percebido já alguns anos antes através da projeção de negócios da CSA a médio prazo, com o planejamento da construção da Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA). Esclarece-se que inicialmente o projeto TKCSA estava inserido no plano de ampliação da CSA, o que não ocorrera então. O projeto, no entanto, fora construído nos moldes do planejamento da CSA, incluído nisto a localização exata do empreendimento. Neste sentido, compreendendo que ainda que a CSA não tenha investido na nova siderúrgica o projeto é construído em consonância com o planejamento inicial, aponta-se que a Revista IstoÉ, em maio de 2000 já traz em sua edição eletrônica o mega projeto, a TKCSA, que irá impactar Itaguaí contemporânea, mas que só sairia do papel seis anos depois; o primeiro anúncio referente aos mega projetos desenvolvidos em Itaguaí atualmente pode ser vislumbrado nas páginas das revistas especializadas em *business* anos antes da divulgação do projeto para a sociedade local:

“A CSN pretende construir uma nova unidade industrial de produção das placas de aço. Essa fábrica vai ficar num terreno da própria CSN, de dez milhões de metros quadrados, em Itaguaí, próximo ao porto de Sepetiba, no Rio de Janeiro. O projeto todo sai por volta de US\$ 2 a 3 bilhões.” (Revistas IstoÉ em 1705/2000 - Disponível em <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20000517/csn-multinacional/25227.shtml>)



Tendo em vista a possibilidade de menor gasto produtivo gerado pelas características de navegação da Baía de Sepetiba, em 2006 se tem o princípio da construção de um mega projeto que alteraria a dinâmica social em Itaguaí: a construção da TKCSA. Se trata a TKCSA de uma parceria entre duas empresas, à saber, a Companhia Vale do Rio Doce e ThyssenKrupp Steel, empresa alemã presente em mais de 80 países. A TKCSA nasce com a ousada proposta de produzir cinco milhões de toneladas de placas de aço por ano, em uma produção voltada exclusivamente para o abastecimento do mercado internacional.

Os investimentos na construção da TKCSA, por volta de 5 bilhões de euros, resultariam em uma ampliação da capacidade produtiva de exportação no setor siderúrgico brasileiro na casa dos 50%. Como campo de especial interesse para o país, é caro elucidar que o Estado, através do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Social), financiou 18% do empreendimento. Além disso, uma vez que sabido que o setor siderúrgico é considerado estratégico para o crescimento de qualquer país capitalista, em nome deste desenvolvimento trazido pela TKCSA, o governo federal custeara a ampliação da BR-101, conhecida como Rodovia Rio Santos. A importância da ampliação da BR- 101, prevista no PAC e orçada em cerca de 80 milhões, se dá em função da necessidade de ampliar o acesso por terra para TKCSA.

Ainda na questão relativa aos mecanismos que visam a conexão física da TKCSA, importa firmar que esta tem a matéria prima de sua produção, o minério de ferro, proveniente do estado de Minas Gerais, além de carvão mineral oriundo de múltiplos países, segundo o site institucional da empresa. Assim, para que haja suporte produtivo para a produção, se fez estratégico - inclusive no processo de tomada de decisão na etapa de localização do empreendimento - que um terminal portuário, de uso privativo, fosse construído. Abaixo, é possível vislumbrar a TKCSA e o seu terminal exclusivo.

Imagem 6 - TKCSA



Fonte: TKCSA (<http://www.thyssenkrupp-csa.com.br/pt/institucional.html>)

Imagem 7 – TKCSA por Satélite



Fonte: Google Maps

Entretanto, a ação do Estado como facilitador da execução do projeto de construção da TKCSA não se restringiu ao financiamento parcial através do BNDES e da ampliação da infra estrutura local com as obras de duplicação da BR-101. GUIMARÃES (2011) aponta para a isenção fiscal concedida a TKCSA.

“Lei estadual 4.529/2005 aprova o enquadramento das sociedades CSA Companhia Siderúrgica do Atlântico, Thyssenkrupp Stahl A.G e Companhia Vale do Rio Doce e das sociedades integrantes do Complexo Siderúrgico, das quais elas participem, ainda que minoritariamente, no Programa de Atração de Investimentos Estruturantes (RIOINVEST), instituído pelo Decreto 23.012/1997, para utilizar os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDES), para a construção e operação de um Complexo Siderúrgico no Estado do Rio de Janeiro.” (GUIMARÃES, 2011. p.61)

Isso significava que no âmbito estadual, a TKCSA ficaria livre de qualquer tributação. Não haveria cobrança do ICMS sobre a importação de maquinário ou matéria prima de qualquer espécie, além de não haver também taxaço sobre a produção exportada, e isso nas etapas de pré construção, construção e produção. Na esfera municipal, a TKCSA também encontrara importante apoio, já que, diz Guimarães, os primeiros 11 anos de operação portuária também foram isentos de tributação, de acordo do a lei municipal 4.372/2006. Se chama atenção para o fato da lei em questão ser referente a cidade do Rio de Janeiro, uma vez que é nela que a TKCSA está localizada, na ZISC. A ZISC fica situada na divisa entre os municípios do Rio de Janeiro e Itaguaí, mas em território carioca. Isto significa que, ainda que os impactos da CSA incorram sobre Itaguaí, a arrecadação tributária não proporciona benefícios diretos para este município, já que o empreendimento está além das fronteiras municipais.

A lógica do “capital atrai capital” se fará presente em Itaguaí à partir da ampliação do Porto, no princípio da década de 2000. Uma miríade de investimentos viria a reboque da construção da TKCSA e em função da construção do AMRJ.

Rodrigues, em sua reconstrução histórica, esclarece que em 1959 a Cia Ingá inicia sua produção de tubos galvanizados na Ilha da Madeira. Tratava-se do uso de uma técnica então pioneira para produzir zinco através de metais pesados, em um processo químico danoso ao ambiente, posto que a indústria despejou resíduos tóxicos diretamente no manguezal localizado em sua circunvizinhança até 1997, ano em que se decreta sua falência. Rodrigues aponta que os resíduos tóxicos despejados por quase trinta anos produziram uma terra improdutiva, abandonada dada os danos ambientais, até seu arremate pela siderúrgica Usiminas em 2008:

O legado deixado pela massa falida da Ingá, além do desemprego e da degradação, foi uma área *fantasma* com 968 mil metros quadrados (...), arrematado pela Usiminas por 72 milhões em 27/069/2008. Contendo um lago tóxico de 390 mil metros cúbicos de afluentes líquidos e montanha de metais pesados de aproximadamente 30 metros e mais de três milhões de toneladas com, entre outros, arsênico, chumbo, cádmio e mercúrio. (RODRIGUES, 2011. p.57)

A negociata que envolvia os passivos da empresa se tratava oficialmente de uma ampla parceria entre o Governo de Minas Gerais e a Prefeitura de Itaguaí, idealizada pela Secretaria de Estado do Ambiente, com o “estabelecimento de um acordo entre as partes” para superação de “todos os obstáculos jurídicos,

possibilitando o início das obras de descontaminação do terreno” (Relatório Ingá da Secretaria do Meio Ambiente apud RODRIGUES, 2011. p. 59). Com a compra do terreno da antiga Ingá pela Usiminas, resultado no Retro Área Portuária Usiminas, para manuseio e estocagem de minério de ferro.

Notoriamente, a atração de capital se tornara uma constante municipal e, em decorrência disto, a holding EBX (do então empresário em acessão Eike Baptista) lança seu projeto de construção de um porto privado, com a função de escoar a produção do “Quadrilátero Ferrífero” em Minas Gerais, dado que a principal atividade do Grupo EBX é a mineração. Para que fosse possível alcançar tal projeto de desenvolvimento do porto privado da LLX (companhia que atua como braço logístico do Grupo EBX), ocorreu uma total reconfiguração do bairro da Ilha da Madeira em Itaguaí. O terreno destinado a construção do porto privado da LLX, o Super Porto Sudeste, possuía em suas fronteiras uma pedreira que atrapalhava a movimentação externas das cargas. Para solucionar tal problemas, a LLX adquirira então a Pedreira Sepetiba, para instalar o acesso ao túnel que liga o pátio de estocagem a base portuária.

Imagem 8 – Imagem de satélite LLX-EBX e Área Portuária Usiminas



Fonte: Google Maps

Eike Batista em toda sua projeção nacional influenciara todo arranjo político local, produzindo politicamente um ambiente em Itaguaí propício para seus negócios. Recebido como um bom filho, o empresário firmou, dado seu prestígio então reinante, como “o” grande e influente empresário que levaria Itaguaí a um novo patamar de desenvolvimento. Conseguindo exceções fiscais através de acordos com o Poder Executivo municipal, licenças ambientais em área protegidas, deslocando escolas públicas para fora da Ilha da Madeira, o empresário, como diz Rodrigues, “marcou a Ilha da Madeira com X”. Nos anos de construção de seu terminal, um píer fora construído, impossibilitando o sustento econômico através de uma atividade primordial para região: a pesca. Para que o porto pudesse ser ampliado, foram desapropriadas cerca de 200 famílias. Além disso, dado o porte de sua obra, ainda não acabada plenamente, a poeira e o barulho de explosão se tornaram constantes no bairro da Ilha da Madeira. As falas que apontam a degradação ecológicas são perceptíveis, com o fim de um grande manguezal no bairro e o relato da escassez de peixes. Atualmente, dada a pública decadência financeira do Grupo EBX, o porto outrora pertencente a LLX passa a ser administrado pelo Consórcio Impala - Mudadala, possuindo tal consórcio 65% do porto, enquanto o Grupo EBX mantém os 35% restantes. Abaixo, uma foto do único acesso dos moradores a Ilha da Madeira, 6 anos depois do princípio da obra, em 2013.

Imagem 9 – Problemas de conservação da estrada em Ilha da Madeira



Fonte: Jornal Atual em <http://jornalatual.com.br/portal/2013/04/04/caos-na-estrada-da-ilha-da-madeira/>

Itaguaí ainda seria palco de mais um importante projeto, desta vez no ano de 2011: a instalação de um estaleiro naval com a finalidade de construir quatro submarinos no Brasil. Trata-se do projeto Prosub-EBN, uma parceria entre a Marinha do Brasil e a Odebrecht para desenvolvimento de tecnologia com o intuito de levar o Brasil para o seleto grupo de detentores do conhecimento necessário para garantir a construção de submarinos convencionais, e, mais importante, submarinos de propulsão nuclear. A própria construção dos submarinos em questão demandara um novo investimento público: a ampliação da Nuclep. Na Nuclep, segundo informações do site Defesa Aérea e Naval:

“(...)serão construídas as subseções e seções, bem como a pintura do casco resistente dos submarinos que serão levadas para a UFEM, onde irão receber a montagem dos componentes internos.” (Site Defesa Aérea e Naval, em 30 de setembro de 2014. Link: <http://www.defesaaereanaval.com.br/?p=12163>)

E, para que o projeto seja levado a diante, a construção de outro túnel cortando o relevo da Ilha da Madeira fora necessário.

Imagem 10 – Túnel Prosub EBN



Imagem 11 – Imagem de satélite da Área Industrial de Itaguaí



Dois fatos são relevantes. Inicialmente, temos que, evidentemente, elementos radioativos estarão ainda mais presentes em Itaguaí, localizada a menos de 50 km das usinas nucleares de Angra dos Reis, ampliando a possibilidade de acidente nuclear no município. Relevante também é frisar a ação contemporânea do Estado na tentativa construir e reativar estaleiros, ampliando a indústria nacional nos 12 anos em que o governo do PT esteve à frente da política nacional; neste sentido, o projeto Prosub-EBN pode ser inscrito em um processo amplo, que inclui o revigoramento de estaleiros como o Brasfed - antigo Verolme, em Angra dos Reis - e do complexo de estaleiros localizados em Niterói, entre eles o Mauá - Jurong.

Em números, também é possível verificar a ação estatal em Itaguaí, já que Rodrigues informa que segundo o Portal Transparência, entre 2007 e 2012 a inversão de capitais públicos fora na ordem de cerca de 220 milhões de reais.

Para além dos números, a simples contemplação de uma paisagem pode sugerir os impactos da Ilha da Madeira. Abaixo, foto da entrada da Ilha da Madeira, anteriormente área tomada pelo verde.

Imagem 12 – Prosur-EBN



Há ainda em Itaguaí mais um empreendimento em projeto:

Assim, temos, no somatório das ações impactantes na cidade em uma miríade de novos projeto, como é possível visualizar na figura abaixo:

Imagem 13 – Imagem de Satélite Zona Industrial de Itaguaí e Zona Industrial de Santa Cruz



1. A construção do Super Posto Sudeste, pela LLX e pelo Consórcio Impala- Mudadala,
2. O pátio de estocagem de peças Prosurb - EBN
3. O estaleiro Prosurb-EBN
4. O terminal Tecon



5. A Usiminas
6. O terminal CBPS
7. O Terminal Tecar
8. Ampliação da Nuclep
9. Base administrativa e terminal de montagem Prosurb – EBN
10. Construção da TKCSA
11. A previsão da construção de um mega terminal portuário, uma associação entre Petrobras, Gerdau e CSN - com obras previstas para o princípio de 2015
12. O AMRJ
13. O projeto do Porto de Itaguaí se tornar o porto concentrador de cargas do Atlântico Sul, com a ampliação de um terminal de contêineres
14. A ampliação da Gerdau e da Nuclep

E, logicamente, como atenta Rodrigues, todos estes projetos contam com o amplo financiamento público:

(...) entre empréstimos concedidos a empresas (...) R\$ 49,9 milhões (MRS Logística S/A); R\$ 1,48 bilhões (CSA/Thissenkrupp); R\$ 1,2 bilhão dividido em R\$ 407, milhões do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES-PSI) para compra de equipamentos nacionais e R\$ 805,1 milhões, estruturada dentro da modalidade Project Finance (LLX Sudeste Operações Portuárias Ltda) R\$ 322,8 milhões (Compahia Siderúrgica Nacional). Ainda a Ingá Usiminas, projeta investimentos de cerca de R\$ 600 milhões, vinculados diretamente a receita da União, e são investidos R\$ 6,7 bilhões no programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil. (RODRIGUES, 2012. p. 89)

É um inegável apoio ao desenvolvimento local dado pelo Estado. E a iniciativa privada também reconhece as vantagens de instalação de seus projetos em solo itaguaiense e circunvizinhança, como pode ser constatado através do portfólio elaborado pela Firjan e reproduzido abaixo:

Imagem 14 – Slide Firjan



## Para onde vai ser direcionado o crescimento econômico?



O mapa apresenta a perspectiva de um imenso espaço vazio, como se este estivesse ansioso por ocupação, desejoso em receber o capital industrial. A figura é um instrumento de propagação da ideia de que estes espaços desabitados podem ser construídos e modificados da forma mais útil para o desenvolvimento dos interesses mercantis, sendo modelados estes espaços em função dos interesses do capital, como diz Harvey (2007). É este olhar, incapaz de contemplar uma imensa população que fora, é e será cada vez mais impactada pela alteração dos modos de vida ocorridos em função do novo modelo de desenvolvimento local, que passara a influir na ação do Estado em Itaguaí após os anos 2000.

Somente em Itaguaí, são hoje cerca de 110 mil habitantes oficialmente, todos impactados pelo processo em maior ou menor grau. E, dizemos oficialmente, dado que há uma flutuação no número de moradores em função dos - temporariamente habitantes na cidade trabalhadores - empregados nas obras de infraestrutura ainda em andamento no município, podendo este número oficial ser sub estimado.

Tradicionalmente, as áreas ocupadas pela população de menor poder econômico estão sujeitas à intervenção do Estado Capitalista de forma a modificar o uso do espaço para atender as demandas e ensejos do capital, em uma ação que

no Brasil comumente se dá de modo apartado da participação cidadã. Mesmo o desenvolvimento pensando em função do Comperj, com a tão aclamada ampliação dos postos de trabalho para a massa populacional, estão, em verdade estruturadas de forma a atender a demanda por ampliação do lucro privado. Isso fica evidente, por exemplo, com a instalação de uma unidade do Senai e uma do Instituto Federal Fluminense (antigo CEFET) em Itaguaí, que, embora de fato ampliem a escolaridade local de moradores, dado o oferecimento gratuito à comunidade de cursos através do Pronatec, no caso do Senai, e a formação técnica tradicional do IFF são instituições de ensino técnico fundamentais para a indústria carente de mão de obra especializada.

A lógica das melhorias municipais é, geral, residual a oferta de condições de produção ótima para a indústria. Desta forma, diante de quadro de tantas modificações estruturais, o planejamento do desenvolvimento não está focado em diminuir os impactos junto a população local. E eles são muitos, se impondo sobre o cotidiano citadino de múltiplas formas.

Ao adentrar por Itaguaí através de suas principais vias expressas, fica evidente o tamanho das modificações que se puseram em curso nos últimos dez anos. Condomínios de luxo passam a afigurar na cidade, como, por exemplo, o Condomínio Villar do Coqueirais, na Reta de Piranema, onde um lote é valorado em um mínimo de 250 mil reais. Abaixo, um condomínio em construção dentro da cidade de Itaguaí, aonde tradicionalmente a auto construção das moradias é imperativa:

Imagem 15 – Prédios em construção em Itaguaí



As percepções das alterações na dinâmica social do município de Itaguaí podem ser constatadas através de um ato simples: um caminhar por Itaguaí aponta a magnitude das alterações na vida do cidadão comum. Por todo lado, novas e imponentes lojas são erguidas para um consumidor cada vez mais selecionado e com maior poder aquisitivo, novos bares, novas casas de show, novos postos comerciais, novas habitações, novos hotéis. Um número significativo de novos comércios foi construído nos últimos dez anos, em um imenso salto histórico, comércio este interessado na renda do novo morador de Itaguaí. Importa também que muitos novos empreendimentos foram construídos em imóveis desabitados a pelo menos 10 anos ou em terrenos baldios. Impressiona que no espaço de 3 anos a vizinhança tradicional tenha sido, em algumas localidades, inteiramente reinventada.

Para além disso, a efervescência econômica tende por si a encarecer o custo da vida local. Os grandes empreendimentos que vem sendo desenvolvidos no município tem atraído a especulação imobiliária de forma brutal. Na fase de construção da TKCSA, por exemplo, o fluxo de migração para o município ocasionada pelo número de trabalhadores envolvidos diretamente na construção da obra, elevou a população local em mais de 30% em dois anos. A valorização da terra ocasionada pelos projetos recém-implementados ou em fase de

implementação, dada a sua localização agora privilegiada, chegaram a elevar em cerca de 200% o valor do aluguel em Itaguaí; no ápice dos patamares de preço, um aluguel de uma casa de 4 quartos em Itaguaí poderia gerar cifras em torno de 10 mil reais, justamente por sua possibilidade de se configurar como um alojamento para os trabalhadores da obra em execução.

Com o fim das obras e a diminuição da demanda, os últimos 4 anos tem sido marcado por patamares menos elevados nos preços habitacionais, mas isto não significa a volta para os padrões municipais de outrora. Em uma cidade que historicamente abriga uma população expulsa por pressão econômica da cidade do Rio de Janeiro, a alta dos preços significa uma nova expulsão, desta vez de uma parte da população para áreas periféricas do município. Estas áreas, algumas já existente que se ampliam e outras que surgem com o processo, carecem hoje de mínimas condições de habitação, como água encanada e transporte público.

Marcadamente, atraídos pelo surgimento de novos postos de trabalho, muitas famílias vêm se dirigindo para Itaguaí. Diante da ausência de empregos formais ou mesmo dos baixos salários oferecidos, há em andamento um processo de favelização em algumas localidades. O Jornal Atual destaca a ação da Polícia Militar na madrugada de 12 de janeiro de 2012, quando o poder público desocupou a ocupação irregular no bairro Estrela do Céu, sem que esta ação contasse com qualquer projeto de habitação para esta população, fosse o projeto permanente ou temporário:

Entre a rodovia Rio-Santos e a linha férrea no bairro Estrela do Céu, dezenas de famílias construíram barracos de madeira e viviam de forma ilegal há pouco mais de dois meses. Algumas pessoas eram oriundas da última desocupação, feita no dia 12 de dezembro de 2010 (...) (Jornal Atual in: <http://jornalatal.com.br/portal/2012/01/13/quando-essa-agonia-vai-acabar-meu-deus/>)

Ainda sobre a questão da habitação, destaca-se o processo violento de desapropriação de moradores no bairro do Brisamar, para que se prosseguissem as obras do AMRJ. Em nome do desenvolvimento, moradores locais relatam que fora lhe oferecido por suas casas valores entre 80 mil e 25 mil, insuficiente para a aquisição de uma nova propriedade no município em valorização (Diário Oficial em 08 de agosto de 2013). Diante da insatisfação dos moradores, há relatos de ameaças

a moradores para que desocupem os imóveis. O jornal local, Jornal Atual, aponta que:

(...)uma equipe do Departamento de Estradas e Rodagens (DER), foi até o local acompanhada de policiais militares do 24º BPM ( Queimados) fortemente armados, numa tentativa de intimidá-los e assim desapropriar as casas por valores irrisórios, conforme o ATUAL publicou na semana passada. (Jornal Atual, em 16 de outubro de 2013)

Os planos do poder público de tornar a cidade base de escoação da produção metropolitana levaram à enormes investimentos em algumas áreas da cidade, especialmente no referente a infraestrutura. No entanto, a ideia de implementação dos projetos passa ao largo da democracia local, com tais planos sendo definidos em uma parceria entre o Estado e grandes empresários. Notável exposição da estrutura tradicionalmente excludente da intervenção popular é a reunião ocorrida em setembro de 2014 entre que a prefeitura municipal e o sistema Firjan, a 4ª Reunião Municipal Firjan/CIRJ. Tratava tal evento da ampliação do sistema de telecomunicações municipal, especialmente no tocante a banda larga - fundamental para a operacionalidade das empresas no mundo globalizado - e, como destaca o Jornal Atual, embora a ampliação das possibilidades de telecomunicações locais seja de amplo interesse social, nem mesmo a imprensa obteve direito à entrada no evento interno:

Lamentavelmente a imprensa não foi convidada a participar da reunião, que debateu assunto extremamente pertinente e de interesse dos itaguaienses, que sofrem com serviços precários de telecomunicações em vários aspectos: internet, TV a cabo e telefonia móvel. (Jornal Atual em 03 de setembro de 2014)

Esta forma de gestão do território exclui a participação democrática no processo decisório, mas finda deixando a população com o ônus de tais empreendimentos. O enorme contingente populacional atraído para a cidade pelas propostas de empregos temporários ou apenas pela perspectiva destes sem que houvesse um maior planejamento neste campo levaram a cidade ao desordenamento lógico. É o que aponta Vainer (2001, p.43):

Além da filosofia que norteou os projetos implementados na Bacia de Sepetiba, cabe questionar seus impactos socioambientais, cuja gravidade revela ainda mais a desterritorialização desses empreendimentos em

relação área distribuída para atores extraterritoriais enquanto sobram impactos essencialmente negativos para as populações locais.

Em função da recente ampliação do número de moradores em Itaguaí, nos últimos dez anos eventos impensáveis até então tornam-se cotidianos. Há o surgimento de engarrafamentos nas principais vias da cidade diariamente, a disputa por vagas em escolas públicas dada a incapacidade do poder local de minorar o impacto desta população que chega e deve ter seu direitos constitucionais assegurados, e, principalmente no que se refere a população local que tradicionalmente sobrevive da atividade pesqueira, os grandes e poluidores projetos em curso provocam o desaparecimento dos peixes que eram base de vida para uma parte da população.

O município incha de tal forma que o oferecimento de serviços como internet, telefone e água se torna ainda mais deficitários. Em 2014 uma fila de dois anos pode separar um morador da instalação da banda larga Velox, ocorrendo situação similar na simples instalação de telefones. *Não temos mais linhas para instalar*, argumenta a empresa Oi. A falta de água em algumas localidades, uma marca municipal, se agrava ainda mais com a ampliação do número de moradores, tornando-se a falta de água uma costumeira em alguns bairros.

O transporte público se torna incapaz de dar vazão ao novo contingente populacional, mesmo com a abertura de novas linhas. O transporte de um município com aproximadamente 100 mil habitantes detém um horário para os usuários do transporte público dignos das grandes metrópoles, tal a incapacidade do poder público de racionaliza-lo.

Para além da infraestrutura, é de se questionar que impactos objetivos e subjetivos um processo tão vasto de reestruturação do ordenamento lógico seria capaz de produzir no município. Sobre este impacto em Itaguaí, Rodrigues diz que:

Não é possível negar, as mudanças dadas pela nova dinâmica já imprimem outro registro no espaço. Ao mesmo tempo incorporam e redefine a área de circulação, implica no obrigatório aumento dos fluxos, seja no transito de veículos, circulação de pessoas, produtos, máquinas, e consequentemente alimentam novos hábitos, novas práticas e padrões responsáveis por assinalar a reconfiguração. As principais preocupações demonstradas se alocam no aparecimento de transgressões morais, como a prostituição, introdução de males e incremento da violência. Através dos depoimentos, percebemos a expressão “violência” ser usada por duas vertentes: a primeira contra o ecossistema e a segunda, contra a sociedade (RODRIGUES, 2011. p. 75)

Não adianta dar fábrica de gelo, cais, se não tivermos área para pescar. Os portos criam mais uma área de exclusão (de pesca) na porta da nossa casa. (Fala de Sérgio Hiroshi Okashi, in: RODRIGUES, 2011. p. 70)

Importa que com a reestruturação da base econômica municipal e o seu conseqüente crescimento demográfico há a deflagração do discurso da insegurança entre os moradores locais. Itaguaí, que tradicionalmente se percebia como uma cidade pequena e segura, repentinamente identifica suas ruas como local perigoso. Os relatos de eventos criminais ocorridos no município, traduzidos oralmente pela população residente dentro de seus grupos sociais, passam a habitar o imaginário popular, propagando o ideário de cidade violenta

O medo, ainda que permaneça não localizável, gera a expectativa, é tratado como uma possibilidade real de ocorrência. Baierl (2004) argumenta que:

É um sinal de alerta de que estamos correndo alguns riscos. No entanto, esse risco pode ser real, imaginário ou potencial. O risco pode ser real, imaginário ou potencial. Se o medo é real, o risco que se corre pode ser potencial ou imaginário, não necessariamente real (BAIERL, 2004. p. 337)

Este medo alterará a coletividade social local, criando uma nova sociabilidade. Caldeira (2000) entende que o medo e a criminalidade tem por características promoverem uma alteração do arquétipo social citadino, resultando em uma segregação no espaço. A lógica aparente é que os moradores, movidos pelo medo e a insegurança de habitarem e existirem em seus redutos tradicionais, passam a se apartar da vida citadina, seja mudando seus hábitos de vivência nas cidades, seja construindo em torno de si e de suas residências muros e novas estratégias de proteção. Diz a autora que “As rotinas diárias daqueles que habitam espaços segregados são bem diferentes das rotinas anteriores em ambientes mais abertos e heterogêneos”(CALDEIRA, 2000. p. 301). Com efeito, tem-se a criação cognitiva de “zonas de perigo” e uma tendência de tornar o encontro com estranho, base da convivência citadina, um evento de tensão e propagação da insegurança.

Esse discurso de modificações nos hábitos locais como resposta a um aumento da violência é constatada na fala dos moradores de Itaguaí: “Eu ia e voltava pra casa a pé, não importava a hora. Fazia isso desde menino, mas agora faço mais não. Itaguaí não é mais a mesma e não vou ficar dando mole, né?”

Caldeira entende que o medo tende a se espalhar pela cidade uma vez que a ampliação do número de incidências criminais não é acompanhada de uma ação do



Estado visando garantir segurança a população. De fato, há uma ausência, no plano de políticas públicas, de ações do Estado dentro de Itaguaí com a finalidade de minimizar os efeitos que a reestrutura urbana gerou na cidade também no tocante a segurança pública. As parcas políticas sociais não foram ampliadas e, em relação as políticas de segurança, sequer foram idealizadas.

Carvalho (2002) relata que a expressão “cidade escassa” pode iluminar a percepção coletiva de que a cidade se tornou “pequena” para abarcar os novos indivíduos que para ela se dirigem. A autora traduz este sentimento de “cidade pequena demais para ser ocupada pelos forasteiros’ como reflexo de uma cidade que é sim pequena, mas do ponto de vista político; o Estado não consegue promover a cidadania e garantir direito para todos, gerando um sem número de cidadãos excluídos. É essa incapacidade em universalizar os direitos de cidadania a promotora de um sentimento de ressentimento e desconfiança social entre os velhos e novos moradores de Itaguaí.

Este esse sentimento de ruptura com a sociabilidade até então reinante cria a necessidade de um novo reordenamento social dos laços comunitários. Embora Itaguaí tradicionalmente tenha recebido em seu território habitantes oriundos da cidade do Rio de Janeiro, há uma aparente sensação de anormalidade por parte dos moradores da cidade para com os novos cidadãos. Os moradores utilizam frequentemente a palavra “invasão” para se referirem as mudanças municipais ocorridas nos últimos anos. Palavras como “formigueiro” são empregadas com alguma constância, demarcando um discurso que acusa que há o elemento do “outro”, do “desconhecido” que não tem identidade local e que, no entanto passa a ocupar os lugares tradicionais da cidade.

É relevante para compreender o processo de formação subjetiva dos moradores de Itaguaí no concernente a reestruturação urbana em curso, o dado fornecido pelo IBGE que informa que dos 109 mil habitantes de Itaguaí em 2010, cerca de 40 mil não eram naturais do município. Embora o capital migre em busca de um aquecimento do setor de serviços de Itaguaí, a cidade fixa a imagem do desconhecido como homem que trabalha na construção civil; o famoso “peão” passa a permear o imaginário de perigo local como uma perfeita produção do estereótipo popular de quem é esse novo morador local. Tal percepção é passível de captação na fala dos moradores, algumas vezes de forma direta e outras de uma forma menos evidente. Exemplo são os discursos empregados por dois moradores da

cidade. A primeira, natural do município, reclama do inchaço da cidade, referindo-se “a *peãozada*” ou “*cabeças de balde*”, em casos mais extremados, que não a deixa mais entrar no mercado, que agora, segundo a moradora, está sempre lotado. O segundo morador relata preocupação com as filhas, que segundo ele, estariam “no meio de tanto homem que ninguém sabe de onde veio”.

O significativo é que a polícia local identifica estes grupos como possíveis futuros criminosos. Um dos Policiais Militares (PM), alocado no município e também morador de Itaguaí, relata que há um reforço na segurança no local de moradia destes trabalhadores destituídos de contrato empregatício. O reforço, segundo o PM, seria para ampliar a vigilância sobre tais moradores. A pergunta retórica proferida pelo policial explicita seus temores: “o que um cara que vem de outro estado e não encontra trabalho vai fazer aqui, a não ser roubar? Não entendo como a prefeitura não manda esses sujeitos embora.”.

Tal preocupação com os novos moradores pode ser percebida em outros momentos na atuação policial. Segundo relatam os próprios agentes de segurança do Estado, há uma ampliação do efetivo policial em torno de 40% entre 2005 e 2011, que, no entanto, é tido como insuficiente pela própria polícia para garantir a segurança local em face de nova realidade. O relato da insegurança aparece representado na presença, totalmente inédita, de Polícia Montada, em uma tradicional festa da cidade, em 2010. Percebe-se que há um discurso em torno da propagação da violência que justificaria qualquer estratégia de ação policial. Não é atoa que um dos principais conselhos mistos em funcionamento na cidade é justamente o Conselho de Segurança Pública.

Além disso, há de fato uma ampliação significativa no número de incidências criminais em algumas tipificações, segundo os dados oficiais do ISP (Instituto de Segurança Pública), como pode ser percebido através do gráfico abaixo:

Imagem 16 – Gráfico das tipificações criminais roubo, roubo a transeunte e roubo a residência em Itaguaí, entre os anos 2000 e 2012

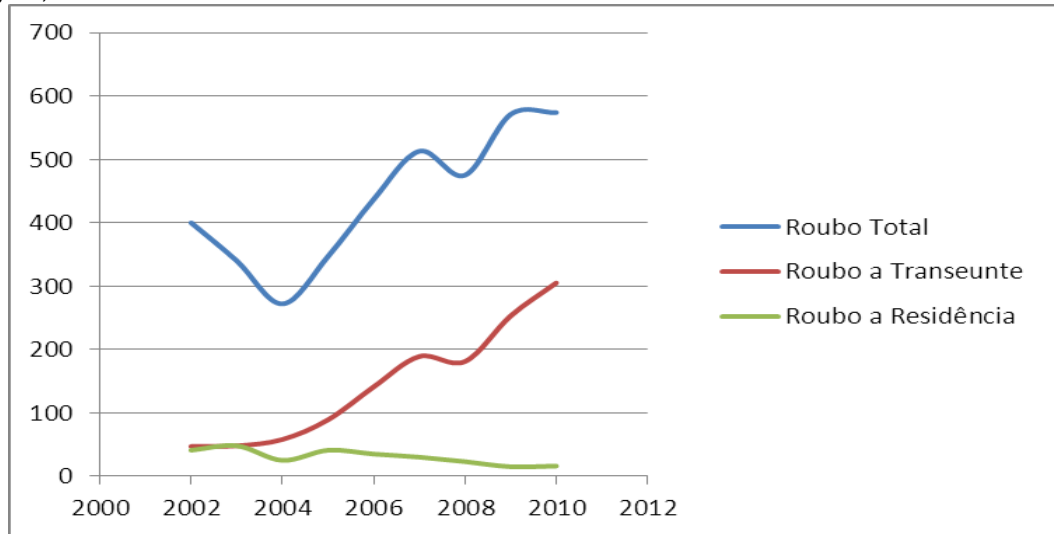
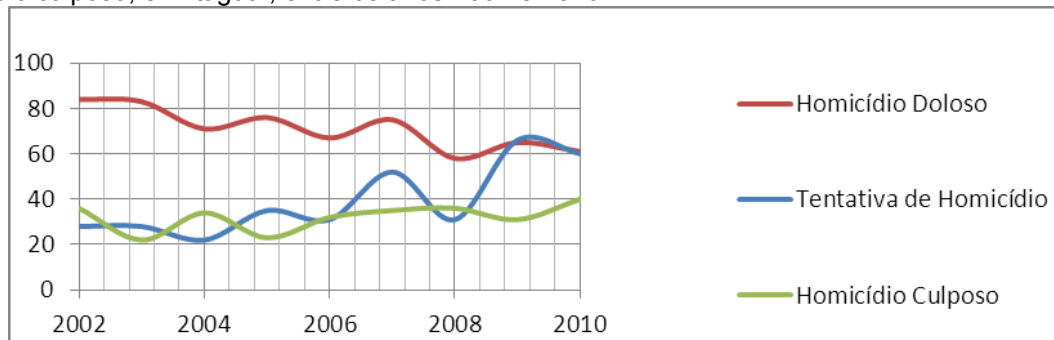


Imagem 17 - Gráfico das tipificações criminais homicídio doloso, tentativa de homicídio e homicídio culposo, em Itaguaí, entre os anos 2002 e 2010



Ainda que o crime mais grave, a taxa de homicídio, tenha sofrido uma queda significativa dentro do período analisado, é de relevância atentar para o grande aumento de outra tipificação criminal: o assalto a transeunte. Em 2002 não passavam dos 47. Em 2010 chegam até 305. 2010 não é apenas um ponto fora do histórico municipal, já que observamos que há um novo patamar no número de assalto à transeuntes no decorrer dos anos pesquisados, havendo em 2013 um registro oficial de 275 desta tipificação penal no município de Itaguaí.

A ampliação do número de assalto a transeuntes é também ampliada no Estado do Rio de Janeiro como um todo, entretanto, enquanto no estado esta ampliação fixa-se na casa dos 226%, o que é por si só uma ampliação fora do aceitável dentro das políticas públicas, em Itaguaí temos uma ampliação em 548%. O município que tinha sua auto imagem como o “lugar da segurança”, se vê diante desta ampliação criminal ampla. A residência fixa-se como o lugar de conforto, o

lugar em que o estranho não entra e os dados oficiais apontam para, de fato, uma relativa segurança social.

O medo e a insegurança são então preponderantes na sociedade de Itaguaí. Mas do que isso: a sociedade itaguaiense estabelece uma clivagem social que tende a marginalizar os novos moradores. Becker (2008) trata da criação do elemento “outsiders” dentro da sociedade, em que o elemento que vem de fora é entendido como parte desviante da sociedade. Entendemos que, no caso de Itaguaí, grupos tradicionais da cidade estariam disseminando a perspectiva que os novos moradores não estariam dentro das regras sociais de Itaguaí, associando esta ausência de enquadramento como sinônimo de prática de atos criminosos ligados a violência. Na mesma linha, ainda dentro da Sociologia do Desvio, Goffman (1977) trata do estigma a quais alguns sujeitos são postos à margem da estrutura social preponderante, como se estes indivíduos negassem o respeito a ordem local. O estigmatizado tende a inculcar em seus atos o lugar social a qual ele é relegado. Tal característica fica evidente em Itaguaí, quando até a mesma na fala dos novos moradores torna-se possível perceber a retórica da desordem local, culpando o inchaço da cidade pelo problemas estruturais que a reestruturação impõe.

Notável a ampliação do número de apreensão de drogas pela registradas em Itaguaí. Em 2003, tratavam-se de 57, subindo para 248 em 2013. A explicação social para a ampliação destes números se ancora justamente na figura do forasteiro.

Carvalho aponta a preposição de que quando a cidade não é escassa para os que nela habitam, quando é “estendida”, torna-se um local “pacífico e promissor” (CARVALHO, 2002. p. 4). Do contrário, a exclusão gera o sentimento de não pertencimento, de ressentimento, enfim, há fragmentação social; uma comunidade que não se reconhece com tal é incapaz de se organizar em torno de objetivos em comum. Assim, diz Carvalho:

Desenvolve-se, então, a fragmentação da autoridade e o fortalecimento de inúmeras microssociedades com seus chefes e legalidades próprios; propaga-se a corrupção; observa-se a deslegitimação do monopólio do uso da violência pelo Estado e a generalização do conflito. (CARVALHO, 2002. p.4)

Nesta perspectiva em que a “cidade escassa” é protagonista, a possibilidade do uso indiscriminado do termo “desenvolvimento” para o processo em Itaguaí se encontra deve ser analisado, e não tomado como um lugar óbvio. SEN (1999)

convida a desnaturalizar o termo “desenvolvimento” como se este fosse sinônimo de crescimento econômico, dizendo que embora o crescimento do capital local contribua para a ampliação da possibilidade de liberdade dos indivíduos, o crescimento econômico não deve se tornar uma busca pela busca, um fim em si mesmo. Para que haja um efetivo desenvolvimento local, é caro que se desenvolvam melhorias significativas nas condições de vida dos indivíduos, para que estes possam alçar a liberdade.

A polissemia do termo “desenvolvimento” pode ser apreendida com a observação do Relatório de Impactos Ambientais do Porto Sudeste, em que são listados os impactos da construção do porto em Itaguaí. Como poderá ser visto através da tabela abaixo, os dois únicos impactos listados como positivos são referidos ao aumento da massa salarial e a ampliação da arrecadação de impostos, em uma clara evidência de que estes deveriam ser os benefícios que justificam e são compensatórios de todos os impactos negativos da implementação do porto local, sendo “N” impactos negativos e “P” impactos positivos:

**Tabela 2 – Rima Porto Sudeste**

Meio Físico	Canteiro	Dragag	Ramal	Pátio	Rodo	Term	Tun*
Indução a processos erosivos	N		N	N	N	N	N
Variação da qualidade do ar	N		N	N	N	N	N
Acumulação de metais pesados pela biota		N					
Sobrecarga da capacidade do local de disposição Resíduo Sólido	N	N	N	N	N	N	N
Sobrecarga da capacidade do local de disposição Resíduo Contaminado	N	N	N	N	N	N	
Supressão sobre manguezais e remanescente de Mata Atlântica	N		N	N	N	N	N
Inômodos relacionados a ruído, vibrações e poeira	N		N	N	N	N	N
Indução ao assoreamento dos corpos hídricos	N		N	N	N	N	N
Perda de patrimônio paisagístico	N		N	N	N	N	
Alterações na rede de drenagem	N		N	N	N	N	N
<b>Meio Biótico</b>							
Alteração da comunidade marinha		N					
Alteração do ecossistema marinho		N					
Alteração do ecossistema terrestre			N	N	N		N
Redução da comunidade bentônica e deslocamento da fauna nectônica		N					
Alteração do comportamento de mamíferos marinhos		N					
Afugentamento da fauna		N					
Perda de habitat da fauna terrestre	N		N	N	N		N
Indução ao assoreamento dos corpos hídricos				N	N		N
Aumento de poluição na Baía de Sepetiba	N						

**Meio Socioeconômico**

Incidência de doenças respiratórias	N		N	N	N		N
Varição da qualidade do ar	N		N	N	N	N	N
Risco de acidentes rodoviários	N			N			
Contaminação por alteração da qualidade dos corpos hídricos	N	N	N	N	N	N	N
Alteração no quadro de saúde da população	N	N					
Redução no volume de captura de pescado		N					
Risco de acidentes com embarcações		N					
Interferência na atividade da pesca		N					
Risco de atrito com a população	N		N	N	N	N	
Perda da qualidade de vida	N	N	N	N	N	N	N
Aumento da massa salarial	P						
Aumento da disseminação DST/AIDS	N						
Sobrecarga sobre infraestrutura de saúde	N						
Aumento da arrecadação tributária	P						
Desestruturação das relações comunitárias	N		N	N	N		
Dinamização da economia local	N						
Aumento da ocupação irregular do solo urbano	N						
Interferência na atividade turística	N	N	N	N	N	N	
Alteração da dinâmica socioeconômica	N	N	N	N	N	N	

**Tabela 3 – Rima Porto Sudeste 2****Cenário Sucessão/Alvo – Operação**

<b>Meio Físico</b>	Canteiro Dragag	Ramal	Pátio	Rodo	Term	Tun*
Varição da qualidade do ar					N	
Acumulação de metais pesados pela biota	N					
Incômodos relacionados a ruído, vibrações e poeira		N	N	N		
Perda de patrimônio paisagístico		N	N	N	N	
Alterações no uso e ocupação do solo		N	N	N	N	
<b>Meio Biótico</b>						
Alteração do comportamento de mamíferos marinhos	N				N	
Aumento da área de incrustação para organismos bentônicos					N	
<b>Meio Socioeconômico</b>						
Incidência de doenças respiratórias				N		
Contaminação por alteração da qualidade dos corpos hídricos	N	N				
Risco de acidentes com embarcações					N	
Interferência na atividade da pesca	N				N	
Risco de atrito com a população					N	
Perda da qualidade de vida					N	
Aumento da massa salarial					P	
Aumento da arrecadação tributária					P	
Dinamização da economia local					P	
Aumento da ocupação irregular do solo urbano					N	
Interferência com a atividade turística		N		N	N	
Aumento de novos postos de trabalho					P	
Desmobilização da mão-de-obra da construção civil	N					
Aumento da capacidade de exportação de minério					P	

É de ser frisado que há uma disseminação de postos de trabalhos formais e informais por toda cidade. A associação patronal ACIAPI (Associação Comercial e Industrial Agropastoril de Itaguaí) aponta a ausência de mão de obra nas plantações de banana da região, relatando que dados os benefícios do emprego formal, como plano de saúde e cesta básica, é inviável manter o trabalhador não qualificado no trabalho braçal agrário. E por toda Itaguaí, multiplicam-se pequenos negócios que também ampliam o mercado de trabalho. Entretanto, mesmo nas grandes empresas,

a ampla maioria dos trabalhadores relata uma faixa salarial entre um e um salário mínimo e meio.

Notadamente, desde o princípio do processo de ocupação do território do município de Itaguaí, há uma tendência em utilizar o espaço não para atender a demanda de quem nele mora, e sim como local que deve estar voltado para atender as necessidades da metrópole, seja servindo de “cinturão verde” para a então capital do Brasil, seja abrigando os moradores economicamente desfavorecidos, que, expulsos da capital, se espalham pela Baixada, sem que haja um plano de ordenamento territorial.

Essa lógica marca a história municipal, delimitando que as ações para o desenvolvimento regional devem ser pensadas como mais importantes do que a estrutura social interna. Diante de um processo de desenvolvimento que é fruto de um Estado Capitalista, os impactos negativos locais são, em geral, conclamados como parte inerente do processo de reestruturação econômica.

Evidentemente, a ação planejada do Estado poderia minimizar este impacto no cotidiano da sociedade local. Não o faz. O município, que tradicionalmente é reduto de uma população desfavorecida economicamente, acompanhara pelos jornais e através das janelas de sua casa a transformação do espaço em que se vive. Não seria diferente em uma cidade que tradicionalmente é utilizada para o Guimarães denominou como “usos sujos”:

Por outro lado, o local escolhido para instalação da TKCSA pode ser caracterizado como uma zona de exclusão, que, desde o final do século XIX, vem recebendo os designados ‘usos sujos’, conhecidos por produzirem impactos negativos e incômodos à população. Em que pese a industrialização sugerida ao local estar atrelada a idéia de crescimento econômico, o que se tem visto é que não houve melhora nas condições da população local, que, ainda, perde qualidade de vida e a possibilidade de continuar exercendo atividades tradicionais, como a pesca artesanal e agricultura. (GUIMARÃES, 2011. p. 60)

É diante deste quadro, em que a população tem de lidar com os impactos provocados pela novo arranjo econômico local, que as organizações da sociedade civil se movimentam, articulam e agem. Como é possível interferir em processo tão além das fronteiras municipais?

## **2 QUANDO O VELHO E O NOVO COEXISTEM EM TUDO AO MESMO TEMPO AGORA: VOCAÇÃO DAS CIDADES, EMPREENDEDORISMO E PREFEITOS PROFISSIONAIS VS MANDONISMO, CURRAL ELEITORAL E LEGISLATIVO ESTÁTICO**

Jane Jacobs, ao analisar o planejamento urbano ortodoxo americano, nos idos dos anos 60, redige uma emblemática frase:

Atualmente, o governo de uma cidade grande não passa de um governo de cidade pequena que foi expandido e adaptado de modo bem conservador para lidar com incumbências maiores. (JACBS, 2011. p. 457)

A afirmativa leva o leitor à compreensão de que, embora haja um crescimento das cidades, o planejamento urbano - a ação calculada de intervenção do Estado diante de novas demandas, visando possibilitar o uso do solo para o desenvolvimento capitalista - não produz novos critérios de ação e intervenção do poder público, tão pouco é capaz de transformar as tradicionais práticas políticas realizadas pelo Estado em uma cidade pequena em novas *praxís* que se estruturam como forma de atender as necessidades particulares das médias e grandes cidades. Assim, afirma Jacobs, a estrutura administrativa das cidades não é capaz de propiciar que esta cidade em transformação seja uma cidade funcional, tanto para quem habita estes espaços como também muitas vezes para quem replica o capital neste espaço urbano, dado que a administração local mantém, com pequenas adaptações, as tradicionais estruturas locais.

Jacobs é exata ao iluminar a questão da manutenção de elementos tradicionais na forma de gerir a localidade mesmo diante de um contexto de profundas mudanças econômicas locais. E, notadamente, Itaguaí em 2014 é um exemplo da complexidade do crescimento local e desta associação entre um novo contexto econômico e antigos modos de fazer funcionar a máquina pública. Por outro prisma, também é percebido é que há um número significativo de novas estratégias de governo visando o desenvolvimento local.

Isso significa que antigas e novas práticas coexistem politicamente em Itaguaí, resultando na realidade sócio econômica local na contemporaneidade. Passa pela constituição da política formal a compreensão deste município em desenvolvimento, e isto em função do Estado ser o grande



promotor do desenvolvimento local e a ação da política governamental ser o interlocutor principal da sociedade civil organizada. Assim, compreender os arranjos políticos eleitorais formais, sua relação com antigos e novos poderes em exercício no município, é também compreender a estrutura social local, e, por conseguinte, o contexto social que molda a organização da sociedade civil.

Por tanto, é considerado elemento primordial para o entendimento tanto do plano de desenvolvimento econômico local – especialmente quando a ação que culmina em novas práticas econômicas locais passam pela esfera municipal - quanto do arranjo e da ação da sociedade civil em Itaguaí – em perfeita simbiose com a política formal local – a exposição da política formal itaguaiense. A isto se direciona este capítulo.

## **2.1 A política formal em Itaguaí – Entre novas e velhas práticas**

É de se saber que a grande festa popular de Itaguaí, no sentido de popularidade do evento, é a “Expo de Itaguaí”. Sua primeira edição data do ano de 1993, com a formulação e execução de um evento objetivando a exposição de animais locais e produtos oriundos dos criadouros da região. Com a popularização da festa, dada a sua exitosa capacidade de atração de público, já na edição seguinte o evento passa a reunir em sua bandeira também a exposição de produtos agrários e artesanais, oriundos da produção municipal, e, como forma de atrair o público para o evento, grandes cantores e bandas do cenário nacional vêm se apresentando na exposição agropecuária desde então.

O decorrer da década de 90 a popularização da Expo de Itaguaí fora se expandindo, a tornando, apesar do diminuto tempo de realização, parte da cultura local. As festa populares, diz Amaral (1998), ocupam um lugar de privilégios na cultura brasileira, embora não sejam as festa homogêneas entre si. Mais do que isso: como são fruto da realidade na qual estão inseridas, as festas são reveladoras da cultura da qual são fruto:

Para elas – as *festas*- são traduzidas muitas de suas experiências, expectativas de futuro e imagens sociais. Ela é capaz de, conforme o contexto, diluir, cristalizar, celebrar, ironizar, ritualizar ou sacralizar as

experiências particulares dos grupos que a realizam. É ainda um modo de se resolver, ao menos no plano simbólico, algumas contradições da vida social, revelando-se como poderosa mediadora entre estruturas econômicas, simbólicas e míticas e outras, aparentemente irreconciliáveis. (AMARAL, 1998. p.8)

Importante para o calendário local, a festa é hoje intimamente ligada ao afetivo do cidadão: é nela que os jovens, recém saídos da infância tem seu primeiro momento de liberdade noturna sem vigilância; a expo, com seus grandes convidados, é motivo de orgulho para a cidade; é lugar de primeiros encontros amorosos, de histórias pessoais e sociais e de coisas, que como dizem os itaguaienses, que só acontecem na Expo.

O evento mais esperado, que movimenta o maior capital local e que envolve o maior número eleitores locais (com um público atualmente estimado em cerca de sessenta mil pessoas por dia, em quatro dias do evento), é um palco elucidativo da sociedade, e, em decorrência disto, apresenta elementos que são capazes de dar pistas sobre a forma de gestão aplicada ao município nos últimos 20 anos.

A história da Expo tem início, não por acaso, nos anos 90, momento de crise na economia nacional que produziu profundos efeitos sobre o estado do Rio de Janeiro. Com a fuga do capital e o fechamento de uma grande quantidade de indústrias na região fluminense, a crise financeira se tornou uma realidade para muitas cidades do estado, fazendo com que novas estratégias fossem alçadas como parte da tentativa de possibilitar um novo patamar de desenvolvimento econômico.

Diante do contexto social similar em que estavam inseridas muitas cidades fluminenses, a solução encontrada para a saída da crise é também reflexo da conjuntura comum. Tratava-se da promoção do turismo como tábua de salvação da economia local. Estratégia fora e é amplamente utilizada, posto que é sabido que outras cidades fluminenses buscaram desenvolver práticas similares, como é o caso da FLIP em Paraty, no ano de 2003, ou, por exemplo, o caso de Conservatória, tida como “a cidade da seresta”.

O desenvolvimento do turismo pode, efetivamente, se traduzir em desenvolvimento local, inclusive para os setores economicamente desfavorecidos na sociedade, dizem Santos e Cordeiro (2011). Os autores apontam a capacidade do turismo em gerar renda e desenvolvimento local, criando novos postos de trabalho diretos e indiretos, se tornando assim o principal pilar da economia em muitos

municípios brasileiros. Mas, frisam, o desenvolvimento do turismo local no quadro atual não é espontâneo, ao contrário: para que haja o desenvolvimento do turismo local, há a necessidade do planejamento e intervenção do Estado:

Segundo estudo feito da leitura do Plano Nacional do Turismo (2003 – 2007), para contribuir com um bom resultado torna-se importante também a participação e investimento por parte do poder público, que precisa apoiar as destinações turísticas, os órgãos competentes em nível estadual, regional e municipal, ajudando com o marketing do local e oferecendo informações e facilidades de investimento para que o mesmo local receba bastantes turistas e prospere na atividade turística. (SANTOS; CORDEIRO, 2011. p.4)

Itaguaí, engendrada no contexto histórico preponderante, também apresentará a perspectiva de buscar captação de capital através do desenvolvimento do turismo, especialmente o turismo ecológico. Em função da presença de uma vasta área verde no território de Itaguaí, com cachoeira, praias e ilhas, é possível ser observada no decorrer dos anos 90 a elaboração de um discurso que visa, como forma de desenvolver a economia local, promover Itaguaí como vocacionada ao ecoturismo.

A ampliação das proporções da festa nos anos que seguiram culminou com o uso da Expo como um espaço de especial interesse para a prefeitura local, já que num primeiro plano analítico, todas as ações do governo podem e são expostas neste espaço para o futuro eleitor. Cabe por isto salientar que, no referido evento, o cidadão itaguaiense caminha sem interferências por aproximadamente seiscentos metros quadrado de propaganda do governo municipal, assim como também faz as vezes de propaganda comercial para as empresas privadas, neste momento, parceiras do poder público, na área do chamado Parque Municipal de Itaguaí. A área de Expo é por tal um espaço tradicionalmente utilizado para propaganda governamentista, ficando em maior evidência os princípios da gestão municipal então em exercício. Em um simples caminhar, a prefeitura apresenta, através de stands, faixas ou banners, as principais atividades de sua gestão. Suas prioridades do governo são expostas, assim seus principais investimentos e também números e dados que corroborem a administração impecável do município em questão; é iluminado o município que se deseja ressaltar e encobertos qualquer ponto de crítica ou contestação da Itaguaí que se busca esconder.

As imagens apresentadas abaixo foram captadas na Expo 2014, embora obedecem a um padrão desde o ano de 2006.

Imagem 18 – Painéis na Expo de Itaguaí 1



Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 19 – Painéis na Expo de Itaguaí 2



Fonte: Arquivo Pessoal



É neste sentido que interessa a análise de Itaguaí partindo da Expo, posto que evidencia o planejamento, a gestão e as ações que o governo municipal visa projetar para o município, inclusive no sentido de gerar uma imagem do município para o município. Cabe frisar que a Expo é um espaço de propaganda e, embora em alguns momentos haja exposição de elementos que demonstrem as modificações das práticas locais, o evento é primordialmente propagador de estratégias discursivas para legitimação de um plano de desenvolvimento local. Por tal poder político de tornar o evento um promotor do ideário de município intentado pelo governo local, a Expo será utilizada subsequentemente em todas as edições até o momento como comercial a céu aberto, não das ações do Estado como um todo, mas do andamento do governo executivo local.

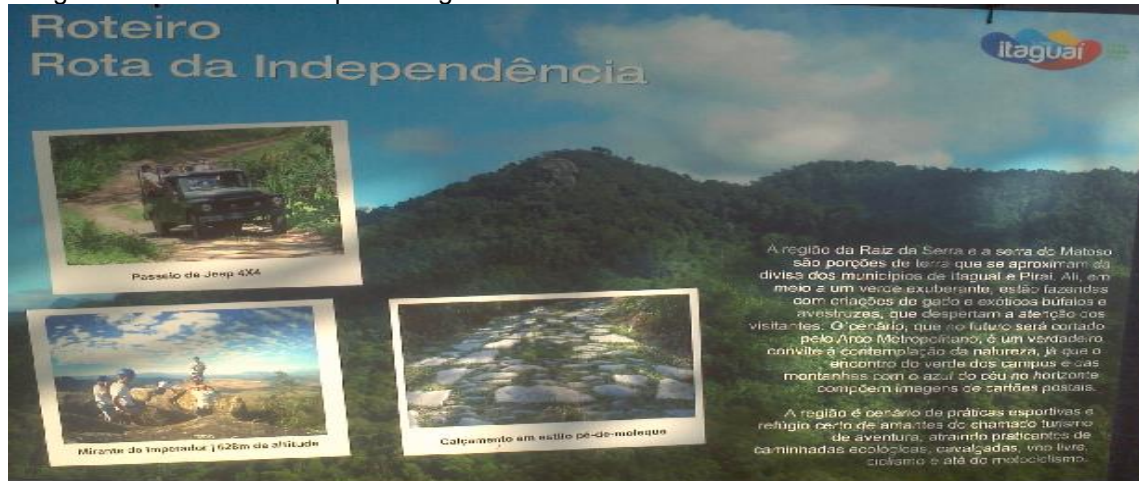
Durante as edições ocorridas na Expo nos anos 90, são relatadas a presença em stands de empresas locais especializadas em turismo de Itaguaí e Região, especialmente no concernente ao ecoturismo. Estas empresas, de pequeno porte, convidadas pelo governo municipal em exercício, apresentavam em seus stands banners contendo imagens das propensas áreas turísticas do município, além de prospectos de resort, pousadas, caminhadas ecológicas, enfim, todo um aparato propagandístico que possibilitava ao virtual turista o fechamento de um pacote de viagem no local da festa.

Imagem 20 – Painéis na Expo de Itaguaí 3



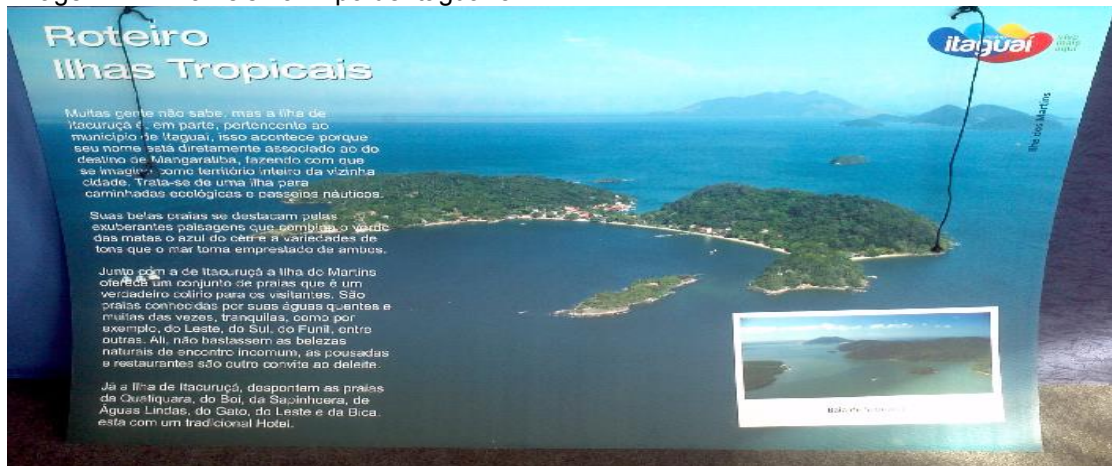
Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 21 – Painéis na Expo de Itaguaí 4



Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 22 – Painéis na Expo de Itaguaí 5



Fonte: Arquivo Pessoal

O que norteia este planejamento de um plano de desenvolvimento local segundo a vocação da cidade é, em verdade, uma moderna técnica de gestão da cidade. Harvey (1996) compreende que após a crise econômica que se bateu no mundo na década de 70, o modelo do empresariamento urbano fora se difundindo. Se trata de uma concepção tecnicista que entende que dado o mundo globalizado e os recursos limitados de investimentos, a cidade deve ser compreendida como um ator político ativo que precisa, tal como uma empresa privada, buscar competir pelos recursos externos com outras cidades.

Neste aspecto, Vainer (2002), que afirma que há propagação de um modelo de planejamento urbano, principalmente no Brasil e na América Latina, que tem por promotores “agências multilaterais (BIRD, Habitat) e de consultores internacionais” (VAINER, 2002, p. 75). Diz esta diretriz de planejamento que, dada a ampla

concorrência global, as cidades estariam hoje sujeitas aos mesmos desafios das empresas privadas; se trata do *Master Project*:

Especialmente a partir dos anos 90, manuais de gestão municipal, roteiros de planejamento estratégico de cidades e orientações para projetos urbanos propõem a promoção do crescimento econômico e da competitividade, assim como o envolvimento do setor privado, em substituição às práticas urbanísticas de domínio do Estado: ações normativas, eventualmente distributivas e participativas. Pode-se dizer que nos anos 90, inclusive no Brasil, o *Master Project* tomou o lugar do *Master Plan*, que prevalecera nas décadas anteriores (LIMA JÚNIOR et al., 2012, p. 13)

Vainer enfatiza que o planejamento urbano, empregado através do *Master Project*, é construído no sentido de buscar elementos locais que possam transformar a cidade em uma mercadoria interessante para o capital. O que se busca são características nas cidades, naturais ou socialmente criadas, que possam ser desenvolvidas como fator de diferenciação do espaço. No plano do *Master Project*, destaca-se a teoria Rosabeth Moss Kanter, especialmente pela popularidade que alcança nos anos 90. Amaral (2004) apresenta Kanter, que defende que o pilar para a vantagem competitiva entre cidades de estrutura em três “C`s”: Conceito, Competências e Conexões. O primeiro C (Conceito) ancora as cidades que se diferenciam por sua capacidade particular de oferecer serviços para consumidores específicos, derivando deste ponto o turismo, dado o fato de que a identidade única de uma localidade agrega valor à cidade. O segundo C (Competência), diz respeito a capacidade da cidade em traduzir novas ideias em novas e melhores práticas. Por último, o C (Conexões) entende o que o fator diferenciador de um espaço se dá por sua capacidade em possibilitar uma interação rápida com o mundo globalizado, e isso pode se dar tanto na questão da comunicação, quanto da conexão física com o mundo. A teoria de Kanter, que diz que grandes cidades são portadoras dos três “C`s”, encontra hoje larga aceitação nos manuais de administração pública, o que culmina com a busca de inúmeras cidades, inclusive Itaguaí, pelo desenvolvimento destas competências.

Deriva disto a propagação do entendimento atualmente vigente de que o gestor municipal competente, a boa administração municipal, é aquele capaz de identificar os elementos que podem ancorar toda a economia da cidade. Saem de cena neste momento, segundo Vainer (2000), as discussões tradicionais urbanas, como crescimento das cidades, movimentos sociais ou democratização do uso do

espaço público. Se expande, por outra via, a discussão e prática da competição entre cidades pelos recursos financeiros do capital.

A questão da formulação de uma identidade de cidade ligada a um “comprador” que ela almeja atrair é fundamental para o êxito da venda do produto/cidade. E, para que a cidade seja consumida, segundo a lógica da cidade/produto, o marketing para a venda é fundamental. Almeida (2004) reproduz uma definição elucidativa do que trata o marketing das cidades:

Lambin (2000) enfatiza a importância de uma análise sistemática dos mercados e dos produtos assim como a necessidade de organizar uma estratégia de desenvolvimento que diferencie pela positiva “o produto” dos restantes produtos. Esta deverá ser a verdadeira aspiração do marketing! (ALMEIDA, 2004. p. 1)

O que ocorre é o processo de busca por aceitação do projeto governamental vigente em uma gama de municípios brasileiros imputa primordialidade ao marketing das cidades, posto seu papel de propagador de ideologia por excelência. É possível perceber sua importância em diversos momentos, como, por exemplo, no largo uso da expressão “gestão municipal” na atualidade. O simples empregar do termo produz uma imagem científica, tecnicista, e, portanto, reveste as ações do empreendedorismo urbano de uma aura lógica incontestável.

Que fique claro: uso do marketing das cidades não é elaborado unicamente no sentido de angariar visibilidade no mundo globalizado e atrair capital. Isto porque, afirma Vainer, para que o plano estratégico seja alcançado é primordial que a cidade esteja mobilizada inteiramente em torno dele. Primeiramente, uma grande somatória de recursos locais serão mobilizados para que haja implementação da gestão empreendedorista, o que significa que deve haver, e isto em um grau elevado, a aceitação popular em torno do projeto, já que em função dos recursos empregados neste plano, muitas demandas populares não serão atendidas.

Para que o planejamento estratégico seja exitoso em um contexto democrático, é papel do marketing das cidades propagar o ideário de vocação local, muitas vezes posta como tábua de salvação em meio a um período de crise. Neste contexto, a cidade assume não apenas o papel de mercadoria a ser vendida e empresa a ser gerida em mundo globalizado em que cidades competem como atores políticos contra outras cidades, mas também assume a faceta de pátria a ser defendida. Vainer aponta para o uso da retórica do medo instaurado pela crise como



forma de apagar conflitos internos na cidade, através de discursos patrióticos que difundem a percepção de que a fala contra esta concepção de governo municipal é um ataque ao bem comum.

Em nome deste suposto bem comum que toda a máquina pública deve se associar, gerando mecanismos que possam possibilitar a implementação do planejamento desenvolvimentista. É por tal que durante a maior parte dos anos 90 em Itaguaí os principais discursos políticos - tanto pronunciados pelo Poder Executivo local quanto pelo Poder Legislativo municipal - tinham como diretriz o desenvolvimento municipal através da temática das “belezas naturais de Itaguaí”, frase lapidar presente costumeiramente presente no discurso político municipal durante boa parte dos anos 90 até o meado da década de 00. Pode ser constada esta retórica do poder público que compreendia que a saída para a falta de novos investimentos municipais exógenos viria do turismo também através de documentos oficiais, já que esta tentativa do Estado de atrelar o desenvolvimento à atividade turística fica evidente no âmbito municipal através da Lei Orgânica itaguaiense:

Art. 196 - O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Art. 339 - Caberá ao Município:

§ 1º - zoneamento de uso e potencial do solo com plano de destinação urbano e agrícola, bem como áreas de preservação do meio ambiente e turismo;

Entretanto, embora o discurso político tenha atrelado desenvolvimento ao turismo e isto tenha se refletido até mesmo na Lei Orgânica de Itaguaí, é notório que um planejamento sistemático que se refletisse como agenda de ação não é verificado. Nenhuma grande política pública pode ser constatada como base para tornar Itaguaí um polo turístico, o que resulta no baixo impacto que a atividade produzia no município. As ditas belezas naturais da cidade, que vocacionariam a cidade para atração de um grande público, se provam hipossuficiente quando em comparação com as atrações turísticas dos municípios vizinhos, como, por exemplo, Mangaratiba e sua Ilha Grande.

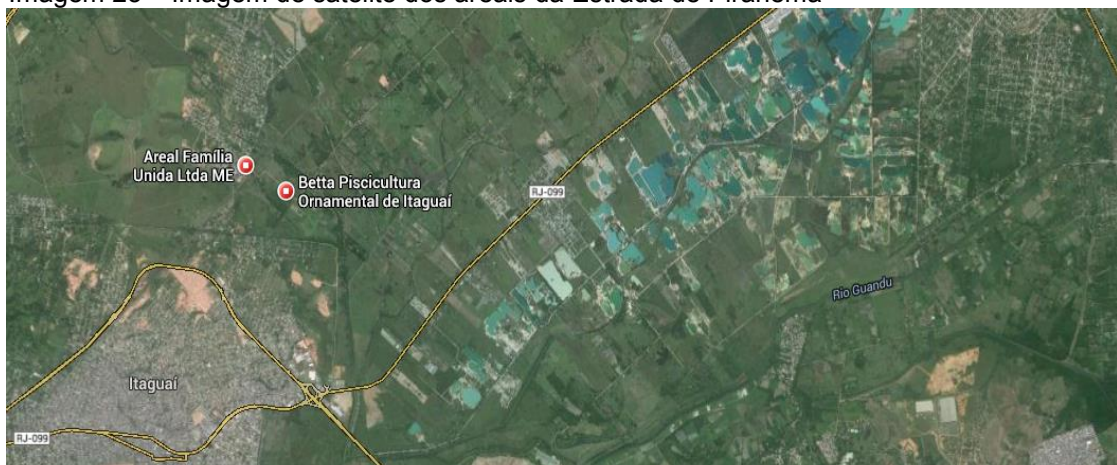
Em que pese que o discurso da inovação administrativa tenha sido mote durante a década de 90, as ações do governo não são reflexo destas técnicas contemporâneas de administração tidas como modernas. Por que então um discurso desenvolvimentista é intentado?

Como apresentado, no decorrer dos anos 90 até meados da década seguinte a economia formal em Itaguaí apresentava um quadro de estagnação, com a tentativa de desenvolvimento local marcada pela retórica da exploração de um turismo praticamente inexistente. Entretanto, um grande nicho econômico se mantinha sólido: a exploração mineral dos areais localizados ao longo da Estrada de Piranema.

É de ser esclarecido que a base para a exploração de areias é a ilegalidade. Isto ocorre por algumas características da exploração. A primeira delas está no fato da lei brasileira prever que todas jazidas são, por direito, da União, devendo o proprietário do solo conseguir o direito de exploração por tempo determinado. Além da concessão, para que haja funcionamento, o explorador deve obter, além da autorização de exploração do DNPM (Departamento Nacional de Pesquisa Mineral), o alvará de funcionamento concedido pela FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente). Para que a exploração seja mantida, o explorador deve realizar um plano de reparo aos impactos ambientais e, logicamente, há tributação sobre toda a atividade.

Em função das exigências, é prática comum a manutenção da exploração da areia no campo da ilegalidade, não sendo possível dimensionar o capital circulante em torno da atividade. Entretanto, a imagem abaixo pode dar pistas acerca da atividade, dimensionado a produção local

Imagem 23 – Imagem de satélite dos areais da Estrada de Piranema



Fonte: Google Earth

A fala de Carlos Minc em uma entrevista ao jornal O Globo (na ocasião de uma das muitas ações de combate à exploração de areia ocorridas no município de

Itaguaí e nas adjacências) é bastante ilustrativa das características da exploração mineral local:

A extração de areia para construção civil é uma das principais atividades econômicas da região, mas apenas 20% dos quase 300 areais ali instalados estão legalizados. Outros 30% estão em processo de licenciamento. Para esses oferecemos orientação técnica e condicionamos o seu funcionamento. Já com os criminosos, que insistem em operar sem licença, destruindo o meio ambiente e vidas humanas, é prisão, multa e apreensão do maquinário - disse o secretário". Em: <http://oglobo.globo.com/rio/secretaria-do-ambiente-fecha-areais-ilegais-prende-cinco-pessoas-em-seropedica-2685942#ixzz3AIS9leyq>

Para que os grandes lucros sejam mantidos, é prioritário que haja a menor interferência possível do poder público nos areais locais, e, para tal, é caro que as estruturas do Legislativo e do Executivo estejam em comunhão com os interesses extrativistas. Em função disto, dado o grande poderio econômico em associação com a comum ilegalidade da atividade da exploração de areia, há a produção de um grande poder político que perpassa a história contemporânea de Itaguaí: justamente os “donos” de areais.

Embora os proprietários rurais itaguaienses também sejam significativos no jogo de forças municipal, a ação dos exploradores minerais locais é fundamental para compreender a forma de fazer política em Itaguaí; GUEDES et al (2011) aponta para a manutenção de uma mesma oligarquia política regional desde a década de 80 que é “composta de quatro famílias que fizeram todos os prefeitos desde os anos 70” (GUEDES et al., 2011. p.13). Práticas antigas, como mandonismo, clientelismo e até mesmo o coronelismo são ilustrativas da forma como este poder se perpetua localmente.

É socialmente construída a ação política nacional, e, em função deste histórico desenvolvimento social nacional, alguns resquícios de velhas práticas se mantêm presentes na estrutura política contemporânea. O mandonismo, em sua definição primeira, é um conceito utilizado para caracterizar o amplo poder que os proprietários de terra são detentores históricos em sociedades agrárias na América Latina, com estes poderes muitas vezes se estabelecendo à margem da lei (ARRUDA, 2013). Tratasse de uma capacidade de controle exercido pelo proprietário rural sobre a sociedade e a vida privada de seus empregados. Esta prática constatada desde o Período Colonial, e que, na percepção de CARVALHO

(1997), vem se tornando cada dia mais rarefeito e tende a se desfazer, embora hajam ainda regiões que esta o mandonismo prevalece.

É sabido que o princípio da história nacional é marcado pela descentralização de poder, o que pode ser ilustrado através, por exemplo, das Capitânicas Hereditárias. Dado que no início do processo exploratório a Coroa Portuguesa encontrara dificuldades em estabelecer uma efetiva soberania central, o latifundiário detinha a autoridade decisória, o controle em suas terras, arbitrando como um soberano poder nas questões ocorridas em suas posses; em um país agrário, como fora o Brasil, isto convertia o latifundiário em grande senhor em seus domínios.

Este fortalecimento do senhor da terra é apontado por Leal (1986), quando da criação da Guarda Nacional em 1831. Se tratava de uma milícia, com poderes policiaes, que tinha por função principal refrear a possibilidade de insurreição do Exército, o esvaziando - na ocasião de implementação da Guarda Nacional D. Pedro I havia renunciado ao poder, havendo o temor que os militares pudessem requerer a volta de Pedro I ao governo - e assim manter a coesão territorial. Aos fornecedores de contingentes para a Guarda Nacional, fora concedido o título de Coronel.

Não se tratava unicamente de um título: de fato os novos coronéis se propagaram como um poder político, não apenas pela necessidade do trabalhador rural de permanecer nas terras do coronel e por tal ser obrigado a obedecer as suas ordens, mas também porque o título tornara um oligarca em sinônimo de status político. Assim, quando o Estado brasileiro se fortaleceu e a importância econômica agrária sofrera queda após 1929, é deste status que sobrevive a liderança do coronel. “A saída encontrada pelos decadentes coronéis para manterem seu poder nos municípios – e de continuarem decidindo a vida de seus dependentes – foi a de se tornar chefe político” (ARRUDA, 2013. p. 6), afirma Arruda; não se trata mais do domínio territorial, como se dera no mandonismo, já que a base de sustentação do coronelismo é sua capacidade de se aliançar com o Estado.

A lógica é simples: o coronel, então munido do poderio de voto dado por seu curral eleitoral, apoiava um candidato, quer seja no pleito nacional, estadual ou municipal. De um lado, se tinha um governo democrático que carecia de votos no meio rural e de outro, os grandes latifundiários. Assim, esta aliança se estabelecera entre um poder público em ascensão e um poder privado que possuía penetrabilidade junto a sociedade, que, no entanto, declinava economicamente. Ressalta Leal que:

(...) concebemos o “coronelismo” como resultado da super posição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado (...). É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude dos quais resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. (LEAL, 1984. p.20)

Leal argumenta que o pacto presente no coronelismo é um resquício do privatismo e que tende a desorganizar os serviços públicos. Não obstante, o autor chama a atenção para a tentativa do chefe político local em atrair para seu município melhorias. Ressaltamos, porém, que só seriam entendidas como melhorias ou progresso elementos que não comprometessem sua influência local ou que não pudessem, de algum modo, se opor aos interesses econômico do coronel; tanto ao contrário: as melhorias deveriam propagar a ideia de que o coronel é necessário:

(...) tudo exige seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo. É com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requer contribuições pessoais suas ou de seus amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança. (LEAL, 1984. p.37)

Para manutenção de seus domínios políticos, favores pessoais são amplamente utilizados, tais como cargos comissionados, nomeações para cargos públicos, construções de estradas e parques, exercendo o que Leal entende como funções do Estado de modo extra oficial (LEAL, 1984. p. 42), ou extralegal (LEAL, 1984. p.51). Além disso, dada a aliança com o poder central, é possível empreender obras públicas, e, ainda mais importante, aniquilar qualquer outro poder local, os negando recursos, afinal:

Nenhum administrador municipal poderia manter por muito tempo a liderança sem realizar qualquer benefício para sua comuna (LEAL, 1984. p.45)

(...) aquele que pode fazer o bem se torna mais poderoso, quando esta em condições de fazer o mal. E aqui o apoio do oficialismo estadual ao chefe do

município, seja por ação, seja por omissão, tem a máxima importância. (LEAL, 1984. p. 47)

CARVALHO (1997) se preocupa em apresentar sua concepção à cerca das diferenças referentes aos conceitos de clientelismo, mandonismo e coronelismo. Nesta via, temos que o mandonismo é uma característica da política tradicional, e não um sistema da política local, posto que se trataria de um poder localizado em contextos sócio históricos múltiplos em que um detentor monopolista exerce o controle político local através do uso da coação, seja ela física ou não:

O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. (CARVALHO, 1997. p.3)

Carvalho concebe que o coronelismo é um sistema que compreende o coronel, mas que não termina nele, apontando toda a estrutura do sistema eleitoral nacional como contida neste sistema, uma vez que ele é, no contexto histórico de Leal, base para as eleições não só locais, mas também para o sufrágio federal. Nada mais acertado, posto que os coronéis sustentavam então as eleições estaduais, gerando bases que chegariam até a presidência da então nova república brasileira.

O clientelismo, tal como o mandonismo, é tido como uma característica do sistema político, estando presente em diversos momentos históricos e múltiplas organizações do Estado, em maior ou menor grau. Temos que:

De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. (CARVALHO, 1997. p.4)

Interessa que para Carvalho o coronelismo é um sistema datado, que teria seu fim com o princípio do Estado Novo, em 1937. Isso significa que de acordo com a leitura do referido autor, qualquer utilização do termo “coronelismo” após o governo de Getúlio Vargas seria anacrônico.

Evidentemente, a estrutura eleitoral nacional é hoje bem mais complexa do que a descrita por Leal no princípio do Brasil República e isso também é válido para as eleições municipais. Chama a atenção, entretanto, algumas similaridades com o

quadro político em Itaguaí 2014 e o sistema escrito por Leal em 1930, principalmente pela forma como o governo é eleito democraticamente e como se estabelecem as ações deste governo:

(...) O trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão por conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito de uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciamos,: no plano político, ele luta com o coronel pelo coronel. Ai estão os votos de cabresto (...) (LEAL, 1986. p.24)

Mas com a autonomia legal cercada por diversas formas, o exercício de uma autonomia extra legal fica dependente inteiramente das concessões do governo estadual. Já não será um direito da maioria do eleitorado: será uma dívida do poder. (LEAL, 1986. p. 51)

Para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito, ou penetra cheio no domínio da delinquência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora. ( LEAL, 1986. p.39)

Estas palavras, escritas na década de 40, apresentam pontos de comunhão com o quadro político em Itaguaí, resguardando as devidas diferenças contextuais e até mesmo estruturais. Logicamente o poder político local ocorre em torno dos donos de áreas e não de coronéis tradicionais e sua influência não se mantém dada a presença física de seu curral eleitoral em suas possessões; seu poder não reside na estrutura monopolista da terra, e sim em função do seu poder econômico e bélico, revertido em influência política.

Veloso (2006) atenta para a tradição cultural do clientelismo brasileiro, em uma tentativa de elucidar que há no Brasil um hibridismo político, em que antigas práticas coexistem com novos modos de fazer política. A autora (Apud Avelino Filho, 1994) apresenta a perspectiva do clientelismo como um conceito antropológico por excelência, ligado a dívida - ao ato de apresentar- que contempla as relações de poder ocorridas em pequenas comunidades e tem na troca sua matriz de sustentação da estrutura social. Para a autora, a aceitação do clientelismo passa pela naturalização dos atores políticos para com a prática, tida pelos agentes envolvidos como capaz de diminuir as incertezas com o futuro do votante. Isso significa que antigas práticas se mantêm influentes na política contemporânea.

“Tradição é o passado que persiste em ser presente a ponto de orientar os caminhos do futuro, contribuindo para a diminuição das incertezas do porvir.” (VELOSO, 2006. p. 21).

A sutileza do neo-coronelismo reside no fato que este estrutura seu curral eleitoral partindo de práticas clientelistas, mas que, no entanto, tornam não visíveis seu poder. O interesse para a os donos de areais não é projetar a sua figura como ator político local, mas gerar uma estrutura governamental que mantenham sua atividade em baixa evidência, para que não haja intervenções em suas terras e negociatas. Para alcançar tal intento, sua figura não precisa ser alvo de publicidade, na verdade, se assim o fosse, seus ganhos e seu poder estariam comprometidos. O que garante sustentação para sua atividade econômica é a larga utilização de duas principais práticas. A primeira é referente a formação de um quadro político local que lhe seja favorável, o que é feito principalmente partindo das eleições municipais. O poder do areal sustenta candidaturas, gerando políticos tradicionais para que atendam a suas demandas de governo.

A estrutura da política formal então passa pela eleição do prefeito, com seus laços políticos bem estruturados e sua aliança devidamente comprometida com o principal parceiro econômico de sua campanha, os areeiros locais. Mas mais do que isso, a intervenção do setor extrativista se estende para o Poder Legislativo municipal, posto que do contrário não seria possível controlar toda a máquina pública e minimizar qualquer discurso dissonante.

A pergunta popular “quem nasceu primeiro, o ovo ou galinha?” cabe para ilustrar a interrogativa se já nas primeiras eleições municipais, após o findar da Ditadura Militar. O poderio deste setor econômico já se fez presente na composição da Câmara municipal, não havendo evidências de como esta hegemonia se principia, podendo, por exemplo ter já inicialmente sustentado candidaturas de aliados ou se propagando o poder de tal grupo após o pleito através do cooptação uma parte significativa dos novos vereadores.

O incontestável é que há uma tradição vigorante desde a década de 90 da composição política da Câmara ter por ampla maioria aliados do Poder Executivo. São 11 vereadores, e, como questão partidária não é relevante para as eleições municipais (na eleição 2012 o candidato vencedor tinha sua chapa composta por PT e PSDB - Na chapa Com Fé), a tradição de uma oposição fraca ao governo se mantém.

Embora haja carências de provas físicas, dado o caráter ilegal da prática, é comum a relato de venda de votos nos pleitos locais pelos munícipes, seja esta venda referente a um valor em moeda, a prestação de um serviço particular ou ao



perdão de uma dívida pública. O voto de uma família hoje em Itaguaí pode custar o perdão de IPTU's atrasados, a construção do muro de uma casa ou uma quantia, por voto, em torno de 80 reais (o que pode não parecer uma grande quantia, mas, lembra-se, em 2012 o vereador Marco Barreto, do PT, foi eleito com 950 votos). FARIAS (1999) define que clientelismo é “uma relação de barganha entre o eleitor e o agente político denominado cabo eleitoral” (FARIAS, 1999. p.19), e são esses “favores” são relatados os maiores benefícios vindo do poder municipal, posto que uma promessa de campanha pode, e muitas vezes efetivamente se esvazia com o tempo; este benefício direto (ilegal, mas real) é o que Leal chamara de “únicos favores que sua obscura existência conhece” (LEAL, 1986. p.24).

Evidentemente, a compra de voto não é único elemento que sustenta o poder político dos donos de areias e seus políticos financiados. A barganha por serviços públicos é prática comum na história política contemporânea da Itaguaí democrática, e isso se reflete em toda a gestão municipal. Primeiramente, como Leal chamara a atenção sobre o Brasil na década de 30, que, no entanto, pode ser estendida para a Itaguaí contemporânea, a presença da máquina pública é relegada aos aliados do prefeito e sua base legislativa. Ora, por que a prefeitura faria uma obra pública em um reduto de um vereador opositor? Por que realizaria uma ação que poderia ser captada pelo eleitorado como benefício de um oponente público-independente de ser verdade ou não a influência do adversário na realização da ação?

Neste contexto, em que os benefícios só são possíveis para os parceiros governamentais: a ação do Poder Público não visa o bem comum e a implementação de políticas públicas deixam de ser tidas como direitos e passam para o papel descrito por Leal como dívida. Tendo em vista esta forma de fazer política em Itaguaí, mas não só em Itaguaí, QUEIROZ (1976), já na década de 70, observa a resistência do poder político de oligarcas locais:

Todavia, verificou-se desde logo que a extensão do direito de voto a todo cidadão alfabetizado não fez mais do que aumentar o número de eleitores rurais ou citadinos que continuam obedecendo aos mandões políticos já existentes. A base da antiga estrutura eleitoral se alargar, porém os chefes políticos locais e regionais se mantiveram praticamente os mesmos e continuaram elegendo para as Câmaras, para as presidências dos Estados, para o Senado, seus parentes, seus aliados seus apaniguados, seus protegidos (QUEIROZ, 1976. p.163)

A dimensão do conflito local é cerceada através da difusão das práticas clientelistas, mas não exclusivamente delas. O uso da violência contra opositores é empregado como instrumento, seja esta violência efetivamente exercida, ou apenas posta como ameaça a qualquer tentativa de contestação da ordem vigente. O caso mais emblemático é assassinato do então prefeito Abeilard Goulart de Souza, no ano de 1991, que permanece até o presente momento sem uma solução oficial. Não fora, entretanto, o último caso de ameaça a políticos locais. Em 2006 Eliezer Lage Bento, então vereador, sofrera um atentado, sem, contudo, ter sido vitimado. Em 2011, o Disque Denúncia recebera uma ligação denunciando um suposto esquema para assassinar Carlo Bussato Júnior, então prefeito de Itaguaí; o mesmo telefonema apresentava a versão de que uma tentativa de emboscada teria outro alvo provável: o vereador Jorge Luis da Silva Rocha.

O município de Itaguaí ficara conhecido em suas imediações do “Cidade do Mata Prefeito”, em uma aura de perigo que afasta o cidadão comum e, imagina-se, é passível de limitar qualquer oposição formal contundente e ameaçadora aos poderes estabelecidos. O que perdurou na cidade nas últimas 3 décadas é o medo do envolvimento com a política e o pavor de denúncia de qualquer ilegalidade, posto que isso pode realmente ser um divisor entre vida e morte. Relatos de ameaças também são possíveis de serem ouvidos pelos cidadãos, embora os ameaçadores não sejam revelados. O medo se instaura, com ele, o pânico social e inúmeras histórias são difundidas, reforçando a ideia da oposição política como um lugar perigoso.

Famoso nesta questão da difusão do medo ligado a política local é a morte do então candidato a prefeito Albano Reis. Reis era um deputado em exercício, que visitando seu centro social localizado em Itaguaí, fora atropelado na Rodovia Rio Santos. A princípio, especulações sobre sua morte conduziram ao boato popular de que este teria sido assassinado, boato este que se ampliaria com assunção de Délio Leal - que possui como base eleitoral os municípios de Paracambi, Seropédica Itaguaí- no cargo de deputado estadual. Mesmo com o indiciamento de Bogdan Sztibegier pela morte, que teria sido um acidente de trânsito, a teoria do assassinato jamais foi totalmente esquecida, reforçando a ideário de perigo na política. O blog “Política de Itaguaí”, em um post que visa apresentar elementos para uma suposta apatia social diante dos problemas municipais, diz que:

Itaguaí sempre foi associada a crimes políticos e isso cria um medo na população sobre pensar em política e mais ainda em agir politicamente. Reclamar de alguma coisa errada na cidade, torna a pessoa alvo de políticos criminosos. Mas se muitos reclamassem, será que eles matariam tantas pessoas? (Blog Política de Itaguaí, em 25 de julho de 2012. Disponível em <http://www.politicadeitaguai.com.br/2012/07/povo-de-itaguai-apatia-ou-revolta.html>)

Em vista dos pontos elucidados, a situação política municipal após Ditadura Militar pouco se alterou, perdurando uma apatia da ação do Estado nos governos de Benedito Amorim (1992 - 1995) e, principalmente, na gestão de José Sagário (1996 - 2004). Benedito e seu plano de ampliar a arrecadação municipal impopular em diversos setores da sociedade, não se mostrara então capaz de gerar um sucessor. O governo seguinte, de José Sagário, é socialmente reconhecido como uma gestão que priorizou ações do Estado em seu reduto eleitoral e pouco modificou o município, com poucas obras públicas e políticas sociais rarefeitas.

Chama a atenção a composição do legislativo municipal entre os anos de 1996 e 2012:

Tabela 4 - Listagem dos Vereadores Eleitos Entre 1996 e 2002

Nome	1996	2000	2004	2008	2012
Enos Lage Bento	EL, FTI				
Nildo Cavalcante Prazeres	EL				
Oswaldo Ciuffo Cicarino	EL, FTI				
Alcir Fernando Martinazzo	EL, FTI	RE			
Guido Cabrera Cardona	EL				
Jose Galliacio Prata	EL	RE	RE		
Jose Maia dos Santos	EL	RE			
Jurema Silva da Rocha	EL, FTI				
Silas Cabral	EL	RE	RE	RE	RE
Taurino Coutinho da Cruz	EL				
Jose Domingos do Rozario	EL	RE	RE		RE
Valtair Campos	EL				
Carlos Eduardo Kifer Moreira Ribeiro	EL, FTI	RE	RE	RE	RE
Marcio Alfredo de Souza Pinto	EL	RE	RE	RE	RE
Luiz Orlando da Conceicao	EL				
Genildo Ferreira Gandra	EL	RE	RE	RE	
Gerson Alves de Avelar	EL				
Ana Maria Sagario da Silva		EL, FTI			

Roberto Lúcio E. Guimaraes		EL	RE	RE	RE
Claudio Luiz Alves		EL			
Lenilson Paes Rangel		EL	RE	RE	
Tadeu Mendes da Silva		EL			
Eliezer Bento Lage		EL, FTI	RE, FTI		RE, FTI
Fabio Luis da Silva Rocha		EL, FTI			
Marcia Pereira Chereghini de Paula		EL			
Jorge Luis da Silva Rocha				EL, FTI	EL, FTI
Nisan Cesar dos Reis Santos		EL, FTI	RE, FTI	RL, FTI	RL
Luiz Antonio Vieira Coelho				EL, FTI	
Vicente Rocha Cicarino		EL, FTI		EL, FTI	RL, FTI
Abeilard Goulart de Souza Filho				EL, FTI	
Jailson Barboza Coelho					EL
Noel Pedrosa de Mello					EL
Mirian Pacheco da Silva					EL
Luiz Fernando de Alcantara					EL
Marco Aurélio de Souza Barreto					EL
Willian Cezar de Castro Padela					EL
Edvaldo Lopes da Silva		EL			
Nunca Foram Eleitos e Não Possuem Famílias Influentes		6 de 19	0 DE 10	0 DE 11	6 DE 15

Legenda: EL = Eleito RL = Reeleito FTI = Família Tradicional e/ou Socialmente Influyente

Pelo quadro, temos que as eleições para o Poder Legislativo Municipal tradicionalmente respeitam a ordem estabelecida no Poder Executivo local. De um lado, desde 1996 até o presente momento, família tradicionais da cidade tendem a propiciar votações expressivas para membros de sua genealogia. Aponta-se a tendência destes vereadores se posicionarem segundo a direção familiar. Neste aspecto, importa menos o nome em específico do candidato e mais a posição política da família.

É de ser ressaltada também a tendência para reeleição de candidatos. Dos 15 vereadores que compõe o quadro legislativo, 5 são vereadores desde 1996 – e seriam, seis, não fosse a candidatura do vereador José Domingos ter sido impugnada em 2008. Uma composição da Câmara que representa continuidade na política, como uma renovação de mais cinquenta por cento dos ocupantes das cadeiras legislativas, não é registrada na contemporânea história democrática do

município. Chama a atenção para a ausência praticamente absoluta de novos nomes políticos nas eleições locais dos anos 2004 e 2008, ano em que grandes mudanças econômicas estão em fluxo no município.

Diante disto, é possível perceber que o espaço para uma política oposicionista é diminuto. Entretanto, ainda que antigos elementos da política estejam presentes na Itaguaí atual, é caro elucidar que politicamente o exercício do poder do Executivo por Carlo Bussato Júnior a partir de 2005 implementara novos elementos a velha política municipal.

Carlo Bussato, conhecido como Charlinho, fizera de sua gestão (2005 – 2012) um novo marco da atuação da prefeitura no município de Itaguaí. Frisa-se que já no fim do Governo Sagário, importantes transformações econômicas já são postas em curso, sem que, contudo, a ação do Executivo municipal fosse estruturalmente alterada. O município crescia em números, mas isto não se refletia na gestão municipal; em uma localidade inclusa em amplo projeto de desenvolvimento regional, a prefeitura se mantinha figurante no processo.

Neste momento de grandes transformações econômicas se encontram em curso, município percebendo que mesmo diante das mudanças socioeconômicas o governo municipal não alterara suas práticas, culmina por eleger Carlos Bussato e não o outrora prefeito Benedito Amorim. Neste aspecto, há uma possibilidade inicial de descontinuidade da relevância política de antigos grupos, dado um não alinhamento ou afastamento explicitado com a oligarquia local no princípio do governo de Bussato, o que por si poderia sinalizar uma não aliança.

É com o governo Charlinho que uma nova forma de fazer política se difundirá verdadeiramente em Itaguaí. Inicialmente, Charlinho não é um cidadão itaguaiense, sequer um morador, se tratando de ex- prefeito de um município vizinho, a saber, Mangaratiba. O mandato de Charlinho em Mangaratiba, tido pelos vizinhos como um governante arrojado e perspicaz, se propagou de tal forma que sustentou sua eleição em Itaguaí. Charlinho, que na ocasião já havia sido reeleito em Mangaratiba, encontrou em Itaguaí a possibilidade de permanecer no poder, desta vez em um município economicamente e politicamente ainda mais relevante.

Fora comum a prática no Brasil de migração de políticos entre municípios após a aprovação da reeleição em solo nacional, gerando o que se conhece como prefeitos itinerantes. A prática se difundiu dada impossibilidade de reeleição por três mandatos consecutivos, o que levava a prefeitos a buscarem se elegerem no

município vizinho, mantendo assim poder regional por oito anos. Embora em 2012 o Tribunal Superior Eleitoral tenha proibido esta reeleição sucessiva em municípios distintos, Charlinho obtém seu mandato num momento anterior.

Perissinotto e Veiga (2011) retomam o weberiano Moshe Czudnowski e sua concepção de “profissionalização política”, em que a atividade política longe de ser esporádica, é construída como uma carreira de logo prazo. Essa profissionalização quando exercida no âmbito do Poder Executivo Municipal tem, atualmente, assumido um discurso de que é preciso eleger e reeleger um gestor competente e tecnicamente especializado. Assim, desde que ele seja capaz de gerir a máquina pública, não é problema que este gestor não seja um cidadão municipal, um ator político relevante, posto que é um especialista profissional em gerenciar municípios.

O princípio do gestor bem preparado é de especial relevância em Itaguaí em 2003. A própria trajetória política de Charlinho, encarando a gestão municipal a partir da perspectiva profissional, é por si um indício de que este estaria em consonância mais com perspectiva de gestão estratégica da cidade, em que a cidade é tida mais como uma empresa em busca mais de investimentos externos, e menos como um governante que visa firmar alianças com o poder local.

Emblemático que um dos primeiros atos políticos do prefeito eleito fosse a solicitação da mudança no nome do porto localizado na cidade, antes Porto de Sepetiba, para seu nome atual: Porto de Itaguaí. Trata-se de uma clara tentativa de popularizar o município, ampliando a cartela de possíveis investidores, evidentemente, de explicitar aos interessados no Porto de Itaguaí que a prefeitura local é fundamental para seus negócios. SANCHEZ (2010) diz que

*Colocar as cidades no mapa do mundo* passou a ser uma meta recorrente dos governos locais, um objetivo ordenador das *ações estratégicas* que concentram na cidade-mercadoria a possibilidade de *transcender as crises* produzidas pela reestruturação econômica e de construir um futuro de progresso e a recuperação econômica sintonizada com as exigências da nova ordem mundial, de modo a viabilizar o crescimento econômico em novos parâmetros. (SANCHEZ, 2010. p.51)

Durante os oito anos que Bussato esteve à frente da prefeitura, a cidade é atravessada por concepções políticas modernas, e desta vez não apenas no campo da retórica. O prefeito em exercício irá buscar competir por recursos firmando parcerias, empreende tentativas de gerar um ambiente interno propício para investidores externos. Isso se dá porque mesmo com empreendimentos como o

Prosurb-EBN buscara competir com outras localidades por empresas que virtualmente poderiam se instalar ao longo do Arco, como é o caso da empresa Marko Sistemas Metálicos, anunciada sua construção em solo municipal no fim de 2012 e com um investimento inicial em torno de 15 milhões. Não apenas ela. Por tal, a concepção empreendedorista norteará as ações do governo na gestão de Bussato.

É captável que o discurso desenvolvimentista municipal se altera, em conformidade com o novo contexto econômico. Retira-se o peso da Itaguaí turística e amplia-se o ideário de vocação na cidade, mas desta vez com a propagação do destino histórico de que o município deve se desenvolver em torno do Porto de Itaguaí. Se este discurso se difunde socialmente, é na área da Expo de Itaguaí que ele se torna mais explícito. Em observação realizada no ano de 2012, pode-se notar a propaganda da empresa MMX, então controlada por Eike Batista, sendo a grande patrocinadora da Expo no referido ano. Com um painel luminoso com as iniciais da MMX e grandes balões suspensos no ar, que podiam ser avistados em todos os locais da exposição, o patrocínio demonstra o poder exercido pela MMX. Ao entrar na Expo a impressão é de que não apenas no distrito da Ilha da Madeira fora “marcado com um x”, mas também simbolicamente o evento como um todo.

O discurso das benesses da presença de grandes empresas privadas em Itaguaí não tem seu fim na Expo. Santos e Santos Júnior (2011) ao apresentar características do empreendedorismo para David Harvey, expõe a noção de Parceria Público Privada (PPP) do autor. Nos termos de Harvey, a PPP se trata de uma aliança entre a burguesia local e o poder público como a finalidade de atrair investidores externos, mas, ressalta-se que este é um conceito polissêmico e em expansão. As PPP's apresentam uma miríade de configurações, e em Itaguaí se apresenta principalmente no papel de contrapartida social por parte das grandes empresas instaladas. Assim, praças públicas, obras públicas, investimento em projetos de desenvolvimento social podem ser percebidas até o presente momento no município. Notadamente, o entorno da Expo é, por sua grande capacidade de visibilidade social, alvo destas ações que visam publicitar esta suposta parceria harmônica entre os investidores externos e a prefeitura local.

Um dos investimentos mais vultuosos diz respeito à construção do Parque Municipal de Itaguaí. Trata-se de uma construção em cem mil metros quadrados, orçada em 20 milhões e de responsabilidade da empresa LLX – como contrapartida

social aos empreendimentos implementados no município. Localizado na área central da cidade de Itaguaí, o parque deveria ser, nas palavras do secretário de obras, Jack Fernandes “uma nova referência para lazer, cultura, esporte e entretenimento da criança de 0 a 100 anos. É sem dúvida um enorme ganho para a cidade e suas gerações futuras” (em <http://jornalatual.com.br/portal/2011/12/02/parque-municipal-de-itaguaai/>). O parque não fora, entretanto, incorporado à cidade socialmente, sendo hoje é apenas uma grande praça não utilizada como espaço público. No entanto, para entrada da Área da Expo, é passagem obrigatória. Abaixo, há a maquete do Parque em seu projeto, imagens do local e sua localização na cidade.

Imagem 24 – Projeto do Parque Municipal de Itaguaí



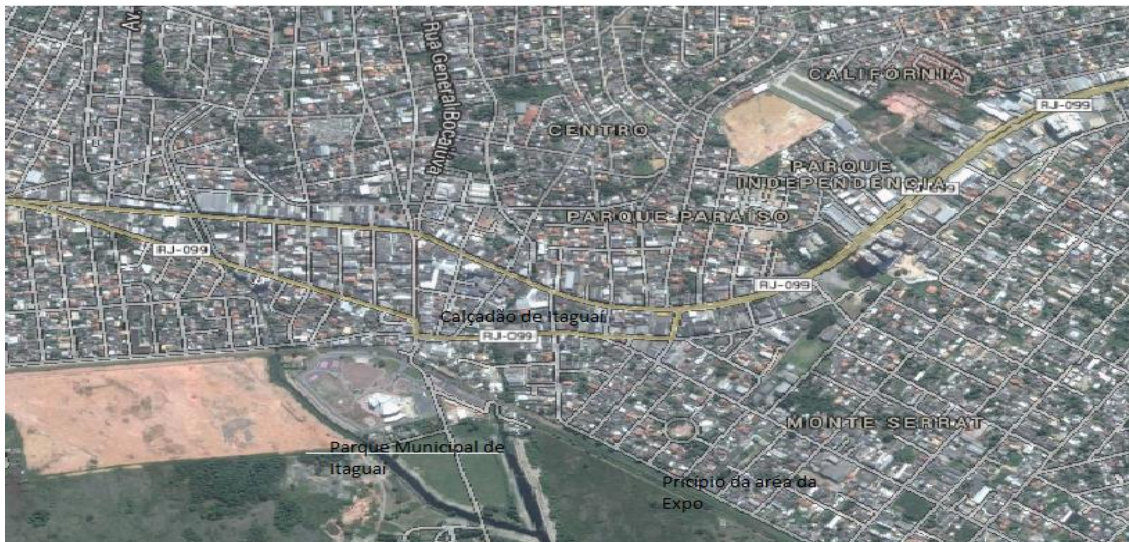
Imagem 25 – Parque Municipal de Itaguaí



Arquivo pessoal



Imagem 26 – Imagem de satélite do Parque Municipal de Itaguaí



Fonte: Google Maps. Disponível em <https://www.google.com.br/maps/@-22.8706469,-43.7798392,2421m/data=!3m1!1e3>

Outra relevante obra social para o município, e, não coincidentemente localizada na área central da cidade fora a reforma do Calçadão de Itaguaí, o relevante centro comercial local. A reforma do calçadão de Itaguaí não se dera somente pelo financiamento de empresas privadas, e sim como contrapartida da Marinha do Brasil em parceria com a empresa Odebrecht. Aponta-se que em Itaguaí é comum o constante boato de que há um projeto em preparo visando a reurbanização do centro da cidade, isso independentemente do governo em exercício. Reurbanizar o centro de Itaguaí é parte do projeto de desenvolvimento do imaginário local; assim, é rotineira a promessa de dar uma cara nova para o novo município em construção.

Nas últimas duas décadas, a área central passou por dois grandes projetos, o primeiro no Governo Benedito Amorim e o segundo inicia-se no Governo Charlinho. É interessante que o projeto de reurbanização do Calçadão de Itaguaí possui uma configuração inicial que não será implementada. Isto porque, segundo a atual secretária de Obras e Urbanismo, Rosângela Silva, referindo-se a PPP do Calçadão, “Não existe nada por escrito entre prefeitura, Marinha e a empresa Odebrecht. Só há

um breve entendimento entre a prefeitura e os órgãos” (Jornal Atual, disponível em <http://jornalactual.com.br/portal/2013/05/24/reforma-urbana/>).

E, com a derrota do candidato apoiado por Charlinho nas eleições de 2012, a obra ficara 6 meses paralisada, com relatos de prejuízos financeiros para o comércio local. Mesmo após a retomada das obras, já em abril de 2013, vemos uma finalização que não condiz com o projeto divulgado pela prefeitura através de imprensa, em um indício de que, fosse qual fosse o acertado entre Marinha e Prefeitura, aparentemente não se estendera para uma possível troca de governo.

Imagem 27 – Imagens do Calçadão de Itaguaí antes das obras



Fonte: <http://jornalactual.com.br/portal/2012/06/22/uma-revolta-compreendida/>

Imagem 28 – Projeto Calçadão em 2012



Fonte: <http://www.cidadaniadoporto.com.br/2012/06/confira-as-imagens-do-novo-calcaado-de.html>

Imagem 29 – Calçadão de Itaguaí 2014



Fonte: <http://jornalatual.com.br/portal/2013/04/25/telas-do-calçadão-são-retiradas/>

Na verdade - Vainer analisa - esta concepção de governo técnico municipal tenta gerar a imagem de que as ações do Estado são a-políticas, destituídas de interesses de classe e norteadas exclusivamente pelo uso da razão. Como criticar um plano tão técnico, que é amplamente usado em lugares tão desenvolvidos? Como criticar a forma como este desenvolvimento ocorre em um município que em 2003 tinha 53% de incidência de pobreza em suas linhas? Em uma cidade como Itaguaí, isto significa que este projeto de desenvolvimento é blindado contra críticas, posto que é politicamente inviável ser o locutor de um discurso que supostamente propaga o atraso no município, agindo como um cimento social em torno de tal concepção de desenvolvimento. O que ocorre, segundo Sánchez, é que o *city marketing* depende para seu êxito que haja um consenso social em torno dos projetos, assim:

(...) Essa orientação estratégica tende a silenciar projetos e atores divergentes e a construir uma aparente paz social sob égide do empresariamento da cidade. Assim, a recondução da leitura dos problemas da cidade e as alternativas que veem sendo legitimadas parece estar orientada para despolitização da cidade de dos seus cidadãos. (SANCHÉZ, 2010. p. 67)

A teoria de Gramsci compreende que, para que uma classe se mantenha no poder, é preciso que seus ideais sejam aceitos, de forma hegemônica, como o melhor plano para garantia do Bem Comum. Essa fora a base que mantivera Charlinho prefeito por oito anos consecutivos.

Talvez esta seja, hoje, uma das ideias mais projetadas pelos neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. (ARANTES; VAINER, C.; MARICATO, E; 2000. p. 78)

A difusão da ideia de vocação da cidade é ainda mais importante dado que a implementação de megaprojetos tem como pré-condição que sejam desenvolvidos mecanismos locais para assegurar o desenvolvimento na estratégia elaborada. Nesta perspectiva, ressaltam Lima Júnior, Oliveira e Vainer, o papel do Estado não está apenas localizado no financiamento total ou parcial dos grandes projetos. É papel do governo local garantir que haja um terreno fértil para a proliferação de tais projetos, ora oferecendo renúncias fiscais, ora possibilitando exceções no uso do solo, por exemplo. Desta forma o Estado torna-se não um defensor dos interesses comuns, da Vontade Geral ou em defesa dos despossuídos; o Estado torna-se agente do capital, ou como ressaltam os autores, um “facilitador dos megaprojetos” (VAINER apud, LUNGO 200.p 44). Assim, o Estado não é um regulador social, e sim um agente que cria exceções, gerando possibilidades legais para intervenções locais não permitidas pela legislação municipal.

Embora o Master Project propague a despolitização da gestão municipal, propondo uma ideologia baseada no tecnicismo, com suas ações plantadas inteiramente razão administrativista, a cidade é um constructo social, fruto de um constante embates de interesses.

O que revela destacar é que os grandes projetos urbanos constituem, por assim dizer, a face prática, concreta, da adoção das concepções competitivas, *Market Oriented* e *Market Friendly*, que são a marca não apenas do modelo de planejamento estratégico das cidades, mas das práticas concretas de muitas administrações públicas municipais e estaduais no Brasil (LIMA JÚNIOR et al., 2012. p. 14)

Tendo em vista a necessidade de facilitação da legislatura municipal para implementação do plano desenvolvimentista exógeno e da popularização deste plano, o governo Charlinho até o meado de seu segundo mandato, se desenvolve com maioria incontestável na Câmara de Vereadores. Os tradicionais poderes locais perdem espaço em sua política, mas diante da popularidade do crescimento econômico, sua possibilidade de ação se tornara diminuta. O alinhamento de políticos tradicionais, compondo a base governista, pode também ser explicado pela

popularidade do projeto de desenvolvimento local em andamento; seria mais seguro estar ao lado de um governo tão popular.

Em 2011, cerca de um ano antes das eleições municipais, o governo até então sem uma grande oposição formal, se engendra em uma série de escândalos referentes à implementação da LLX em Itaguaí e a um suposto caso de aquisição de imóveis particulares com verba pública por parte da então primeira dama do município. Uma oposição no legislativo, com um possível acertado *time* para as disputas municipais no ano seguinte, se ergue: o auto denominado G7.

Os vereadores componentes do G7 impõe um desgaste ao Governo Charlinho nos dois últimos de seu mandato. Além da não aprovação de uma ampla maioria das pautas enviadas ao Executivo através da base governista legislativa, instauram CPI's, que alcançam grande projeção no município, como a "CPI das Casinhas" e a "CPI da LLX". Além disso, passam a divulgar investigações referentes a Construtora Litorânea, empresa envolvida em grande parte dos empreendimentos construídos ou ampliados em Itaguaí no Governo Charlinho, que, dizem os munícipes, seria uma empresa de propriedade de Charlinho. Sob suspeita e em constante ataque, Charlinho não alcança êxito nas urnas em sua tentativa de eleger um sucessor segundo seus interesses. Seu candidato, Alexandre Valle, é derrotado por Luciano Motta nas eleições em 2012.

Luciano Motta, um jovem de 32 anos que nunca ocupara um cargo público até assumir a prefeitura, principia seu governo gozando do apoio majoritário da Câmara dos Vereadores em Itaguaí. O Governo Mota apressa-se na busca por manter a percepção social de que seu governo não descontinua o ideário desenvolvimentista. Por tal, diante da crise econômica nas empresas de Eike Baptista e a ausência de grandes patrocinadores/ apoiadores, a prefeitura disponibiliza um espaço para os maiores empreendimentos em Itaguaí exporem seus projetos e programas sociais na Expo 2014. Através das fotos abaixo, podemos perceber que um stand é instalado na entrada da Expo 2014, contendo banners das principais empresas em solo municipal.

Na entrada do stand, o munícipe é recebido por funcionários da prefeitura, com a distribuição do folheto "Prefeitura Municipal de Itaguaí – Cidade Inteligente". Com o título de "Novos Desafios – Integrar o Porto à Cidade de Itaguaí", o folheto apresenta o Porto de Itaguaí e sua movimentação de carga, o Arco Metropolitano e cita a CSA e o Pronatec. Uma funcionária da Secretaria Municipal de

Desenvolvimento, quando interpelada sobre o stand e suas motivações (se, por exemplo, era intuito atrair novas empresas) esclarece que longe de ser uma propaganda para atrair investimentos, o stand “não é pago não, a prefeitura chamou as empresas para exporem pra população o fazem”.

Imagem 30 – Stand expositor de Itaguaí na Expo 2014



Imagem 31 – Banner CSN



Imagem 32 – Banner Sepetiba Tecon



Embora tenha em seu discurso marcas da governança empreendedorista, é notável que a primeira metade seu governo venha respondendo a duras críticas. Isso porque em um ano e oito meses de posse do principal cargo municipal, ações e políticas públicas não são verificáveis, ocorrendo em Itaguaí a proliferação de um suposto despreparo do prefeito para o exercício da função.

Também em decorrência da crise instaurada na principal empresa instalada em Itaguaí, a LLX, há, segundo o relato dos comerciantes locais, um desaquecimento da economia municipal.

Desde que esse mauricinho assumiu, a cidade parou! Tá vendo a loja vazia? Antes, eu tinha o dobro de movimento. (Fala de um proprietário de uma loja de roupas multimarcas)  
A senhora está pensando em vender a sua casa? Faz isso agora não. Até 2012 eu vendia muito, mas agora ninguém tem mais dinheiro. Disseram que

vinha mais gente com dinheiro pra cá, mas a cidade esvaziou do meio pro fim de 2012. Essa casa, no Califórnia, de 300 mil tá pra vender tem quase um ano. (Corretor Imobiliário local)

A versão do despreparo pode ser posta em questão, uma vez que Motta é um representante da velha elite política municipal. Esta afirmação poderia ser baseada na inanição percebida na economia de Itaguaí ou poderia também ser justificada através de uma análise comparada com Governo Sagário, demonstrando a paralisia da máquina pública, a ausência ações e políticas públicas que na prática são inexistentes, tal como ocorria em ampla escala quando do governo aliançado com os extrativistas minerais. Outro indício possível seria a volta de ameaças físicas aos opositores do governo local, que os próprios adversários do governo vêm denunciando, seja através de entrevista seja tendo os jornais locais como divulgadores.

No entanto, Luciano Mota é filho de um dono de um dono de areal local. Mais do que isso: é detentor, segundo sua própria declaração ao TRE, de cinquenta por cento da “Firma Areal Piranema LTDA”. Em uma cidade que está em volta à profundas transformações, a velha política retorna ao seu antigo status de norteadora das ações da máquina pública.

Para além disto, o governo Mota vem sido manchete de jornais constante nos últimos anos. Em geral, relacionado a escândalos de desvio de verba. Em dezembro de 2013, o jornal Extra apontou como suspeito o contrato entre a prefeitura e a empresa Tristar, para a coleta de lixo municipal, empresa esta criada dois meses antes do fechamento do contrato com o poder público. Além disso, o jornal O Dia(<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-09-19/pf-investiga-uso-de-ferrari-por-prefeito-de-itaguaui.html>) aponta que o prefeito Mota seria alvo de investigação da Polícia Federal, posto que o prefeito teria feito uso, desde sua eleição de uma Ferrari avaliada em cerca de 1,5 milhão de reais. Segundo o jornal, a lista de bens não declarados contaria ainda com uma Land Rover, uma lancha, um Porsche e imóveis registrados como pertencendo a terceiros. Não é único indício de irregularidade, posto que o TCE investiga um contrato 7 milhões de reais para a locação por um ano de 185 carros para a prefeitura, valor que, segundo o jornal carioca, seria suficiente para a aquisição de 200 carros populares.

Além disso, Jorge Picciani apresentou, em 2014, representação alegando que Luciano Mota teria envolvimento com milícias. Embora não haja dados oficiais, desde



a década de 90 há o corrente boato de que Itaguaí contaria com grupos de extermínio. E, mais do que isso, em alguns bairros com menor poder aquisitivo, há inclusive o relato por parte dos moradores das ações de milícias, explorando o “gato net” e até mesmo expulsando os “indesejáveis” do território.

### 3 JÁ OUVIU A HISTÓRIA DO BEIJA-FLOR E DO INCÊNDIO NA FLORESTA?: DA ORGANIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO AO CONSELHOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA E SAÚDE UM DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E SOCIEDADE POLÍTICA NA AÇÃO DO ESTADO

CARLOS (2007) argumenta que o lugar é a base da reprodução da vida, devendo a análise acerca do mesmo se estruturar sob a tríade *habitante, identidade e lugar*. Esta concepção abrange a perspectiva de que o uso do espaço é construído a partir das relações e dos modos de uso que os indivíduos mantêm com os espaços em que habitam, dando sentido ao lugar, inclusive. Diz Carlos que:

A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico e, revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno. Deste modo a análise do lugar se revela — em sua simultaneidade e multiplicidade de espaços sociais que se justapõem e interpõem — no cotidiano com suas situações de conflito e que se reproduz, hoje, anunciando a constituição da sociedade urbana a partir do estabelecimento do mundial. O lugar é o mundo do vivido, é onde, se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo onde em que é produzida a existência social dos seres humanos. (CARLOS, 2007, p.20)

O Estado é um construtor essencial da cidade, uma vez que, arquiteto das políticas públicas – posto que é promotor, distribuidor e financiador dos aparelhos de uso coletivo – produz, diferenciação do preço da terra. Lefebvre, em um avanço da teoria marxista, defende que, em nosso contexto de intensas modificações do espaço, há uma centralidade dos conflitos sociais originados e justificados pelo uso do espaço-territorial, não sendo mais a fábrica o único lugar deste conflito de classe. Ora, os estudos acadêmicos sobre a construção do espaço reconhecem que este é produzido segundo os interesses mercantis, havendo um processo que culmina por reproduzir na diferenciação do espaço as contradições sociais.

Lefebvre teorizava, já no princípio do século passado, que, diante da vida urbana estabelecida nas grandes cidades, organizando a lógica de apropriação do espaço segundo os interesses do capital, é caro que haja o *direito à vida urbana*

(LEFEBREVE, 1901.p. 1). O pilar deste direito à vida urbana estaria na defesa aos interesses na cidade primeiramente dos que habitam este espaço.

Tendo em mente que o Estado é um ator fundamental na construção do espaço, este direito a cidade, tão em voga nas últimas duas décadas, passa pela capacidade de organização da sociedade civil de estabelecer algum controle sobre o Estado, levando-o a ações que beneficiem seus interesses.

Assim, o objetivo geral deste capítulo é apresentar a penetrabilidade da sociedade civil na ação do Estado em Itaguaí. Interessa os canais de participação e capacidade de influência da sociedade civil organizada na gestão da coisa pública. Especificamente, toma-se por objeto a organização da sociedade civil, partindo das organizações das associações de bairro, em diálogo com o poder público, principalmente através dos Conselho de Segurança Pública (CSP) e Conselho de Saúde (CS), em Itaguaí.

Se inicia este capítulo apresentado à metodologia na qual fora alicerçada a pesquisa, seguido de exposição das organizações sociais que se estruturam e identificam pelo lugar de moradia, em Itaguaí. Apresenta-se ainda o diálogo destas organizações com o poder público, no caso o CSP E CS de Itaguaí. Por fim, será apontados elementos de compreensão da organização contemporânea da sociedade civil não contemplados nesta pesquisa.

### **3.1 Da metodologia da pesquisa**

Este estudo descritivo - nos termos de J.W. Best segundo Marconi e Lakatos (1999) - tem por intenção investigar, analisar e interpretar a atual configuração e edificação das associações de bairro e sua atuação nos conselhos municipais, especificamente o Conselho de Segurança Pública e o Conselho de Saúde, em Itaguaí, no intuito de compreender a atuação importância desta organização, que se identifica partindo do local de moradia, na construção constante do município de Itaguaí.

Parte-se do materialismo dialético, entendendo que as bases para a interpretação da dinâmica social assim como os fenômenos sociais não podem ser compreendidas na ausência da construção de uma análise que abranja as bases

sócio históricas que os constituem. Assim, não é possível entender a configuração social através de um recorte, se este recorte for interpretado de forma isolada de seu contexto social. Neste sentido, até o presente momento, foram apresentados elementos que projetam a dinâmica sócio econômica itaguaiense, visando demonstrar o contexto social do qual faz parte esta forma de organização da sociedade civil.

Racionalizar o panorama municipal é especialmente importante no estudo das organizações que partem da construção da atuação política partindo do local de moradia dado que a pauta destas organizações são fruto do contexto local; na medida em que a economia é passível de gerar novos usos do espaço, novas formas de poder e estabelece uma nova hierarquização das pautas, há a geração de novas demandas e novos discursos sobre a construção do local em que se vive são construídos oriundos deste novo contexto sócio econômico.

Além disto, GIL (1999) argumenta que o materialismo dialético entende como uma base fundamental no fazer ciência o princípio da “unidade dos opostos” (GIL, 1999. p. 31), que defende o aspecto contraditório como constituinte de todo objeto ou fenômeno, havendo um combate ininterrupto no seio da sociedade. Este horizonte de interpretação social é marca desta pesquisa, que ao trazer as díspares organizações de bairro atenta para o elemento de conflito entre elas e também no interior destas.

A estrutura deste capítulo se dá através da pesquisa qualitativa. Godenberg (1999) aponta para a crítica à pesquisa qualitativa, posto que supostamente esta seria destituída de padrões de objetividade e rigor científico, principalmente se esta objetividade é equiparada as das ditas “ciências duras”. Compreende-se aqui que a realidade social, em toda a sua complexidade, não é passível de ser captada em sua totalidade, especialmente se o que se busca é uma compreensão total da realidade que posteriormente possa ser traduzível em hipóteses verificáveis. Esta não é, por assim dizer, a “natureza” da pesquisa social, sendo este um dos importantes marcos divisórios entre as ditas “Ciências da Natureza” e as classificadas “Ciências Humanas”.

Assim, o pesquisador social parte da análise de uma suposta realidade concreta, buscando ações, relações e interações que de algum modo possam ser sintetizados no entendimento do pesquisador como representativos do ordenamento da lógica social vigente. Isto se verifica aqui compreendendo que há um recorte de

pesquisa, delimitando o estudo da sociedade civil em Itaguaí partindo de um objeto específico, a saber, as organizações de bairro e sua atuação junto ao Estado.

No entanto, dada à natureza interpretativa de pesquisa, é inevitável que em alguma medida o contexto e as circunstâncias em que esta é desenvolvida interfiram no olhar do observador. Além disso, o próprio pesquisador possui sua formação cultural e social, tendo preceitos subjetivos particulares que interferem diretamente no seu olhar sobre seu objeto de pesquisa, indo esta interferência até mesmo nos recortes do objeto e nas questões suscitadas sobre estes objetos que são formuladas pelo pesquisador. Reconhece-se de que por mais que seja possível através de um rigor metodológico intentar um afastamento do objeto de pesquisa, há sempre espaços em que a neutralidade não será exercida.

Tal questão é ainda mais digna de nota quando o pesquisador se dispõe a analisar a sociedade ou a cultura da qual ele é oriundo e não uma sociedade que se estruture em aportes culturais distintos da gênese do pesquisador. Entende-se que ao estudar o que lhe é estranho, o pesquisador identifica as práticas sociais de forma mais nítida, sendo possível perceber tais práticas de forma não naturalizadas. Por outro prisma, quando o pesquisador se debruça sobre sua própria cultura o estranhamento necessário para a identificação das práticas sociais como não naturais se torna mais difícil, já que cotidianos para o pesquisador e, portanto, muitas vezes este se estrutura acima da possibilidade de compreensão racional dos fenômenos sociais pelo indivíduo-pesquisador imerso em seu nicho social de origem.

Desta forma, quanto mais próximo da inserção social e da cultura do pesquisador estiver o objeto proposto para análise, mais importante é que fiquem explícitos para o virtual pesquisador-leitor os paradigmas do pesquisador, fazendo o lugar do qual parte a fala do pesquisador o mais claro possível. Assim, supõe-se estar abrindo possibilidades do pesquisador-leitor de interpretação e entendimento da pesquisa realizada a partir da sua leitura dos pressupostos incultos e ocultos na pesquisa. A este respeito, Goldenberg diz que:

Quanto mais o pesquisador tem consciência das suas preferências pessoais, mais é capaz de evitar o bias, muito mais do que aqueles que trabalham com a ilusão de ser orientado apenas por considerações científicas. (GOLDENBERG, 1999, p. 45)

Assim, tendo em vista que fui moradora de Itaguaí desde a infância até dois anos atrás, é caro esclarecer a preocupação com um recorte de pesquisa não naturalizada, uma vez que não fora ponto pessoal ou como elemento de pesquisa acadêmico, até este momento.

Destaca-se que metodologicamente este capítulo contém duas formas distintas de tratamento, em função da natureza do objeto em questão. O método observacional, mas especificamente o método de observação sistêmica, fora empregado quando o objeto específico de análise se tratava dos Conselhos de Segurança e Conselho de Saúde. De acordo com os tradicionais estudos antropológicos, os grupos sociais, ao se perceberem como analisados, tendem a ocultar ou modificar seu comportamento, produzindo falsas observações da realidade na pesquisa. Assim, optou-se por não publicitar a observação, o que fora possível dado o número de presentes nos referidos grupos, registrando as observações de cada encontro em um caderno de pesquisa. A respeito da observação sistêmica, temos que:

A observação sistêmica é frequentemente utilizada em pesquisas que têm como objeto a descrição precisa dos fenômenos ou o teste de hipóteses. Nas pesquisas deste tipo, o pesquisador sabe quais os aspectos da comunidade ou grupo que são significativos para alcançar os objetivos pretendidos. Por essa razão elabora previamente um plano de observação sistemática. (GIL, 2009. p.141)

No correspondente as organizações da sociedade civil ligadas ao local de moradia, as entrevistas para realização de análise qualitativa fora o método empregado, posto que:

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes. (GIL, 2009, p.117 APUD SELTZ et al, 1967, p. 273)

As entrevistas foram realizadas face a face no período de janeiro de 2013 à maio de 2014, através de um questionário previamente estruturado (#anexo), que, no entanto permitia desvios e inclusões de resposta de acordo com a especificidade do entrevistado, o que caracteriza um questionário semiaberto.

Ressalta-se, no entanto, a ausência de pesquisa documental ampla. As atas das reuniões anteriores ao princípio desta pesquisa não foram disponibilizadas. A

ausência de documentação também é verificada no tocante as Associações de Moradores (AM) assim como a FRAMI (Federação das Associações de Moradores em Itaguaí). Em ambos os casos, a promessa de abertura destas atas não fora cumprida, sendo justificada oficialmente como impossibilidade dado problemas técnicos.

Em relação à escolha do recorte de pesquisa, em um primeiro momento, fora realizado através da pesquisa de campo um levantamento preliminar dos principais grupos que de algum modo fossem fomentadores da organização da sociedade, incentivando a participação popular no concernente à política itaguaiense.

Diz SÁ (1998) que a teoria das representações sociais entende que ao transformamos um fenômeno social em objeto de pesquisa simplificamos estes os fenômenos, organizando-os racionalmente e assim os tornando inteligíveis. Esta simplificação do objeto complexo, na verdade, é o elemento que possibilita a realização da pesquisa social, posto que a complexidade da realidade não pode ser captada inteiramente. Dado os dados obtidos e a necessidade de uma delimitação de pesquisa que fosse exequível e ao mesmo tempo significativa, optou-se por focar a pesquisa nas organizações que tem sua formação identitária partindo do local de moradia. Assim, as associações de moradores assumem o protagonismo deste trabalho, sendo realizado um tombamento catalogando todas as associações de bairro presentes em Itaguaí, com o agendamento destas lideranças para entrevista no decorrer do processo de captação de dados de pesquisa. Tendo em vista que o recorte de pesquisa é estabelecido partindo da organização da sociedade civil em função das especificidades do local de moradia é também abrangido a Associação de Lavradores e Pescadores da Ilha da Madeira (APLIM).

Como último adendo, tendo em vista o histórico de violência ligada a política em Itaguaí, e ao fato do relato de alguns dos entrevistados de já terem anteriormente sofrido ameaças e represálias física, foram ocultados nomes e bairros, além de qualquer dado que pudessem levar a identificação dos entrevistados.

### **3.2 É que organizando eu posso desorganizar: as Associações de Bairro Como Lugar de Participação Democrática em Itaguaí Contra Hegemonia na Sociedade Civil?**

A polissemia do termo “participação política” esconde em suas divisas importantes distinções teóricas, que culminam com distintas práticas de exercício de atuação da sociedade civil. Gonh (2007) expõe que existem tipologicamente quatro tipos clássicos de compreensão do termo, sendo o primeiro deles alicerçado na concepção liberal. Esta forma de participação objetiva não a intervenção do Estado, mas sim impedir que este interfira de forma arbitrária e tirânica na vida dos indivíduos; a autora explica que:

As principais ações devem se dirigir para evitar os obstáculos burocráticos à participação, desestimular a intervenção governamental e ampliar os canais de informações aos cidadãos de forma que eles possam manifestar suas preferências antes que as decisões sejam tomadas (GONH, 2007. p.15)

O segundo tipo ideal apresentado por Gonh é a participação corporativa que, oriunda da concepção liberal, compreende a participação política e organização política como fruto de um sentimento de identificação de objetivos comuns pelos indivíduos em torno de um “bem comum”, nos termos de Rousseau. Assim, diz a autora que o impulso de participação está no exterior e não na defesa dos interesses particulares dos indivíduos.

Outro aporte teórico para a compreensão das formas de participação política apontados por Gonh é a participação democrática radical ou revolucionária. A compreensão da soberania popular como imperativa, compreende que a participação passa não apenas pela organização da sociedade civil, mas também nas instituições formais, principalmente através do desenvolvimento partidário. Estrutura-se a participação como forma de lutar contra as relações de poder desiguais na sociedade. Assim:

A concepção democrático-radical sobre a participação objetiva fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova



realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades, discriminações etc. (GONH, 2007. p.19)

Estas tipologias sobre participação política ainda que fundamentais, inclusive para o processo de diferenciação das formas de ação e objetivos da organização da sociedade civil, não são o tipo principal de organização destacável no município, embora ocorram em algumas organizações em Itaguaí. É importante a participação comunitária, que visa integrar sociedade civil e órgãos deliberativos e administrativos do Estado. Assim, o objetivo desta forma de organização não é garantir a liberdade, nos parâmetros dos princípios do Liberalismo Clássico, ou mesmo implementar os princípios de igualdade ou da reformulação do Estado na concepção socialista. Trata-se de, através da participação comunitária exercer poder nas ações do Estado.

É sabido que o exercício do poder pela sociedade civil ocorre dentro das fronteiras do Estado, e este um Estado capitalista. Reconhece-se o protagonismo do Estado como grande ator social, sendo ele o lugar em que os interesses organizados se manifestam, são propagados e defendidos, e sua ação ou não-ação é modeladora de toda a sociedade. Nesta premissa, o Estado assume o papel de locus privilegiado de poder já que é possuidor uma legitimidade social que sustenta seu monopólio em locais estratégicos para o desenvolvimento e vida em sociedade; o Estado é um regulador social por excelência, o executor ativo de políticas públicas que supostamente visam o bem público, assim como também é um juiz que se põe enquanto imparcial diante da sociedade. Exercer poder junto ao Estado é direcionar as ações públicas e a construção da legislação segundo os interesses particulares ou comunitários, sendo possível mobilizar toda a máquina pública.

A existência de uma prática real do poder decisório popular passa pela capacidade da população local de se articular no intuito de construir esta influência real junto ao Estado Capitalista, na perspectiva da coesão social. Marx, de modo exitoso, indicava haver a necessidade de um certo grau de legitimação das ações públicas por parte da população; por outro prisma é de ser destacado que a simples compreensão do Estado imbuído dos interesses capitalista não leva a sua ruína sistêmica. Com o avanço tanto histórico quanto teórico do socialismo, se observar tanto os limites do pensamento marxiano no que concerne a capacidade de organização popular quanto o progresso do pensamento socialista no tocante a explicar como um Estado que não defende os interesses da ampla maioria da

população é socialmente sustentado. Como continua a cidade a eleger representantes que não defendem os interesses da população?

Neste tocante, interessa a discussão que se estabelece em torno da classificação das múltiplas conceptualizações a respeito de Estado, agrupando-os como “Estado Restrito” ou “Estado Ampliado”. COUTINHO (1999) esclarece que nas ideias formuladas por Karl Marx e Engels em 1848 e 1850, houvera a preponderância da concepção “Restrita” de Estado, entendo por restrita a apreensão destes teóricos no concernente ao entendimento de que o Estado se mantém unicamente através da força coercitiva. Embora o autor realize um adendo dizendo que no fim de sua vida Engels indique haverem mecanismo de legitimação que garantam a manutenção dos governos que estão além da força, o autor defende que no momento histórico do ápice da produção teórica de Marx e Engels havia uma acanhada participação política pela sociedade, sendo a participação existente exercida, sobretudo através de uma vanguarda especialmente consciente e clandestina ante à uma massa popular alienada. Diante deste quadro, diz Coutinho, nada seria mais lógico do que o reflexo desta coerção do Estado na teoria elaborada.

E esta concepção de Estado Restrito na produção socialista seria preponderante nos anos subsequentes, destacando-se neste ponto (dada à importância tanto histórico quanto metodológica) Lenin e Trotski. Diz Coutinho que diante da Revolução Russa (1917), tanto Lenin quanto Trotski entendem haver um “duplo poder”, embora para Lenin este “duplo poder seja uma questão particular russa e em Trotski haja o entendimento de que se trata de um ponto universal. O conceito de “duplo poder” é formulado dado que durante a Revolução Lenin vislumbra que camponeses e proletário comporiam o Estado, mas que tal dualidade levaria um dos poderes à sobrepujar o outro através da força. Mantem-se a concepção de Estado Restrito, já que a força e a coação são os elementos que mantêm a estrutura do Estado. Esta manutenção do status quo do Estado Restrito é também seria socialmente explicável, dada a força necessária tanto para realizar a Revolução quanto para mantê-la.

Entretanto, embora a teoria de Marx apreenda a forma de funcionamento do Estado, não é capaz de abarcar a dimensão de acordos entre classes, de associações entre os diferentes ou mesmo de dar conta de uma racionalização da ausência de uma insurreição popular. Se o Estado Capitalista é construtor de uma

Itaguaí voltada para assegurar os investimentos do setor privado externo ao município, porque este Estado construtor de um plano desenvolvimentista é socialmente aceito? Seria unicamente pela força que o Estado em Itaguaí permanece existente? E se é isto, esvazia-se o sentido de qualquer ação, que não norteadas pela implosão ou explosão deste Estado Capitalista.

A questão geral que gira em torno dos limites ligados a compreensão de Estado Restrito não são novas, encontrado em um importante marxista o questionamento sobre tais questões, a saber: Antônio Gramsci.

Em Coutinho temos que a trajetória política de Gramsci se inicia em 1911, ano de sua filiação à ala juvenil do Partido Socialista Italiano (PSI). Coutinho diz que esta filiação partidária iria influenciar a teoria gramsciniana acerca do marxismo de modo *sine qua nóm*, uma vez que a interpretação da teoria marxista preponderante no PSI, uma análise tida por evolucionista e economicista do desenrolar histórico, teriam originado a problematização de jovem Gramsci acerca do Estado e dos pilares do poder do qual este Estado é detentor. Explica-se: o PSI fora profundamente influenciado pela Segunda Internacional, o que se traduzira na defesa do entendimento de que, dado os progressos das forças produtivas capitalistas e, em função deste progresso produtivo, no consequente acirramento entre burguesia e proletariado, o capital desenvolvia a base de sustentação do seu futuro algoz; assim, através dos constantes embates e da insurreição popular, a Revolução Socialista se daria naturalmente, sem a necessidade de ações efetivas para tal, apenas cabendo ao partido organizar as massas na espera do momento em que fatalmente o capital seria destituído do poder, no que seria, segundo Coutinho, o “grande dia”. E, esta concepção teórica a respeito do marxismo, produzia tanto um discurso radical com também, paradoxalmente, trazia consigo um imobilismo partidário.

Gramsci, por outra via, fora fortemente influenciado por Lenin e sua defesa contundente de que as classes destituídas dos meios de produção e não possuidoras do grau de desenvolvimento ou condições objetivas teorizadas por Marx como essenciais para a ocorrência da Revolução Socialista poderiam, se bem organizadas, alcançar o domínio do Estado em qualquer momento. Lenin desenvolve esta perspectiva partindo de uma experiência concreta: a Revolução Russa, que não se dera após o desenvolvimento dos meios produtivos, tal como era defendido no pensamento marxiano. Não se tratava assim, na visão de Gramsci,

aguardar a evolução histórica que fatalmente levariam ao socialismo e sim de coordenar política e socialmente os indivíduos até então desmobilizados, sendo, portanto, necessária à organização assim como ação transformadora do real como elementos que tornem possíveis a tomada de poder pelas classes subalternas:

Toda Revolução foi precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeação de ideias de grupos de homens antes refratários e só pensavam em resolver o dia a dia, a hora a hora, por si mesmos, seus próprios problemas econômicos e políticos (GRAMSCI, 1981. P 46)

Entretanto, esta visão de que a organização dos interesses coletivos poderiam culminar em uma tomada de poder é potente enquanto dupla via, já que a mesma coletividade organizada que poderia levar à um Estado Socialista seria passível de, através da organização da burguesia industrial, fortalecer o Estado Capitalista. Tratava-se da compreensão gramsciniana de que formar alianças em torno de interesses comuns seria uma estratégia preponderante para se alcançar o poder, podendo ser identificado nesta preposição o princípio do questionamento do entendimento de que a coerção é a base que sustentação do Estado capitalista e, por conseguinte, a contestação da teoria marxista de Estado Restrito.

Esclarece-se que o autor compreende o Estado como foco de poder, mas, no entanto, passa a perceber que em uma sociedade tão politizada e democrática, contendo dentro de si múltiplas organizações políticas e interesses díspares, haveria um processo de formação de consensos legitimadores da ação do Estado, que sustentariam tanto o poder vigente quanto as ações governamentais, não sendo apenas a força coercitiva responsável pela manutenção deste.

Teoriza Gramsci que a organização coletiva é produtora de poder e que uma classe pode efetivamente alcançar o domínio do Estado quando esta classe é numerosamente organizada e, mais do que isso, é capaz de assumir o protagonismo social se, através das alianças de classe, esta se torna ou se proclama enquanto portadora do desejo de outras organizações e interesses. Trata-se de um poder que eminentemente é conseguido através do consenso e da persuasão de grupos e classes. Por isso, para que o socialismo efetivamente alcance o poder do Estado, é necessário que este se firme enquanto uma hegemonia ou direção político-cultural. Hegemonia então é definida como:

Todo o complexo de atividades práticas e teóricas com o qual a classe dominante não somente justifica e mantém seu domínio, mas procura conquistar o consentimento ativo dos que ela exerce sua dominação (GRAMSCI, 1981. p. 244)

Este entendimento de Estado Irrestrito potencializa o papel das Associações de Moradores e sua ação nos conselhos mistos municipais, lançando luz a questão. Assim, a organização comunitária é “o” lugar em que os interesses da localidade são postos em disputa, fazendo emergir, através da persuasão, um projeto que vise a coletividade do bairro, e, por conseguinte, um projeto de cidade.

Organizam-se em grupos ligados ao local de moradia, criando uma coesão que também traz consigo as marcas de sua classe, ainda que isto não esteja explícito nestes termos teóricos na fala dos agentes locais. Isso ocorre dado que o local de moradia é segregador das classes sociais e a formação dos bairros respeita a distinção de classes, dado seu acesso aos equipamentos coletivos e o valor mercantil do solo criado.

Fica evidente que a organização das AM é melhor delineada, assim como o uso dos conselhos mistos para fins reivindicatórios é mais exercido nas localidades mais empobrecidas em Itaguaí. Tradicionalmente, tais localidades já tinham como marca a ausência de amplas políticas públicas, de forma mais contundente ocorrendo com as políticas relacionadas a habitação. Assim, com o crescimento municipal, os problemas locais ampliaram de magnitude, principalmente devido a presença de novos moradores.

É fundamental elucidar que a teoria desenvolvida por Gramsci compreende basicamente que a sociedade está dividida em duas esferas distintas: a “sociedade civil” e a “sociedade política”, e, estas duas esferas em união seriam as formadoras do Estado. A “sociedade política” é nas palavras de Gramsci, “Estado em sentido estreito”, no qual todo o aporte repressivo está posto pelo Estado em função dos interesses burgueses. Não nega o autor assim a Marx, para quem, como visto, o Estado é um reproduzidor e conservador dos interesses da burguesia agindo coercivamente no intuito de garantir a propagação do modelo vigente de dominação da burguesia sobre o proletariado, embora seja caro frisar que o autor limita este papel repressivo a uma das duas esferas que constituem o Estado. Entretanto, elucidase que não se trata de uma negação para com o pensamento de Marx e Engels e sim de uma expansão desta concepção dada a realidade local e circunstancial italiana.

Cabe à frase lapidar, proferida por Isaac Newton a dizer que “se enxerguei mais longe foi porque subi no ombro dos gigantes” para compreender que Gramsci avança no pensamento marxista dialeticamente, desenvolvendo conceitos relacionados à ação política, ou nas palavras de Coutinho:

Mas cabe lembrar que se trata de uma ampliação dialética: os novos elementos aduzidos por Gramsci não eliminam o núcleo fundamental da teoria “restrita” de Marx, Engels, e Lenin (ou seja, o caráter de classe e o momento repressivo de todo poder do Estado), mas o repõem e transfiguram ao desenvolvê-lo através do acréscimo de novas determinações. (COUTINHO, 1999 p.53)

O grande avanço da de Gramsci dentro da teorização socialista é sua concepção ampliada de Estado, e esta se manifesta justamente no conceito de “sociedade civil”, no qual a negociação é posta como possibilidade e o poder é entendido como campo em disputa no interior da “sociedade civil”. Destaca-se que estão dentro da “sociedade civil” partidos políticos, organizações operárias, instituições múltiplas, o próprio sistema escolar, além de grupos religiosos. Ou seja: a sociedade civil é o campo no qual os múltiplos grupos, com diversas ideologias, buscam fincar seus valores como hegemônicos internamente, não se tratando mais de uma dominação através dos aparelhos coercitivos e sim de uma direção.

Coutinho destaca que a “sociedade civil” é “uma esfera específica, dotada de legalidade própria, funcionando como mediação necessária entre a base econômica e o Estado em sentido estrito”. Nota-se que esta concepção ao desmembrar o Estado em “sociedade política” e “sociedade civil” compreende-se uma ramificação do poder, possuindo uma nova forma de compreensão acerca das possibilidades de exercício do poder pelos não detentores dos meios de produção. Posta a permeabilidade de novos atores e interesses se tornarem preponderantes dentro do Estado, através do embate na “sociedade civil”, Gramsci passa a compreender que este é o campo estratégico em que a intervenção social pode efetivamente exercer o poder de transformação no Estado, desde que a sociedade civil esteja também organizada.

Se a questão da participação efetiva no processo de tomada de decisão é atentada, o ponto concernente aos rumos de intervenção junto ao Estado e pautas que esta participação produz não são homogêneos, e isto posto que a sociedade civil apresenta clivagens internas e múltiplos interesses. Para que a formação de

uma agenda de lutas seja construída por um coletivo em uma associação de moradores em Itaguaí, por exemplo, é fundamental que esta evidentemente defenda os interesses do bairro. Todavia, a localidade do bairro, a presença de um comércio ou produção local, o status social dos presentes, além de outros fatores, podem, em tese, produzir inúmeras combinações de petições.

Toma-se como exemplo o caso da AM do Itimirim. Ao observar a reunião interna da associação em questão, algumas demandas são corriqueiras, como a crescente violência - traduzida por relatos orais de assaltos e furtos -, a questão das valas negras em algumas ruas, a ausência de praças públicas, entre outras queixas ligadas a educação pública e a saúde municipal. Embora a demanda seja posta através das falas dos locais, a formulação da pauta passa pelo processo de culpabilizar o atual prefeito e pressionar a Câmara dos Vereadores de Itaguaí por uma CPI dos uniformes públicos, dado que embora a verba para a aquisição dos mesmos tenha saído dos cofres públicos, um ano e meio depois estes ainda não foram entregues aos alunos. Não se julgue o mérito da pauta, mas diante de tantos relatos de assaltos dos comerciantes locais, este problema não é enfrentado de forma coletiva com a mesma mobilização.

A hegemonia é chave para compreender a forma como o poder é estruturado no interior da sociedade civil, levando a primazia de um consenso em detrimento de outra questão. Assim:

Hegemonia é uma combinação de liderança (a direção moral) com dominação. É exercida através do consentimento e da força, da imposição e da concessão, de e entre classes e blocos de classes e frações de classes. Esta pode se dar de forma ativa, como vontade coletiva, ou se manifesta de forma passiva, através de um indivíduo disperso ao grupo dirigente/dominante (ALMEIDA, 2003. p. 64).

O termo hegemonia deriva do grego *eghestai*, que significa "conduzir", "ser guia", "ser líder", ou também do verbo *eghemoneuo*, que significa "ser guia", "proceder", "conduzir", e do qual deriva "estar à frente", "comandar", "ser o senhor" (COUTINHO apud GRUPPI, 1978, p. 01).

Gramsci compreende o papel dinâmico da "sociedade civil", uma vez que concebe uma hegemonia que conceitualmente é sempre passível de ser alterada ou confrontada por uma contra-hegemonia, que a modifica ou a substitui. E, tendo em vista que o fortalecimento de uma contra-hegemonia poderia fazer ruir toda a forma de organização do Estado Capitalista juntamente com seus interesses, a concessão e a negociação tornam-se força motriz do sistema.

Assim, a construção de valores, de uma moral e de projetos comuns de ação do Estado dentro da “sociedade civil” são essenciais para desarticular projetos contra-hegemônicos, assim como é fundamental também para legitimar socialmente os poderes estabelecidos como dominantes na sociedade. A “hegemonia”, diz Gramsci tem ação cultural, política, moral e ideológica.

(...) pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMISCI apud ALMEIDA, 2003)

Reconhece Gramsci que a hegemonia das contemporâneas ideias e a capacidade do grupo dirigente de se propagar como defensor dos interesses de outros grupos são elementos que sustentam o Estado Capitalista. Entretanto, este grau de preponderância dos interesses de uma classe na sociedade é particular em cada localidade, sendo peculiar em cada Estado o grau de desenvolvimento dos embates na “sociedade civil” e as forças em disputa, assim como a capacidade de organização das classes e a força política de cada grupo na constituição do Estado:

Mas o fato de que um Estado seja mais hegemônico-consensual e menos “ditatorial”, ou vice-versa, depende da autonomia relativa das esferas superestruturais, da predominância de uma ou da outra, predominância e autonomia, que, por sua vez, dependem não apenas do grau de socialização da política alcançado pela sociedade em questão, mas também da correlação de forças entre classes sociais que disputam entre si a supremacia (COUTINHO, 1999. p.131)

Esta perspectiva é especialmente importante para o olhar sobre Itaguaí dado que, ainda que este enxergue o Estado como mantedor dos interesses de uma classe, ele aponta o caminho de superação deste Estado comprometido com os detentores dos meios de produção. Se o que é visto até 2011 é o crescimento de um projeto de cidade que contempla os interesses desenvolvimentistas dos detentores de capital, a organização ativa local dos moradores que não tem seus interesses abarcados pela agenda pública é posta como elemento central para a superação de um Estado Capitalista.

Além disto, compreender a forma de organização da sociedade civil itaguaiense, suas divisões internas, assim como seu grau de organização são elementos caros, na medida em que elucidam a capacidade de influência da sociedade civil nas ações político-governamental locais, possibilitando que os não



detentores de capital tenham seus projetos de gestão territorial e prioridades sociais abarcados pelo Estado que está em constante disputa.

Se a direção do Estado pode ser alcançado pela sociedade, desde que esta se organize em torno de um projeto que tenha amplas bases de sustentação, é de interesse compreender em que medida a sociedade em Itaguaí tem se organizado, de que forma, em torno de quais pautas, além dos limites desta organização da sociedade civil.

Da construção da Constituição Federal vigente, Santos Júnior, Silva e Sant'Ana (2011) atentam para o “princípio da função social da cidade e da propriedade” (SANTOS JÚNIOR; SILVA; SANT'ANA, 2011, p. 13). Ressaltam que este seria um ponto essencial da Constituição da 1988, com a gestação de uma carta magna que tencionasse tornara mais democrática a ocupação do solo urbano, sendo este ponto fruto do engajamento político e da organização da sociedade civil.

A perspectiva que move esta valoração da participação do cidadão, influenciando diretamente na gestão do Estado, entende que a esfera mais racional para que haja um efetivo impacto da participação da sociedade civil é justamente a esfera municipal. O município é o campo em que o Poder Executivo e o Poder Legislativo se encontram mais próximos do cidadão, havendo uma maior possibilidade de acesso direto entre o cidadão e seus representantes e isto é ainda mais relevante quando diz respeito as pequenas e médias cidades brasileiras. Em um país com dimensões continentais, parecia lógico em 1988 que um maior poder fosse atribuído ao poder municipal, concepção esta que fora responsável pelo fortalecimento do ente federativo municipal.

Vindo desde o período pós Ditadura Militar até a contemporaneidade, há uma tentativa por parte de diversos grupos sociais de fortalecer a participação popular, buscando estabelecer uma cultura cívica em que a participação cidadã seja o mote. Entendem estes grupos que após o extenso período em que a violência do Governo Militar buscou desarticular e impossibilitar a organização da sociedade civil, de fato a sociedade contemporânea tem dificuldade de mobilizar-se em torno de um ideal e até mesmo uma descrença relativa a política paira, o que pode ser observado nas Manifestações de Setembro, em 2013 através dos gritos em que se ouvia “sem partido”.

Não se trata, entretanto, de um estado social estático, havendo atualmente ações de grupos que visam disseminar um novo fazer político. Neste sentido,

experiências de participação democrática diferenciada são observáveis no Brasil, principalmente à partir do meado da década de 90. Apresentam-se estas formas de participação políticas diretas ou semidiretas em múltiplos ensaios, com diversas origens e visando diferentes finalidades.

Algumas experiências novas de participação tornaram-se mais visíveis, como é o caso da construção de um orçamento participativo em algumas cidades brasileiras; tendo uma repercussão grandiosa, o orçamento participativo tem tido lugar na discussão acadêmica de forma larga, assim como na sociedade de um modo geral. Outras experiências de participação podem ser apontadas como tentativa da sociedade civil de estabelecer parâmetros para a utilização do espaço público e construção do lugar em que se vive, a partir do diálogo com a sociedade política.

Tradicionalmente, temo nas associações de moradores como possibilidade de organização da sociedade civil, já que:

“A principal função das associações é, sem dúvida, uma função social: constituídas de membros solidários, elas visam à constituição de uma comunidade de interesses baseada na defesa de direitos sociais iguais. Elas visam à criação de formas de inserção social e de responsabilização, assumindo o papel de mediação entre o cidadãos e instituições.” (WAUTIER, 2001; p.11 apud POZZE, 2010; p. 3)

A mobilização da sociedade civil em função do local de moradia não se dá em Itaguaí em função das recentes modificações sócio econômicas. Embora o contexto atual altera a agenda das AM vigentes, posto que modifica a realidade local, e até mesmo fomenta a necessidade de maior participação da sociedade na política - uma vez que os interesses externos têm sido politicamente contemplados relegando os interesses internos a um posto ora secundário ora inexistente- esta forma de organização é anterior. Já em 1947 temos a fundação da APLIM, embora as Associações de Moradores (AM) tenham sua gênese formal apenas no princípio da década de 90.

Não é fato isolado da história fluminense, ou mesmo da história nacional, que este surgimento formal dos movimentos de bairro itaguaienses tenham tido seu princípio no início dos anos 90, uma vez que ele se encontrara na esteira do contexto histórico preponderante. Inicialmente cabe lembrar que o país esteve sob a égide da Ditadura Militar entre os anos de 1964 e 1985, sendo isto relevante

também para a organização comunitária por alguns fatores. O primeiro é que, dado o caráter violento que assume o Estado, qualquer organização popular fora inibida, e qualquer discordância da gestão do Estado fora encarada como “subversiva”. Ainda que já no final da década de 70 houvesse a fundação da Famerj, especialmente no interior do estado os relatos do princípio das organizações de bairro apontam que a aplicabilidade das leis de modo não universal fora também um estímulo para que a violência extra oficial fosse praticada neste contexto sócio histórico. Por tal, temos que a propagação do medo em associação direta com a politização local não ficou restrita a participação política na esfera formal ou partidária, afetando as organizações comunitárias em Itaguaí. Embora relatos de agressões e assassinatos sejam recorrentes na história da organização de bairro no Rio de Janeiro, a violência parece ter sido especialmente relevante para desarticulação comunitária em uma cidade que traz como marca a influência violenta de grupos em sua gestão.

O segundo elemento que influirá na história da organização comunitária em Itaguaí está justamente na hipertrofia do Poder Executivo no planejamento de uma cidade que crescia. Por toda a Baixada Fluminense a carência se torna uma marca, e isso, também em solo itaguaiense. No capítulo I, temos que a ocupação maciça de Itaguaí se inicia na década de 40, com o deslocamento dos habitantes das áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro para Baixada Fluminense e também para a Zona Oeste carioca, chegando neste período o arrasto do lugar de moradia até Itaguaí, em um processo contínuo que se intensificaria na década de 50 após a construção da Avenida Brasil. Ocorreria processo similar e contemporâneo em grande parte da Baixada Fluminense, produzindo uma ocupação do solo para fins de moradia de forma não organizada, não sendo esta ação acompanhado pelas políticas públicas de habitação.

Na década de 60 já se tornavam palpáveis inúmeros problemas oriundos desta forma de ocupação espacial, problemas estes que, guardadas as devidas especificidades, tornaram-se similares em toda a Baixada Fluminense. Rodinei Costa Silva, entrevistado em Maia, Macedo e Monteiro (2007) ao ser questionado sobre quem o teria levado para as lutas de bairro diz que:

Na verdade, não precisa de alguém pra te levar não, dá pra ir sozinho. (...) tinha um problema muito grande com a coleta de lixo, um problema visível e eu, indignado, estava passando pela rua do bairro, num domingo e vi um amigo que vendia verduras na esquina do supermercado.(...) olhando

aquela sujeira toda, só perguntei: “até quando nós vamos viver nessa lixeira?”

Em vista de tantos problemas habitacionais, dadas as perversas condições de moradia, o enfretamento do Estado Ditatorial passa a ser uma possibilidade assim florescem na década de 70 as organizações sociais, entre elas os movimentos comunitários, que retomam sua vitalidade no fim da década de 70. O marco regional desta retomada do lugar de moradia como local de luta por cidadania está na I Semana de Debates Sobre o Rio de Janeiro, aonde a necessidade de uma federação que reunisse sob uma mesma bandeira as associações de bairro foi constatada. Surge assim a Famerj (Federação das Associações de Moradores e Entidades Afins do Rio de Janeiro), em 1978.

A Famerj, segundo Pechmam (1983), tinha como ideal de existência não ser um braço da esquerda, um elemento de conscientização proletária, e assim possibilitar que as mais díspares áreas da cidade carioca, em seus diversos problemas ligados à habitação combatessem os mesmos adversários. Ocorria que identificavam as múltiplas organizações um “inimigo comum”; o raciocínio partia do pressuposto de um problema estrutural fluminense, que, entretanto, manifestava-se em diversas áreas da cidade de forma singular. Este raciocínio tornava possível um alinhamento entre associações do Leblon e de Bangu, por exemplo, mesmo que o primeiro sofresse com a especulação imobiliária e o segundo com a ausência de saneamento básico.

Um dos principais objetivos da Famerj fora então o fomento de novas associações de moradores por todo o estado do Rio de Janeiro. E é nesse espírito de reprodução de novas associações que no ano de 1990, que a Famerj funda em Itaguaí a Frami (Federação Regional das Associações de Moradores de Itaguaí). Principia-se então um fértil período de fundação exógena das associações comunitárias, chegando contemporaneamente a um número total de 30 associações oficiais.

A FRAMI surge não apenas com a função de estimular a formação de associações de bairro local, mas também visando produzir apoio técnico para a fundação burocrática/legal de tais grupos. Nota-se que, embora até o presente momento apenas quatro associações de moradores tem sua existência legal, a federação alcançara seu intento já na década de 90, dando o formato de associação a organizações que já atuavam em alguns bairros- como é o caso da Associação de

Moradores do Mazomba – ou efetivamente estimulando a composição de uma associação de moradores como forma de luta em busca de melhorias locais.

Em uma cidade que no princípio da década de 90 já possuía algo em torno de 60 mil habitantes problemas relacionados à ocupação não planejada do solo se tornaram o mote das associações então em fundação. A presença de valas negras em inúmeros bairros da cidade e nos distritos itaguaienses, períodos em que cessavam quase por completo a coleta de lixo na periferia das cidades, ocupação irregular do solo resultando em moradias precárias, ausência de transporte público eficiente, entre outros problemas ligados a forma como se deu o processo de ocupação do solo local são algumas das questões que uniram esses moradores em torno de um ideal de desenvolvimento pensando inicialmente o bairro e não o município.

Evidentemente que já nesse período os problemas macro, que afetam toda Itaguaí também estão presentes, podendo ser citados a educação básica em colégios com infraestrutura precária e ensino de baixa qualidade, uma saúde que contava com quatro postos médicos, associados a um posto de saúde central no centro da cidade de Itaguaí – e isso em um município, frisa-se, de 60 mil habitantes) e um hospital municipal com constantes e variáveis problemas, indo estes desde a ausência de medicamentos básicos até o cotidiano de infecções hospitalares, por exemplo.

A organização, entretanto, partia do bairro pensando as formas de vida do próprio bairro. Importa mais neste primeiro momento de criação das associações pensar prioritariamente os problemas e as carências locais. As primeiras pautas apontadas pelos fundadores das AM dizem respeito a questões instrumentais, como legalização do nome das ruas, saneamento básico local e coleta de lixo.

Desde a gênese da FRAMI a diferença de relações fora uma marca no concernente a participação das associações e na relação que estas associações mantinham com a liderança da federação. Embora em um primeiro momento a FRAMI tenha fundado as AM em Itaguaí, as especificidades da organização de cada bairro produziram interesses políticos distintos e relações com a FRAMI específicas. Se o número de moradores em cada bairro é distinto, se o poder aquisitivo de cada bairro é específico, se o trato com o poder público não se dá de forma igual em todos os bairros, as múltiplas associações de bairro existentes em Itaguaí expressam esta diversidade, inclusive no seu grau de organização.

No decorrer da década de 90, até 2008, as múltiplas diferenças produziram impactos na FRAMI, entretanto, isto não significou em um primeiro momento que houvesse a impossibilidade associativa entre as associações. Ações políticas, como o fechamento da Rodovia Rio Santos como protesto contra a ausência de políticas de segurança em 2002, ou mesmo amparo de estrutura jurídica são citadas como ações importantes da FRAMI, em comunhão as AM. A importância da FRAMI em um primeiro momento para a organização dos movimentos de bairro é vista através da fala de ex presidente de uma das associações de moradores, como pode ser percebido pela transcrição de parte da entrevista abaixo:

O Jorge tinha mais traquejo, não era tão...arrogante quanto Carregal. Depois que ele morreu e o Carregal assumiu, nunca mais fui lá. Não sei mais nem aonde está a FRAMI.

O Jorge em questão é Jorge Martins, presidente fundador da FRAMI. Martins se tornara conhecido na cidade em função do jornal “Sem Mentira”, famoso pelas denúncias contra os prefeitos e a Câmara de Vereadores de Itaguaí, sendo seu jornal considerado denunciante. Acumulando inimigos, o então presidente da federação gozava de passagem pelas associações, posto que mesmo as que guardavam diferenças políticas e de interesses econômicos, conseguira manter relações amistosas. O assassinato do senhor Martins permanece sem solução, mas sua morte é importante para a atuação dos grupos locais, posto que há a difusão do medo pela associação com a política é novamente posta. O Portal Terra (<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI3130675-EI5030,00> Rio+homem+teria+sido+morto+apos+criticar+milicias.html) aponta que Martins fora assassinado com oito tiros na entrada de sua casa, motivado o crime possivelmente pela denúncia de um suposto domínio da milícia na Associação de Moradores do Bairro do Engenho; o assassinato ocorrera, segundo relatos do CS, duas semanas após Martins discursar contra a ação da milícia em Itaguaí, citando na reunião aberta ao público nominalmente supostos partícipes da milícia local.

Até o meado dos anos 2000, o então presidente da FRAMI, Jorge Martins, tornara possível um intercuro de interesses e informações entre as associações de moradores em Itaguaí, dado através do intermédio da federação. Desta forma, por mais que a organização e as ações das múltiplas associações visassem o próprio bairro, o contato entre as associações fortalecia a própria FRAMI enquanto entidade

de embate contra o governo municipal. Além disso, o então presidente Martins possuía tráfego político pelas AM, independentemente da posição político-partidária mantida por cada uma delas.

A chave hermenêutica para compreender a relação entre as associações de moradores contemporaneamente passa pela perspectiva da heterogeneidade. Apesar das associações terem um berço comum, ligações das associações com os pleitos locais produzem relações sócio políticas internas e externas diferenciadas. E isso se dá por haver em Itaguaí a tradição da política personalista, ligando o apoio político não a um projeto de governo ou posicionamento partidária e sim a um candidato específico. A liderança da FRAMI tradicionalmente apoia um nome, um candidato em particular, e isto tanto no que concerne as eleições para o Executivo local quanto para a composição do Legislativo municipal, ligado pessoalmente à presidência da FRAMI.

O primeiro desgaste da FRAMI junto as associações se principia exatamente por esta parcialidade no pleito local, seja porque a associação de moradores de determinado bairro apoia outro candidato, seja porque a associação de bairro julga inadequada este apoio formal de uma organização que deveria ser independente. Exemplo crasso dos problemas que se dão em função desta unilateralidade é o atual papel de oposição ao governo municipal desempenhado pela FRAMI, o que é tido por algumas associações como um fator que impossibilita a construção de projetos comuns com a prefeitura, dada a ferrenha oposição explicitada pelos dirigentes da instituição aos governantes locais.

Mais sintomática do uso contemporâneo da FRAMI como instrumento para fins particulares é a tentativa relatada de negociação de publicações denunciastas - por parte de comprador não identificado - no jornal "Sem Mentira". O jornal Sem Mentira se trata de um extinto folhetim distribuído gratuitamente por Jorge Martins nos anos 90, sempre em caráter denunciasta ao governo municipal. Em virtude do proprietário do jornal ser então presidente da FRAMI a ligação entre o publicado pelo folhetim respinga socialmente na FRAMI, o que torna o pagamento por publicação de denúncias contra o prefeito atual, ainda que verdadeiras, comprometadora da credibilidade da FRAMI.

Após o assassinato de Martins em 2000, as relações historicamente turbulentas entre as associações se tornaram inviáveis, uma vez que diante das diferenças políticas entre os componentes da federação, a FRAMI perdera com a

morte de Martins seu principal mediador de conflitos. Dadas as discrepâncias ideológicas, as formas de atuação díspares ou simplesmente a não coesão das associações em torno de uma pauta comum, a FRAMI atualmente se encontra politicamente esvaziada. Embora seja uma organização formal e sua presidência não seja desprezada politicamente pelas autoridades municipais, na prática há um isolamento da FRAMI. Nenhuma associação de moradores aponta a FRAMI como canal de diálogo ou como representante legítima de seus interesses. E isto pode explicar a dificuldade das AM em traçarem uma pauta comum referente ao desenvolvimento da cidade, levando a ação conjunta em torno de objetivos unificados. Em lugar da ação articulada, que por si seria um importante elemento de pressão junto ao Estado, observamos as AM agindo separadamente em torno de objetivos particulares.

Azevedo e Prates (1991) apontam esta forma de participação, em que o objetivo é obter do Estado melhorias pontuais no local em que se vive, como “participação restrita ou instrumental”, uma vez que o que se busca é resolver questões como o esgoto no bairro ou a iluminação pública, por exemplo. Ressaltam os autores que neste tipo de participação não há a crítica global aos princípios valorativos ou a forma como é gestado o espaço; tudo é negociável, desde que os pontos abordados como fundamentais para a saúde do bairro sejam atendidos, buscando uma alocação pragmática de recursos. Contrasta esta forma de participação com a denominada “participação ampliada”, em que há a organização orienta sua atuação em torno de ideologias, buscando transformar os valores institucionais, não sendo estes valores negociáveis.

A presidência da FRAMI responsabiliza a falta de participação das associações em torno da organização por outro prisma:

“O problema das associações de moradores é que tem uns que são ligados a vereadores, porque é único jeito dele trabalhar. Dinheiro do próprio povo que ele reverte pra fazer campanha em cima do próprio povo. (...) O próprio presidente sai candidato” (Presidente de associação de moradores)

Este apoio nominal a candidaturas não é exclusividade da FRAMI, faz parte da estrutura política local, não produzindo unicamente uma federação frágil, mas tendo seus efeitos em toda a organização dos movimentos de bairro em Itaguaí.

Em Itaguaí, existindo em cada bairro, existem atualmente 30 associações de moradores, à saber: Coroa Grande, Vila Geni, Mazomba, Bairro Leandro, Jardim



América, Monte Serrat, Ponte Preta, Mangueira, Parque Primavera I, Parque Primavera II, Parque Primavera III, Gleba A, Gleba B, Santa Candida, Teixeira, Centro, Vinte e Três de Dezembro, Vila Margarida, Santana, Brisamar, Morro do Corte, Vilar Coqueiro, Engenho, Chaperó, Piranema I, Piranema II, Ilha da Madeira, Vilar Paraíso - Somel, Estrela da Manhã, Bairro Califórni.

Se for compreendido que o estudo das associações de moradores em Itaguaí é um elemento fundamental para o entendimento da organização da sociedade civil local, a análise caso a caso de cada associação de moradores produziria um estudo tanto extenso quanto estéril, dado o número de associações encontradas. Entretanto, em função das características destas associações de bairro, é possível intentar um agrupamento, segundo a concepção de ação e o grau de organização do conjunto de movimentos ligados ao local de moradia. Dizemos local de moradia, posto que há importância na questão das possibilidades de organização da sociedade civil em Itaguaí em organizações que vão além das associações de moradores, estando estas organizações de bairro então agrupadas na mesma categoria de análise das associações de moradores.

Neste intuito, três grupos são assinaladas. O primeiro grupo, intitulado “pouco ativos”, compreende onze das associações de bairro, sendo este grupo destinado as associações de moradores com pouca ou nenhuma organização ou capacidade de mobilização local. Em geral, as associações classificadas como pertencentes a este grupo não encontram endereços fixos para a reunião dos moradores associados, também não possuindo reuniões regulares seja com a mesa diretora, seja com os moradores dos bairros aonde se localizam as associações.

Em um discurso que as une é comum o uso do termo “estamos meio parados”, como resposta à pergunta das ações desenvolvidas pela associação nos últimos cinco anos. É lugar comum também o reconhecimento das novas demandas dos bairros, com o apontamento das carências dos mesmos, embora o reconhecimento não leve a ações organizadas promovidas pelas lideranças de bairro. A ausência de organização é justificada na retórica destas lideranças pela falta de interesse dos moradores e a descrença na política, o que leva a dificuldade de mobilização.

Em alguns bairros, moradores relatam um passado ativo das associações, sendo díspares os motivos para o atual grau de organização. Em alguns casos, a justificativa recai sobre a atual presidência, seja por sua impopularidade ou suposta

inatividade; algumas associações tiveram sua capacidade de mobilização diminuída após a intervenção da presidência na política local, o que teria criado uma imagem de corrupção da associação, afastando assim moradores da organização. Não é excluído deste grupo os relatos de ameaças aos antigos líderes locais, embora não haja o reconhecimento de que esta seria a causa do enfraquecimento comunitário local.

Então, os componentes deste grupo na prática não possuem uma organização real, uma associação que efetivamente esteja organizada e seja atuante. Embora existam teoricamente, há dificuldades em encontrar tais associações, posto que não é incomum os moradores dos respectivos bairros não serem capazes de reconhecer a liderança local ou mesmo de atestar a existência atual das associações. Suas ações, quando existentes, destinasse a ações pontuais como resposta a uma demanda específica, como por exemplo a questão da ausência de iluminação pública em um ponto estratégico do uso do bairro. Assim que a demanda é atendida, ou quando julga-se que não será contemplada, a associação volta ao seu estado de anomia anterior.

Apenas duas das trinta associações de moradores de Itaguaí não foram encontradas, embora sejam reconhecidas pela FRAMI, e portanto possuem um estatuto e uma mesa diretora, além de um endereço cadastrado.

Importa que uma associação que não é facilmente acessada como organizadora ou mesmo aceita socialmente como defensora dos interesses do bairro não é capaz de organizar a sociedade civil.

O segundo grupo apontado é o grupo denominado de “atuante na política formal”. Este grupo, composto por nove associações de moradores, apresenta como principal característica a relação que mantém com o poder público na atualidade. A prerrogativa de tais associações é o apoio aberto à candidatura de políticos locais eleitos no pleito na esfera municipal.

É de ser esclarecido que em geral as associações de moradores apoiam candidaturas, especialmente no concernente à eleição para vereadores, entretanto, alguns elementos diferenciam a atual forma de atuação dos pertencentes a este grupo. O primeiro ponto está no êxito do apoio do bairro a candidaturas vencedoras. Em que pese ser habitual a relação entre política formal e associação de moradores, nem sempre o candidato apoiado é eleito. Quando o apoio dado pela associação na promoção de um candidato não é suficiente para garantir a eleição do mesmo, o

estigma de ser “curral eleitoral” de outro candidato culmina por tornar inviável a parceria da associação que outrora defendeu outra candidatura com um político eleito.

O segundo ponto diferenciador está na efetiva capacidade da associação em questão em transmutar o apoio da associação em votos para o candidato escolhido. Em alguns casos, quando o relato da associação aponta apoiou determinado candidato, mas há uma insatisfação declarada de que este não tem sido um aliado - mesmo que ocasional - é possível verificar a pequena margem de votos que o candidato eleito teve na região. Assim, incapaz de influir verdadeiramente na eleição local, relega-se uma não aliança entre associação e candidato eleito.

Em outra via, quando a associação de moradores se torna um braço efetivo para a eleição municipal de vereadores ou prefeito, se firma uma parceria. Isso não significa que todos os desejos da associação serão atendidos ou que esta terá gerência para intervir nas grandes questões políticas locais. É uma troca, mas uma troca baseada em baixas moedas: asfaltar uma rua, concertar uma manilha quebrada, reformar a escola local, presentear as crianças em datas festivas, apoiar torneios esportivos locais, implementar uma patrulha da polícia militar para uma localidade especialmente tida como perigosa...

Assim, através de ações pontuais, o vereador é tido como um amigo do bairro, capaz de financiar uma pequena obra doméstica, possibilitar uma realocação no mercado de trabalho ou mesmo garantir o perdão do IPTU municipal de um morador devedor. Uma vez tido como um candidato preocupado com o desenvolvimento do bairro, esta forma de fazer política se estabelece e isto também é explicativo da perpetuação de alguns poderes locais, posto que ainda que o nome do candidato em questão seja modificado, os interesses e as estratégias junto as bases eleitorais permanecem.

Segundo a Constituição em vigor, é cabível aos vereadores:

Art 29. I - legislar sobre assuntos de interesse local;  
Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Embora a ilegalidade desta formação do curral eleitoral seja verificável, sua prática é comum em Itaguaí. Isso não se traduz somente como ampliação do

*approching* dos políticos locais, mas também é perceptível que as associações perpetuam sua importância, seu peso político. Pesa o fato de que em uma cidade como Itaguaí, com sua tradição de se enxergar como uma cidade pequena e com sua falsa percepção de proximidade, não é inviável se dirigir pessoalmente a um vereador ou ao próprio prefeito em busca da solução de uma questão específica. As seções de votação são abertas e há reais possibilidades de interpelação dos políticos, inclusive do prefeito. É sabido publicamente os locais públicos e os horários preferidos de muitos vereadores locais, mais a afetividade deste contato não o sustenta como canal preferencial de comunicação. Isto porque a resposta do representante político passa muitas vezes por falácia vazia, enquanto que a AM efetivamente é conhecida como um local de retorno do problema exposto.

Tendo isto, por mais que seja fisicamente possível o contato direto dos eleitores do político eleito, a forma mais usual de estabelecer contato com o poder público é através destas associações de moradores. São elas agente articulador dos interesses instrumentais da população e promulgadores da forma de gestão do poder público. Nascimento (2008) compreende o papel político das AM como tendo a possibilidade de um duplo sentido, já que as alternativas são sempre postas: haver convergência ou divergência entre o tencionado pelo poder público e o intentado pela comunidade local. Quando cooptada, como é o caso destas associações em questão, as AM saem do papel histórico de pressionadoras de políticas públicas, reivindicadoras dos direitos da comunidade, e podem tornar-se instrumento de assimilação dos interesses do poder público:

Vale ressaltar que as Associações de Moradores podem estar sendo convocadas a intervir nas políticas públicas, a fim de que sejam executadas. Esta intervenção pode ter características de abertura da comunidade para ação do poder público, cooptação, a criação de um constante conflito entre as partes ou a participação real dos movimentos sociais de gerência da coisa pública (NASCIMENTO, 2008. p.134)

As associações culminam por endossar os interesses preponderantes, no caso de Itaguaí não facilitando a entrada de políticas públicas, mas perpetuando a gestão do Estado como garantidor do capital e não enquanto protetor social dos moradores locais.

Entretanto, é preciso que se frise que a relação entre AM e política não é por si cooptação, ainda que seja esta uma relação complexa. É comum que uma

liderança local presente, inclusive por conta de sua atuação política, alguma expertise política. A possibilidade de AM gerar internamente um vencedor em um pleito é muitas vezes descrita como forma de proporcionar uma real modificação na vida política local, como esperança de se romper as práticas clientelistas históricas em Itaguaí.

E o que que eu pensei? Agente não ia ter que ficar meses falando com eles cada coisinha. Podia ver o lixo não passando e ir direto falar com o cara do caminhão. Agente ia poder falar com o prefeito direto e trazer mais coisa pro bairro.

Se eu tivesse sido eleito, ia votar contra o prefeito. Não ia querer nem saber. Esse menino fica aí, comprando ração pra porco milionário e a praça toda abandonada e o Sesarão em guerra aqui do lado.

Logicamente, o nível de conhecimento do funcionamento da máquina pública, a compreensão e o alinhamento ideológico, o grau de envolvimento e financiamento das campanhas com a iniciativa privada, assim como as bases teóricas dos participantes do processo, são variáveis. E, como visto no capítulo anterior, a noção de distinção entre direita e esquerda não é uma discussão que permeie o posicionamento político e as alianças políticas em Itaguaí, o que é também refletido nas candidaturas endógenas de bairro.

Alguns exemplos de candidaturas de presidente e ex-presidentes das AM de Itaguaí são notórios. Em um dos casos averiguados, o índice de votação de um ex presidente local chegou a ser superior em 70% em seu bairro, embora seu total global de votos não tenha tornado sua eleição possível no pleito local; chama a atenção a quase nulidade de votos obtidas por este candidato em zonas eleitorais localizadas fora do seu bairro de origem. Em alguns casos emblemáticos, a votação do candidato outrora representante do bairro local chegara aos 32 votos. Assim, a votação não se dá somente em função do conhecer o candidato, mais como reflexo da ação deste dentro do bairro; além disto, fica evidente que não há uma associação espontânea entre as AM em Itaguaí, provada pela baixa penetrabilidade da campanha para o pleito local de candidato oriundos das bases da organização popular em Itaguaí.

O terceiro grupo apontado, o grupo "atuante localmente", tem por elemento ligante a ausência de diálogo com o legislativo ou executivo por via direta. Isso significa dizer que não possuem livre passagem por gabinetes, alianças que garantam recursos - mesmo mínimos - para os bairros, promessas de campanha,

enfim, não há possibilidade de encurtar ou acelerar o caminho para o funcionamento da máquina pública. Em verdade, não há qualquer garantia de funcionamento adequado das ações do Estado dentro do bairro, da implementação de políticas públicas ou obras públicas.

Isso significa um deterioramento das condições de vida de bairros que em sua maioria são localidades que historicamente já apresentam deficientes condições da habitabilidade. Não possuir capital político nos bairros itaguaienses - excluindo a área central da cidade - em geral significa a ausência de implementação do mais básico aparelho de uso coletivo, assim como ações que possibilitem resoluções de problemas locais. Em um município em que a troca gira a máquina política, não ter o que trocar tende a excluir bairros e associações do funcionamento municipal. Nesta lógica de funcionamento da cidade, não ser campo de influência de um político significa estar excluído das ações públicas. Por que investir em um bairro que não será base de campanha?

A forma como "atuante localmente" é formado não é homogênea, posto que o histórico da atuação dos bairros não é idêntico. Um elemento que explica as ações ligadas a esse grupo é a não eleição dos candidatos fruto do bairro, tendo em vista que das associações que relatam o lançamento de um candidato direto, não foi encontrado no histórico das eleições candidato eleito. Outro elemento explicativo da existência deste grupo é o apoio à um candidato perdedor, além da não coesão do bairro em torno de um único candidato. Diante das derrotas nas urnas, este grupo não se desarticulou ou enfraqueceu, continuando sua agenda de atuação.

Há ainda associações neste grupo que não se mobilizam ou mobilizaram em torno de um candidato, sendo a retórica desenvolvida em torno de uma suposta ética por parte da liderança de bairro.

Aí agente vai lá e apoia o cara, e ele não faz nada pelo bairro. O que agente diz para as pessoas? Melhor agente ir aqui, fazendo do jeito certo, que demora, mas agente não tem que ficar devendo nada pra ninguém. Esses caras não prestam

Se o grupo "atuante localmente" se diferencia do grupo "politicamente atuantes" dada a ausência de alianças com o governo municipal, igualmente se diferencia do grupo "pouco ativos" posto que se este grupo se encontradesmobilizado. As associações pertencentes a este terceiro grupo

apresentam não apenas influência interna na sociedade em seu bairro de origem, mas também sua importância se sustenta na organização estrutural orgânica, posto que neste grupo as reuniões periódicas são o mote, em torno de novas pautas propostas ou de problemas antigos.

Esta coordenação de bairro existente neste grupo de associações fora fundamental em um segundo momento do processo de reestruturação sócio econômica itaguaiense; diz-se em um segundo momento dado que embora o impacto cidadão desta reestruturação tenha sido significativo, o processo de tomada de decisão acerca dos rumos do desenvolvimento de Itaguaí não contara com a participação popular. Como é comum nos grandes projetos, ainda que a legislação nacional preveja esta etapa como fundamental.

Em função do projeto exógeno assimilado pelo Estado Capitalista, o princípio da implementação do plano de cidade se dera sem a participação do cidadão comum. Este se viu nesta primeira etapa como um espectador de um projeto de desenvolvimento regional. Assim, embora o poder público tenha cumprido o papel legal de expor os projetos em audiências públicas, isto por si não é capaz de garantir a efetividade da democracia no processo de intervenção no projeto de cidade.

Para os moradores, esta nova “City Economic Itaguaí” - que tem sobre si interesses econômicos internacionais, que se frise - gerou alterações não somente no modo de vida, mas também ampliou os já graves problemas estruturais dos bairros, através principalmente do processo de inchaço da cidade. Além da explosão demográfica em função dos empreendimentos construídos, o “Programa Minha Casa Minha Vida” contribui neste mesmo período para a ampliação dos números de moradores locais.

Paralelo a este momento histórico local, temos a criação das UPPs na cidade do Rio de Janeiro. Interessa a simultaneidade da chegada de novos moradores, temporários ou não, para cidade com o processo de implementação das UPPs, posto que embora os números oficiais não apresentem indícios de que tenha havido uma migração de sujeitos tidos como “perigosos” para Itaguaí, o discurso preponderante na cidade se baseia nesta premissa de que há uma ampliação dos índices criminais em Itaguaí em função desta migração, hipótese não comprovada nem excluída.

É notório o impacto que a disseminação do medo em função do crescimento desordenado da cidade provoca na sociedade, o que culmina por gerar novas afetividades na cidade. Na fala de Souza :

A sociedade recria formas de sociabilidades (...) fundando novos processos de reconhecimento e identidade, novas maneiras de semelhanças e dessemelhanças, (...). Os indivíduos buscam, assim, de outras maneiras, suprir as necessidades causadas por esse novo contexto (...). (SOUZA, 2005. p. 27)

Assim, diante deste contexto contemporâneo na cidade - a fluidez das novas relações sociais reinantes e o medo oriundo do estigma para com os novos moradores - a conjuntura de busca por influir junto ao Estado na tentativa de construir uma cidade mais plural e que atenda aos interesses sociais foi tendo suas dimensões ampliadas. Diante da ideia de caos social que se propagou na cidade dado a nova realidade de atividades econômicas - e, logicamente, em função dos problemas sociais ampliados pelo inchaço de Itaguaí nos últimos 10 anos -, a sociedade civil organizada se apresenta cada dia mais mobilizadas em torno de pautas específicas. E isso se reflete na organização de bairro, dado que o local de moradia é o primeiro a ser impactado pelos novos moradores. Além disso, a ampliação da criminalidade, a ausência de infra estrutura básica, como fornecimento regular de água, a super lotação das escolas do bairro, por exemplo são efeitos que reverberam em um momento inicial na organização comunitária do local de moradia.

Assim, conclamadas pelas novas questões locais, a organização de bairro das AM politicamente atuante ampliaram sua participação política. Além de organizarem mobilizações em torno de problemas concretos locais, em alguns casos promovendo mutirões e eventos sociais no bairro, não cessaram as tentativas de reivindicar melhorias locais junto ao governo. Encontrou-se AM que apresentaram projetos nestes últimos dois anos de ampliação dos aparelhos de uso coletivo em seus bairros, planos de ampliação da coleta de lixo local, e tentativa de parceiras, inclusive com a iniciativa privada, para a ampliação de programas locais de capacitação de mão de obras para aos novos postos de trabalho que a reestruturação econômica vem requerendo.

Antigas práticas de mobilização são percebidas. Através das reuniões abertas, como é o caso do planejamento para o fechamento da Estrada Rio São Paulo, com o intuito de chamar a atenção para a questão da ausência de passarelas



ampliarem o número de atropelamentos nos bairros do entorno da rodovia. As associações de moradores continuam buscando um diálogo direto com o Estado, pressionando o poder Executivo através de abaixo assinados, por exemplo, seja requerendo políticas públicas ou fiscalizando e cobrando do governo municipal a ausência de ações deste diante dos problemas dos seus bairros.

A formulação de uma agenda de ações e priorização de pautas são visíveis nas associações realmente atuantes, inclusive no concernente à crítica ao crescimento desordenado no município e seus impactos nos bairros. Sendo fruto do mesmo contexto social, as pautas desenvolvidas bairro a bairro são bastante similares, assim como as estratégias de mobilização, embora não haja uma ação conjunta entre tais associações.

O que torna particular a organização da sociedade civil através das AM em Itaguaí são principalmente as novas estratégias de pressão junto ao governo local. E neste patamar de e ações exitosas, ainda que parcialmente, temos sua participação ativa em conselhos mistos locais.

Lembremos que a após o período ditatorial há o incentivo a criação de um número expressivo de conselhos mistos – formados por membros da sociedade civil, assim como membros da sociedade política-, e isso em todo o país. Nesse ponto e dada a proximidade inclusive física, são destacáveis os conselhos na esfera municipal, local em é possível um diálogo direto entre o poder público e a sociedade, esteja a sociedade organizada ou não.

Em Itaguaí, se têm o acento no que tange a participação popular está no Conselho Municipal de Saúde e o Conselho Municipal de Segurança Pública. E isso dado por alguns fatores; o primeiro é a importância subjetiva que estes dois lugares apresentam no imaginário popular, posto que a recorrência, por partes de entrevistados pertencentes a grupos sociais distintos, da citação de fatos ou mesmo da ausência da abordagem de alguns tópicos nestes conselhos são indicativos da importância subjetiva destes espaços de diálogo para a sociedade civil. A fala das AM apontam para isto:

Aí, você vê, o cara foi lá no Conselho de Segurança e teve a cara de pau de dizer que os bandidos lá de baixo não estão vindo pra cá. E essa guerra que agente vê aqui é de onde?” Presidente de AM relatando sua opinião sobre a explicação de um capitão da PM (Polícia Militar) sobre suposta migração de narco-traficantes para Itaguaí - Por “Lá de baixo” entenda-se cidade do Rio de Janeiro, segundo o jargão local

“Agente sabe que esses empregos não são pra gente, no máximo, esses de salários mínimo, mas na reunião ele dizem que se importam que as vagas fiquem por aqui” - Morador relatando presença de um representante da ThissenKrupp CSA em uma reunião do Conselho de Segurança.

O segundo fator que dá pistas da relevância destes dois conselhos é a presença constante de representantes do Executivo e algumas vezes do Poder Legislativo municipal em suas reuniões públicas, o que por si possibilita uma comunicação entre sociedade e poder público. Assim, as ações municipais podem ser expostas de forma mais direta à população e os esclarecimentos de uma nova ação, plano de desenvolvimento ou parceria, tem lugar de exposição pública não mediada. A simples presença do poder público, por si confere status à existência dos conselhos.

O terceiro ponto de destaque ocorre em decorrência justamente da presença costumeira do poder público nos conselhos citados: os conselhos supra citados se apresentam como um caminho tanto gerando perspectivas, no sentido de possibilitar não só a comunicação, mas também como um lugar que um atendedor de demandas.

Esclareça-se que a existência de um Conselho de Saúde municipal não é prioridade de Itaguaí. Em verdade, durante o processo de reestruturação do Estado brasileiro na década de 90, pós período ditatorial, a efervescência da luta pela saúde como um direito constitucional levará a criação do SUS (Sistema Único de Saúde). O SUS em sua construção legal prevê a existência de uma esfera deliberativa, um colegiado composto tanto pela sociedade civil quanto pela sociedade política. Labra e Figueredo (2002) explica que:

A partir de começos dos anos 90, e com maior vigor na segunda metade da década, foram instalados conselhos em todas as unidades da Federação: Conselho Nacional de Saúde, Conselho de Saúde em cada um dos 28 estados e Conselhos de Saúde praticamente nos 5.508 municípios do país, instituindo-se, ademais, conselhos distritais ou locais nos municípios de grande porte. (LABRA; FIGUEIREDO, 2002. p.59)

Assim, para que o município possa contar com verbas públicas, é preciso que haja um Conselho de Saúde. Labra e Figueiredo apontam para o fato da simples existência deste conselho propiciar a um número expressivo de brasileiros, que compõe este conselho nos municípios e distritos nacionais, o exercício da

participação democrática, uma vez que torna-os parte do processo de tomada de decisão da saúde pública local.

É de se atentar para o arranjo dos conselhos de saúde implementados nacionalmente, posto que, em uma tentativa de impossibilitar o exercício do Conselho de Saúde unicamente em satisfação da vontade do Executivo local, há uma composição formal do Conselho de Saúde pré-estabelecida formalmente:

Metade dos assentos corresponde a representantes da autoridade setorial, dos profissionais, dos prestadores públicos e privados e dos trabalhadores da saúde; a outra metade deve compreender representantes dos usuários dos serviços do SUS. (LABRA; FIGUEIREDO, 2002. p. 543)

O CS é, em Itaguaí, subdividido em 4 esferas: “Saúde Pública”, com 8 membros, “Recursos Humanos”, com os mesmos 8 membros componentes, e “Planejamento e Orçamento” e “Recursos Financeiros”, composto em ambos os casos por seis membros, desta vez com uma interseção dos grupos com 3 conselheiros. Além disso, como diz a lei, o CS é paritário, já que atende a divisão dos setores ocupantes da mesa diretora, consultivo, normativo, fiscalizador e deliberativo.

Em Itaguaí chama atenção a composição dos representantes da sociedade civil no Conselho de Saúde dado que, nas cadeiras destinadas aos usuários do SUS, os ocupantes são em geral presidentes os ex-presidentes das associações de bairro ou dos conselhos de bairro do município de Itaguaí; neste tocante, a presença de Carregal, presidente em exercício da FRAMI, como componente do CS é destacável. Isso não é raridade na composição dos Conselhos de Saúde nacionalmente – nacionalmente, segundo os dados do Ministério da Saúde, giram em torno dos 45%), havendo em Itaguaí assim como no panorama nacional a presença de associações ligadas a patologias específicas.

As sessões são realizadas no período da tarde, mensalmente e sempre em dias úteis da semana, o que por si afasta a possibilidade de ampla participação popular. Como as reuniões são abertas, e, embora haja fluidez no que tange a realização dos encontros, há participação de munícipes em todas as sessões visitadas, com um número variável de participantes em uma média de cerca de 60 por sessão. É comum, frisa-se, a presença de representantes comunitários.

O microfone é controlado, sendo a primazia da fala dada ao poder público. Esse elemento de controle aponta para a cabível crítica popular ao Conselho de Saúde local, que é similar a feita tanto nos muitos conselhos de saúde em todo Brasil quanto em outras esferas de participação popular - seja esta participação expressa em comissões, conselhos e ou reuniões públicas - em conselhos com as díspares finalidades (um exemplo é a crítica a forma como especialmente as grandes cidades constroem seus Planos Diretores). O tecnicismo é imperativo no Conselho de Saúde, deixando a população em geral envolta em um sem número de regras técnicas, nomes científicos e regras que parecem a tudo impossibilitar. A Economia é, por definição, a capacidade de alocar recursos escassos, o que por si dificulta o trabalho dos conselheiros, presos que são as limitações orçamentárias impostas. Além disso, como é possível observar nas reuniões do CS, a burocracia emperra novos planos, limita ações e pressupõe, para o bom funcionamento do CS, um elevado conhecimento sobre gestão da saúde e funcionamento da máquina pública, o que não é percebido tanto nos componentes ligados a sociedade civil, quanto na secção dos prestadores de serviço. Assim, através do discurso de autoridade há um controle das tomadas de decisão por parte de poder público.

Entretanto, a mesa diretora dispõe de base material para a realização de suas funções, tanto no diz respeito aos instrumentos, como telefone e sala disponibilizada pelo poder público, quanto na disponibilidade de dados sobre o sistema de saúde municipal e relatórios sobre o funcionamento das unidades da saúde locais, apontados pelos membros do CS como satisfatórios, embora realizados em linguagem técnica, e, portanto, não capazes de comunicar ao cidadão comum.

Importa, no entanto, ressaltar a rotina verificada no espaço de tempo analisado: as constantes críticas à forma como o município gere a saúde pública. O tom de revolta com a gestão do Hospital Municipal São Francisco Xavier (HMSFX) fora uma constante, acompanhado de dossiês com fotos e relatos hora do precário atendimento recebido, hora do estado de conservação do hospital e muitas vezes denunciando a ausência de medicamento ou atendimento médico. A UPA (Unidade de Pronto Atendimento) também se tornara alvo das múltiplas reclamações dos grupos e de indivíduos levados ao CS motivados comumente por uma experiência não ideal de atendimento.

É importante que em uma cidade de cerca de 100 mil habitantes são verificados atendimentos primários em postos de saúde espalhados pela cidade,

mas, principalmente, dado não haver uma rede particular de saúde de grande porte no município, os atendimentos emergências são realizados centralmente na UPA e no HMSFX. Quando estes não conseguem dar conta de modo satisfatório da demanda, o sentimento de revolta aflora no Conselho.

No referente às atribuições específicas do CS, temos que:

- I** - atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da Política Nacional de Saúde, na esfera do Governo Federal, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros;
- II** - estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços;
- III** - elaborar cronograma de transferência de recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, consignados ao Sistema Único de Saúde - SUS;
- IV** - aprovar os critérios e os valores para remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura de assistência;
- V** - propor critérios para a definição de padrões e parâmetros assistenciais;
- VI** - acompanhar e controlar a atuação do setor privado da área da saúde, credenciado mediante contrato ou convênio;
- VII** - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área de saúde, visando à observação de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sócio-cultural do País; e
- VIII** - articular-se com o Ministério da Educação quanto à criação de novos cursos de ensino superior na área de saúde, no que concerne à caracterização das necessidades sociais

**(Decreto Federal nº 5.839, de 11 de julho de 2006)**

Não se discuta o fato do CS existir, posto que ele é etapa fundamental para a liberação de verbas públicas estaduais e federais, mas se problematize a efetividade da gestão democrática. Embora as vitórias no que tange a administração do orçamento da saúde oriundo do governo federal sejam escassas, algumas conquistas pontuais são percebidas. Embrenhado o CS no tecnicismo que pauta a organização do conselho, a verba federal em geral é tradicionalmente disponibilizada para a manutenção precária do HMSFX, assim como os recursos disponíveis oriundos da prefeitura.

Algumas ações pontuais de prevenção a doenças via campanhas específicas tem origem popular, e, além disto, campanhas federais de saúde apresentam maior penetrabilidade no interior dos bairros em que a liderança comunitária se faz presente nas reuniões do CS, não necessariamente em sua direção. A localização de novos postos de saúde e os serviços oferecidos em cada posto passam pelo conselho, e, portanto, por uma esfera de representação popular direta. Formando agenda de ações, o Programa Médico da Família, antiga demanda da população, vem sendo implementado gradativamente, uma vez que é considerado pela sociedade civil como fundamental para possibilitar melhorias efetivas nas condições de vida da população.

É expressiva a percepção de que embora a diretriz imperativa da existência de um conselho de saúde tenha motivado à junção dos componentes da sociedade civil neste grupo, a ausência de melhorias na saúde municipal se tornou uma bandeira de luta endógena:

“Agente vem pra cá, eu venho a uns dois anos, e toda vez os mesmos problemas. Pô, meu sobrinho precisou ficou três horas no São Francisco e nada. Levei ele pra Campo Grande. E eles não fazem nada, a gente vem aqui pra quê?”

Os relatos de problemas no atendimento são constantes, o que leva a incorporação de um discurso de precariedade que necessita ser combatida com urgência. Além disso, o questionamento acerca da utilização das verbas públicas em detrimento da saúde se tornaram comuns no cotidiano do Conselho de Saúde:

Mas ele gasta uma fortuna na Expo e o hospital não tem esparadrapo. (fala de um morador, extraída de rede social);  
Pro São Francisco não tem dinheiro, mas compra um time de futebol. (Fala de um representante dos usuários do SUS, também uma liderança das AM em seu bairro)

As críticas se referem a dois eventos específicos, o primeiro sendo o gasto em exposição agropecuária anual comemorativo ao aniversário da cidade, com gastos em torno de três milhões. E a segunda crítica é referente ao patrocínio da prefeitura municipal ao clube futebolístico Tigres do Brasil, agora Itaguaí Futebol Clube, em uma ação de marketing para dar visibilidade ao município em valores não divulgados. Assim, é possível perceber através das falas que há formação embrionária de uma crítica ao projeto de cidade, que aparece através da não aceitação com as prioridades de investimentos realizados pelo Poder Executivo.

As reuniões, nos dois foram se tornando gradualmente mais acaloradas, em especial quando da presença da ex-secretária de saúde, Maria Ireniz. A secretária, então em exercício, fora culpabilizada pela ausência de medicamentos básicos (como analgésicos e anestésicos) na rede municipal, pelo estado de conservação do HMSFX e a capacidade diminuta de atendimento dada a ausência de condições de funcionamento tanto do HMSFX quanto dos postos municipais de saúde.

Os líderes comunitários são vitais neste processo de pressão ante ao executivo, posto que são em grande parte responsáveis pela mobilização dos participantes do ato de ocupação do HMSFX durante três dias em agosto de 2013, sendo um líder de associação de bairro tanto a proposta de ocupação, como também o planejamento da execução da mesma. Além disso, é vislumbrável a presença de moradores reforçando as seis manifestações dos profissionais da saúde municipal, em um espaço de seis semanas. No ápice da pressão exercida por essa liderança da sociedade dentro do CS, uma das reuniões fora interrompida dada a inviabilidade da continuidade da reunião do CS, uma vez os ânimos exaltados não tornaram exequíveis a abordagem da pauta mensal para a análise e votação do conselho referido.

A ação de maior visibilidade nestes dois anos pesquisados envolvendo a organização da sociedade civil ligada aos integrantes da sociedade no CS, especialmente o papel da liderança de bairro organizando a ação popular, fora a substituição da Secretaria de Saúde, Ireniz, em dezembro de 2013. Levada a insustentabilidade no cargo dada a pressão popular, sua demissão não significou uma vitória popular pela saúde pública municipal, posto que longe de responder a demanda popular por ampliação das verbas municipais na área da saúde ou um novo gerir a coisa pública, a saída de Ireniz não se tornou sinônimo de novidade. A entrada da nova secretária de saúde Andrea Lima, se trata de uma simples substituição de nomes, não alterando significativamente a gestão da saúde pública dentro do município de Itaguaí.

Ainda assim, a existência de uma articulação da sociedade civil, capaz de pressionar o governo municipal é digna de nota, principalmente porque durante todo o período estudado formalmente a representação da sociedade esteve presente através das cadeiras destinadas aos usuários do SUS. Além disso, mesmo após a nomeação de uma nova secretária de saúde municipal, a crítica construtiva e proponente é verificável no CS. E, como conselho normativo que é, a priorização de

investimentos passa necessariamente pelo CS, construindo um conselho de hierarquia orçamentária, baseando esta priorização no uso social dos recursos disponíveis, como, por exemplo, a decisão de concentrar a ação não na construção de mais postos de saúde e sim ampliar a capacidade de atendimento do HMSX.

O CS torna-se um espaço democrático também na medida em que suas eleições se dão de forma isenta à pressão governamental, em um espaço em que a vontade cidadã é respeitada. É um lugar em que o diálogo com o secretário de saúde é provável, encurtando a distância entre o cidadão comum, livre para estar no espaço da reunião pública, e o poder em exercício.

Um espaço ainda mais importante para a compreensão dos limites e da capacidade de articulação da sociedade civil na construção de uma sociedade mais plural partindo de um diálogo entre sociedade organizada e governo está no Conselho Municipal de Segurança (CMS). O Conselho Municipal de Segurança apresenta uma particularidade, dada a estratégia dos atores sociais que se encontram neste cenário. Inicialmente a ideia era tão simples quanto democrática: criar-se-ia um conselho misto, com uma reunião pública e periódica para incentivar um contato entre a população e os responsáveis pela segurança pública.

Atualmente, as reuniões do Conselho de Segurança são realizadas na Câmara dos Vereadores de Itaguaí, com uma periodicidade mensal - ocorrendo em geral na primeira segunda feira de cada mês. Destaca-se a representação da Polícia Civil, Polícia Militar e também da Polícia Federal Rodoviário, sendo esta última uma presença importante, dado o município de Itaguaí ser cortado pela Rodovia Rio Santos (BR 101). As três forças estão em geral presentes - das 23 reuniões presenciadas ao menos uma das três forças policiais estavam presentes, e em geral cada força se faz representada a cada reunião.

Conta estruturalmente o CMS com representantes eleitos através de votação popular em uma chapa representativa, composto por presidência, vice presidência, primeiro e segundo secretário e um diretor social.

A dinâmica da reunião é basicamente iniciada por uma introdução em apresentação aos componentes da mesa do dia, seguida de uma fala aberta de cada componente. Os que são frequentes nas reuniões usam este espaço inicial do discurso para trazerem as respostas as questões suscitadas pela sociedade em reuniões anteriores, ora trazendo suas ações para a resolução da questão, ora apresentando o encaminhamento do problema para outras esferas. Assim, fica claro



que há neste sentido uma preocupação em atender as demandas populares ou ao menos de demonstrar uma preocupação em apresentar possíveis soluções, especialmente no tocante as esferas policiais.

No que tange aos componentes não usuais, tem-se que em geral são representantes do município em diversos cargos. São convidados por pressão popular ou sugestão da mesa diretora para que seja atendida uma demanda em específico. São comuns a presença do secretário de obras municipal ou o engenheiro responsável por determinado projeto em andamento na cidade, em alguns casos com a intenção de justificar ou explicar uma ação do governo municipal, e em geral estes representantes do poder municipal trazem a questão técnica como fonte basilar de resposta. Frisa-se a presença de nomes importantes como a da chefe da polícia civil do Estado do Rio de Janeiro, Martha Rocha.

Após a apresentação da mesa inicial, que dura cerca de 50 minutos, o microfone é aberto para que sejam feitas perguntas, colocações e relatos por parte do público assistente. Em relação ao público assistente, o primeiro ponto a ser destacado é justamente o horário em que se dão tais reuniões: 10 horas da manhã. Em um dia útil, como os que são realizadas as sessões, gera-se a impossibilidade da presença de um grande número de moradores. Isso se materializa com uma reunião com um número bastante variável de participantes: a menor reunião contou com 19 participantes e a maior sessão contida no tempo pesquisado com 123 presentes.

Em um universo de 100 mil habitantes, este total poderia ser tido como insignificante para a compreensão da política itaguaiense em relação a ação e organização da sociedade civil, não fosse a dinâmica do Conselho de Segurança. Embora através dos relatos não seja passível precisar o princípio do fio condutor atual do Conselho de Segurança, é um presidente de associação de moradores que dá a tônica da real função do conselho:

“A senhora tem que vê, tem que ir um dia lá. Bom, era pra gente ir lá falar da segurança no bairro, de assalto, do tráfico (...). Mas agente começou a fazer assim: falta luz no poste? E isso não leva a assalto e estupro? Então a gente vai lá e reclama. Não tem quadra? A escola não abre a quadra no fim de semana? Os meninos não tem como praticar esportes, então vão pra criminalidade. Aí a gente vai lá e fala.” Fala de um presidente de associação de moradores local

Essa ação paralela do CMS é também captada por um blog local, (Política em Itaguaí) especializado em política municipal, o que pode ser percebido através do enunciado de uma matéria do blog em questão, transcrita abaixo:

‘Participe da Reunião do Conselho Comunitário de Segurança de Itaguaí e deixe registrada sua insatisfação com qualquer coisa relacionada a nossa segurança como cidadãos: Educação, Trânsito, Transportes, Saúde, Obras etc”

Esta estratégia dá significado a existência do Conselho. Chegando o ponto final do aumento da criminalidade nos bairros da cidade, questões múltiplas são abordadas nestes encontros entre sociedade política e sociedade civil. Assim, não infringindo a regra de abordar a segurança como lugar final, é possível vislumbrar tanto a participação política instrumental, ligada aos problemas cotidianos, até questões mais amplos, como os impactos negativos da ampliação de capital circulante na cidade.

De fato, o CSM se apresenta como uma alternativa de contato direto com os gestores públicos, especialmente no que tange à associação de moradores que não possuem uma ligação direta com o prefeito ou algum vereador. Assim, nestas reuniões questões como esgoto a céu aberto ou coleta de lixo são abordadas, assim como também a cobrança direta por um plano de segurança pública que atenda aos interesses dos participantes detentores de cadeiras no conselho ou não. Culmina este espaço sendo a ponte entre governo e associação de moradores.

A pressão popular no palco do Conselho é vista tanto através da exposição e posterior cobrança de uma demanda específica e concreta, como a iluminação de uma rua ou o patrocínio para um evento específico, quanto pela crítica formulada e dirigida ao governo nos microfones da Câmara por algum participante da reunião. É destacável o tratamento do poder público as questões concretas, que em geral tem uma solução apontada pelo responsável do setor; dificilmente uma queixa concreta fica sem resposta neste espaço.

Por outra via, quando a fala da sociedade requer uma resposta política ou trata do plano geral de cidade, o silêncio do poder público é o mote. Ao ignorar plenamente a fala contrária às ações do governo ou a forma como a cidade é pensada, o poder público relega um não papel a sociedade; assim, cada crítica proferida é tratada como politicagem da oposição.

O canal de comunicação do CMS para resolução de demandas pontuais é percebido, mas é tratada a ausência de material escolar na rede municipal, e não a qualidade da educação pública ou projetos de integração entre escola e sociedade; o vazamento da rede de esgoto é respondido pelo representante da sociedade política, mas não o descontrolado preço da terra em Itaguaí; exige-se uma portaria que regularmente o transporte alternativo, embora a qualidade dos ônibus das linhas que circulam local não seja uma questão ou mesmo as licitações do transporte público na cidade; se fala muito em formação de mão de obra qualificada, mas nada sobre os impactos ambientais. Há a compreensão da nova realidade da cidade, mas a sociedade civil organizada busca no Estado o papel de facilitador para adaptação dos bairros a esta realidade posta, e não um efetivo planejamento popular sobre os rumos do município.

Até mesmo em função da organização das AM, o que as torna protagonistas no CS, pensa-se bairro a bairro, problema a problema, não havendo um olhar global que atente para a necessidade de se pensar, organizar e planejar o conjunto do município, e isto mesmo no interior da sociedade civil e das AM, por conseguinte. Não se rompe com a cultura política tradicional, que, com diminuta influência externa, tende a raciocinar uma Itaguaí fracionada.

Politicamente, essa forma de pensar a cidade bairro a bairro é um elemento fundamental de dominação. E isso porque, primeiramente, fragiliza a organização da sociedade civil e diminui o peso que um coletivo com um número maior poderia obter. Mobilizar 25 famílias em um bairro afastado das áreas centrais da cidade evidentemente tem um significado político muito menor se comparado à possibilidade de mobilização de 3.000 votantes reunidos na praça central da cidade.

Além disso, o histórico das AM de Itaguaí aponta a facilidade de cooptação dessas lideranças pelos poderes estabelecidos, e isso tanto se tratando de uma cooptação legal quanto de alianças entre candidatos e líderes destas associações com políticos locais. Isto pode ser notado através da redução da atividade das associações de moradores de um modo geral nas eleições municipais de 1994, quando muitas lideranças destas organizações foram cooptadas para secretarias locais, fragilizando muitas organizações de bairro e relegando um papel meramente alegórico a muitas delas, como pode ser evidenciado pela fala de um ex presidente fundador de uma AM:

“Agente foi pra lá, e por 4 anos não me ouviram. O bairro ficou morto. Quando quis voltar, a coisa toda tinha esfriado”

E, por último, a violência é praticada com mais facilidade em um sujeito isolado do que um grupo coeso. O medo da violência contra sujeito politicamente ativos é também um importante molde político em Itaguaí, uma vez que delimita ações. Como apresentado no capítulo dois desta dissertação, o grau de periculosidade de se fazer em Itaguaí é relevante, e isso também quando em relação a sociedade civil. A ligação entre areal e política é elemento explicativo do princípio desta cultura política que associa participação política ao perigo. Relembra-se: os donos dos areais espalhados por toda a estrada de Piranema são relevantes geradores de capital, mas, em função dos impactos ambientais que tal atividade exerce, uma política de fiscalização municipal constante diminuiria a margem de lucros dos envolvidos drasticamente; para propagar a exploração é caro que o poder político esteja nas mãos deste grupo ou ao menos que o poder em exercício seja um aliado, assim quando as vias tradicionais de cooptação possíveis, o uso da violência torna-se uma prática contra os opositores, principalmente os que produzem denúncias sobre o fazer política em Itaguaí.

Embora a violência política instrumentalizada para a manutenção das areias seja uma prática, não é único fator explicativo desta forma de violência. A possibilidade de silenciar a oposição é utilizada inclusive contra qualquer opositor do governo presente; é alarmante em uma sociedade democrática que todos os entrevistados ativos politicamente, tendo ou não ligação com as AM, relatem que em algum momento de sua trajetória de atuação política tiveram sua integridade física ameaçada. O caso mais recente divulgado pela mídia local refere-se a Sueli Fernandes, itaguaiense que, em um ato de protesto ocupara a Câmara de Vereadores de Itaguaí, fora interpelada por sujeitos armados em uma estrada do município, sendo ameaçada e tendo seu marido agredido em 2012.

Dado o quadro de possibilidade de represália violenta em associação aos problemas sociais locais, o comum é que a liderança aponte a possibilidade do perigo, mas entenda que há limites, como uma linha invisível entre o que é permitido ser dito e o que não deve ser falado. A crítica pode ser feita, mas só até um ponto específico; a ação contra o governo não deve ofender a estrutura de poder local. E isso também limita a possibilidade de se pensar uma cidade mais plural.

No entanto, a relevância do CMS na sociedade é real. Inicialmente, além de ser um “atendedor de demandas específicas”, o CMS goza de influência política. Além dos muitos secretários municipais que foram em algum momento partícipes das reuniões periódicas, em 2012, graças a iniciativa do CSM, o então Ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella, visitara o bairro da Ilha da Madeira. Rodrigues relata que o ministro caminhara pelo bairro, ouvindo os moradores queixosos dos danos que o processo de reestruturação econômica vinha causando, pronunciou-se defendendo uma maior intervenção do poder público no sentido das compensações sociais:

“Nós não podemos crescer em prejuízo dos pescadores. Vocês não podem ser desalojados pelo progresso. O Brasil não pode passar como um trator por cima de seus filhos.” (RODRIGUES, 2012 p.151)

Diante da importância do CMS, em 2014, ano em que for eleita a mesa diretora do conselho para o biênio 2014-2016, há a anulação das eleições pelo ISp. Explica-se: diante da candidatura solitária da chapa presidida pelo ambientalista Hermon Soares, o ISP argumentara haver irregularidade na documentação da chapa vencedora. Entretanto, munícipes acusam que as eleições não foram divulgadas com antecedência, impossibilitando, dado o diminuto tempo, que uma oposição se articulasse. Argumenta o relatório do ISP, lido em sessão, também que não ocorrera um processo tra

É ainda fundamental elucidar que diante da efervescência contextual, outras organizações sociais são vislumbradas em Itaguaí. O ato de pesquisar uma sociedade requer, como é sabido, realizar escolhas entre o que será ou não estudado ou abordado, dada a necessidade de um e recorte de pesquisa. Assim, ao delimitar o foco nas AM, e em sua ação no CMS e CS é inevitável que haja renúncia no enfoque e no estudo sistemático em outras formas de organização da sociedade civil em curso contemporaneamente em Itaguaí.

Neste tocante, que mobiliza a sociedade partindo dos problemas de local de moradia te, além das AM, é destacada a ação da APLIM, que nos últimos 12 anos não tem cessado em organizar pescadores e moradores da Ilha da Madeira, denunciando a forma como novos empreendimentos e Itaguaí afetam toda a organização do bairro e produzem impactos ecológicos profundos.

Além da APLIM, tem-se o MUDE (Movimento de Compromisso por Itaguaí). Iniciado formalmente em 2014, o movimento nasce partindo da junção de 6 membros, com o intuito de alinhar sobre sua bandeira recém instaurada cidadãos interessados em “melhorar as condições de vida em Itaguaí”. Partindo do pressuposto de que apesar do assalto da arrecadação de impostos ocorrida no município em função das empresas recém instaladas não houvera reais ganhos sociais para o município, o movimento propõe uma articulação apartidária, visando pressionar o poder público por reais avanços sociais municipais. Transformado em pessoa jurídica, o movimento lança uma carta aberta a população, tencionando expor sua pauta reivindicatória ampla.

O MUDE vem ampliando seus participantes gradativamente. Com reuniões mensais, que chegam a reunir 70 membros, a grande novidade é que o MUDE propõe um pensamento unificado de cidade e não proposições particulares atendendo aos interesses bairro à bairro. Por tal visão e se pondo não como oposição necessária ao governo, mas como grupo que se interessa pelo desenvolvimento da cidade como um todo, diversos setores da sociedade podem ser vistos nas reuniões do movimento, indo desde as associações de moradores, até associações patronais passando pelo sindicalismo público. É provável que o atual cenário de estagnação política refletida na atividade econômica dos comerciantes e profissionais liberais de Itaguaí culminem por ampliar o movimento, o que não significa que em um contexto interno diferente a aliança entre classes mantenha suas bases.

Não à toa que a ação mais destacada do MUDE até o presente momento fora a passeata “Fora, Luciano”, em que 600 pessoas se reuniram pedindo a renúncia do prefeito em exercício, em que pese este não ser formalmente um movimento de oposição. Não fora, contudo, a única caminhada demonstrando insatisfação com o Motta. Em 2013, no rastro das manifestações ocorridas no Brasil, Itaguaí reúne em suas vias públicas cerca de 15 mil cidadãos, insatisfeitos com a gestão local. Além das passeatas ocorridas em 2013 que tinham como pauta a melhoria da saúde em Itaguaí, em 2014 é visto o tomar das ruas por cerca de 300 pessoas, desta vez em protesto à educação municipal.

Gohan (2011) observa que no novo milênio a temática dos movimentos sociais retoma um lugar de centralidade como objeto de pesquisa, tanto na produção nacional quanto na produção internacional. Ocorre isto, diz ela, porque dado o

crescente processo de globalização, que produz efetivamente uma reconfiguração objetiva e subjetiva nos múltiplos espaços do planeta envolvidos no processo, se tem um cenário em que movimentos antiglobalizantes surgem como uma resposta ao neoliberalismo crescente. E não apenas isto: analisa Gohn que as temáticas que dominavam o debate também são modificadas; neste tocante, a emancipação social de uma classe específica perde seu lugar de centralidade e o território, ressignificado, torna-se uma categoria essencial para a compreensão e organização social no mundo globalizado, especialmente no que concerne a questão identitária. Além disso, no campo teórico, uma gama de novos conceitos são criados, como tentativa de captar esta nova forma de mover social.

E estes novos conceitos passam a estar na ordem do dia, como, por exemplo, o conceito de desenvolvimento sustentável, capital social, protagonismo social e, muito comum na análise dos movimentos sociais, o conceito de empoderamento – no sentido de empoderamento de poder para a sociedade.

Baquero (2012) argumenta que na língua portuguesa oficial de Portugal “apoderamento” é explicado como significando “obtenção, alargamento ou reforço de poder”, e neste sentido, tem sido utilizado recorrentemente em associação aos movimentos que visam à ampliação da cidadania. Baquero ressalta, entretanto, que esta ampla utilização do conceito de “empoderamento” (originalmente *empowerment*) está presente nos mais díspares campos de conhecimento e com perspectivas teóricas de origens diversas, falseando sob a bandeira comum deste neologismo todas as diferenças teóricas, assim como as ações divergentes dos grupos sociais que fazem do termo um ponto de luta, em um aparente consenso conceitual, por tal importando frisar que:

(...) o empoderamento pode ocorrer em diferentes níveis, referindo o empoderamento individual, o empoderamento organizacional e o empoderamento comunitário. Segundo Wallerstein e Bernstein (apud BAQUERO, 2006), o empoderamento é uma construção em nível individual, quando se refere às variáveis intrapsíquicas e comportamentais; em nível organizacional, quando se refere à mobilização participativa de recursos e oportunidades em determinada organização; e em nível comunitário, quando a estrutura das mudanças sociais e a estrutura sociopolítica estão em foco. (BAQUERO, 2012. p. 16)

Gohn (2004) identifica esta polissemia do termo, apresentando basicamente duas vertentes para o uso do empoderamento como categoria. A primeira estaria ligada a busca por autonomia comunitária, com melhoria da qualidade de vida social

e a ampliação da visão crítica pela sociedade. A segunda que Gohn destaca é o uso do termo empoderamento como promoção do desenvolvimento local de projetos que promovam a sustentabilidade local, quase sempre estes projetos que visam esta forma de autonomia oriunda da presença de agentes externos, especialmente as ONG's, contando estas ou não com recursos estatais. É ainda possível, segundo Herochovski e Meirelles (2007) que seja mobilizado pela concepção neoliberal, atrelando o termo à defesa de uma gestão independente das comunidades, em que o fortalecimento do poder privado faculta as comunidades as resoluções de seus problemas.

Herochovski e Meirelles defendem que o empoderamento pode se dar em três níveis ou em três sujeitos: o empoderamento individual, o empoderamento organizacional e o empoderamento comunitário. Por empoderamento individual é compreendida a ação dos indivíduos de influenciar o Estado segundo seus interesses. No que tange ao empoderamento organizacional, corporações financeiras e agentes do capital articulam-se no intento de garantir o êxito de suas ações junto ao Estado.

Torna-se caro lançar um olhar sobre o “empoderamento comunitário”, já que este, diz Baquero, é emergente quando grupos ou indivíduos desfavorecidos social e politicamente se articulam e se organizam tendo como pretensão ampliar sua influência junto ao Estado, defendendo assim seus interesses. Em Herochovski e Meirelles temos que a busca por empoderamento é oriunda da necessidade dos indivíduos, comunidades ou organizações em influir na gestão de suas vidas, o que é comumente negado à ampla base social. Implicitamente, trata-se do entendimento de que o Estado que deveria ser um Estado Democrático de Direito se organiza no plano real de forma a excluir as bases da sociedade, tendo como primazia defender este Estado aos interesses dos detentores do capital. E isto significa dizer que a pobreza e até mesmo a ausência de um capital financeiro ou industrial leva ao desempoderamento dos indivíduos:

Ademais, como os sujeitos que se quer ver empoderados muitas vezes estão em desvantagem e dificilmente obtiveram os referidos recursos espontaneamente, intervenções externas de indivíduos e organizações são necessárias, consubstanciadas em projetos de combate a exclusão, promoção de direitos e desenvolvimento, sobretudo em âmbito local e regional, mas com vistas à transformação das relações de poder de alcance nacional e global. (HEROCHOVSKI; MEIRELLE, 2007. P 3.)



Assim, para influir na agenda do Estado, é necessário que os indivíduos excluídos da pauta de questões do governo se organizem além do plano político-eleitoral em torno de organizações coletivas, pressionando o Estado através delas. Horochoviski e Meirelles apresentam a perspectiva de que o empoderamento leve ao aprofundamento da democracia, já que, no encaixe de Macpherson (incluir nota), os autores defendem que para que o poder realmente esteja presente na sociedade civil e que o Estado seja o guardião e executor dos interesses sociais é necessário que haja uma ampliação cultural e um redesenho das instituições representativas. A noção básica exposta pelos autores é de que uma vez que o fortalecimento da cultura leve os cidadãos a estarem concisos da realidade local e consciente de qual são seus interesses dentro do contexto sócio econômico existente, estes possam, uma vez que estejam organizados, serem proponentes de projetos acerca das prioridades públicas.

É importante ressaltar que Horochoviski e Meirelles esclarecem que empoderar-se não é sinônimo de participação cidadã, já que a participação cidadã leva ao empoderamento social e é parte importante deste, mas trata-se de um caminho e não do exercício do poder em si mesmo pelas classes e organizações excluídas do Estado.

O empoderamento então poderia se dar em maior ou menor grau? Haveria uma tabela com a pontuação do grau de poder no qual a sociedade local é efetivamente donatária? E, se existisse, em qual posição Itaguaí estaria? Se assim fosse, é possível imaginar que seria algo em torno do “medianamente empoderada”, dada a sua capacidade de através dos CSM e CS efetivamente influir na gestão na Estado? Seria “diminuto empoderamento”, tal o fato de todas as suas pautas requererem ações instrumentais do Estado não havendo proposições para uma democracia ampliada?

A não influência da sociedade civil no delineamento dos grandes projetos em curso em Itaguaí ainda é uma realidade. As decisões importantes sobre os rumos da cidade são tomadas segundo os interesses do capital globalizado. Ainda que o Estado seja primordial no papel de incentivador desta nova forma de ocupação do solo, é o capital privado que direciona suas prioridades de investimentos ao sabor de suas possibilidades de lucro, que, por sinal, estão sempre em transformação. Dinâmica basilar do mundo globalizado.

Então, não haveria empoderamento em Itaguaí. No entanto, Alencar Filho (1990) propõe um olhar não pragmático, ampliando a perspectiva de ação dos movimentos de bairro:

O Movimento Comunitário, mesmo com suas notórias debilidades e seu pequeno lastro histórico, faz, na sua prática, a propaganda das formas cooperativas como solução global para os problemas sociais. Ele se insere, por isso, no coração da disputa cultural que se trava na sociedade hegemônica pelo individualismo competitivo burguês.

Esta perspectiva valoriza uma luta sobretudo pedagógica, em que a experiência de auto organização é valorizada, uma vez que, no pensamento marxista clássico, há o ideal de que a simples inserção e organização comunitária é passível de produzir conscientização.

A riqueza do processo que intencionava a construção de uma política nacional para as cidades foi extremamente importante, não apenas pelas propostas sugeridas para as políticas governamentais, mas principalmente pelo procedimento pedagógico de construção e um plano polêmico em meio a uma grande diversidade de pensamentos (MEDEIROS, 2004, p. 48)

Assim, mesmo diante dos limites atuais, é possível perceber um avanço no concernente as organizações de bairro. Ainda que longe do controle da cidade, as organizações alcançam êxito na intervenção de problemas que, embora pontuais, afetam a vida dos moradores locais. Mais importante do que isso, na medida em que os moradores vislumbram que a pressão popular nos conselhos produz efeitos positivos, as associações de moradores culminam por propagar a ideia de que a participação e organização são capazes de alterar a realidade local, lançando a possibilidade de ampliação da atuação e dos objetivos das organizações comunitárias para além dos objetivos instrumentais.

## CONCLUSÃO

Vi os seus sonhos, Rony Weasley, e vi os seus temores. Tudo que você deseja é possível, mas tudo que você teme também é possível...”

*ROWLING, 2007. p. 143*

Durante o período de tempo pesquisado, fora constatada a ação do Estado coadunado com a iniciativa privada, originando uma nova perspectiva para o uso do solo municipal. Iniciada após a ampliação do Porto de Itaguaí em 1997, uma série de investimentos vieram a reboque deste porto, hoje um dos principais do país. Foi apresentado a ampliação de sua capacidade crescente de transporte, ainda não concluída, em especial após 2002. Apontou-se os terminais em funcionamento do porto, construídos com dinheiro público, de forma direta ou através do BNDES, que, no entanto, foram arrendados para a iniciativa privada.

Foram expostos ainda os grandes investimentos, os “carros chefes”, do projeto de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, que, em Itaguaí se traduzem através do AMRJ, da TKCSA, do Superporto Sudeste, da Usiminas e do Prosurb-EBN; todos investimentos realizados nos últimos anos e todos fomentado pelo Estado. Procuramos apresentar, ainda que sem a exatidão de números, a efervescência do mercado local, tanto em função de prestadoras de serviços satélites para grandes empresas, quanto por indústrias de menor porte instalada em Itaguaí e vizinhança nos últimos anos, assim como no aquecimento do comércio no município. E toda a contextualização sócio econômica para que houvesse a capacidade de mensurar o novo uso da cidade pelo capital. Não atoa o dado relativo à ampliação populacional fora apresentado no capítulo introdutório da dissertação.

O processo de reestruturação econômica em Itaguaí de fato ampliara a perspectiva de crescimento econômico dos munícipes; por toda a cidade é possível vislumbrar novos pequenos negócios e novos postos de trabalho. E em uma cidade que se entendia “dormitaria”, o trabalho perto de casa e não no centro da cidade do Rio de Janeiro, a duas horas de distância, é apontado como um ganho

incontestável, mesmo que a ampla maioria dos empregos disponíveis não alcance a remuneração de dois salários mínimos. E é um ganho incontestável.

No entanto, junto com o capital circulante, os problemas derivativos da ausência de um planejamento público não se apartaram da cidade. Tradicionalmente, em função da forma como a democracia brasileira fora estruturada, o grande poder dos azeiteiros gerara uma cidade que não propiciava aos seus moradores direitos básicos, como educação de qualidade, asfalto nas ruas ou saneamento básico. Fruto de uma política plantada no clientelismo, ora com similaridades coronelistas incompatíveis com um governo democrático, a ausência da construção de uma cidade igualitária, uma marca da Baixada Fluminense, é também a história de Itaguaí.

Diante do rearranjo econômico, realizado de forma vertical, Itaguaí se encontra diante de novos e velhos problemas. Ainda há falta de saneamento básico, ainda há ausência de aparelhos culturais, ainda há uma saúde apontada como precária, em serviços públicos já deficitários, que, no entanto, são conclamados a atender, sem maiores investimentos, uma maior demanda de usuários. Soma-se isso o trânsito em alguns momentos caótico, o transporte público irregular, a ampliação dos preços de moradia e o alto custo de vida na cidade. E isso sem que levemos em consideração a degradação ambiental originada da construção dos novos empreendimentos na cidade.

Por todo lado, há queixa sobre a ausência das ações do Estado no atendimento da demanda dos mais empobrecidos eleição democrática tende a reeleger antigos atores políticos, defensores de antigos interesses econômicos. Por outra via, o Estado busca tornar cada dia mais a cidade atrativa para o capital, e não em produzir reais melhorias na vida social do cidadão, não produzindo assim desenvolvimento e sim um ambiente propício para a acumulação de renda dos já mais abastados.

Diante do processo, mesmo com histórico de violência política local, foram observadas ações organizadas da sociedade civil. Em uma tentativa de influir na gestão do Estado, observou-se a ação das Associações de Moradores em dois palcos democráticos, lembra-se, o Conselho Municipal de Saúde e o Conselho de Segurança.

Em geral, as ações se norteiam de forma isolada e instrumental, mas isso não significa que não possuam ganhos reais. A própria organização, o estabelecimento

de pautas prioritárias, a capacidade de mobilizar moradores nas reuniões locais são ganhos incontestáveis. Mais do que isso: na medida em que associação solicita uma viatura, no CS, e é atendida, entende-se que além do Estado atender a demanda do grupo, a organização possibilita o atendimento da demanda.

No entanto, a mesma organização social não produz discursos de negação ao poder hegemônico, e sim lança uma crítica a pontos específicos da gestão. Fala-se da corrupção como um problema a ser combatido, mas não das estruturas de poder que se renovam no Brasil democrático. Entende-se o ganho que o peso da associação é capaz de produzir, mas esse entendimento não se traduz em ações comuns entre associações de moradores. Até mesmo o Conselho de Segurança sofrera uma recente tentativa de domínio antidemocrático.

Manzini-Covre (2005), ao escrever a introdução do livro “Mudança de sentido, sujeitos e cidadania” elabora uma reflexão acerca da “falência de diagnóstico”, aonde a autora traz um exemplo iluminador para esta dissertação. Relata Manzini-Covre que em 1963 houvera um estudo, coordenado por Goldthorp nos arredores de Londres, que tinha como objeto de pesquisa a postura dos operários fabris e seu grau de satisfação com suas condições de trabalho. Embora o resultado apontasse para uma suposta satisfação dos operários em relação as suas condições de trabalho, alguns meses depois começaram a emergir greves em todas as empresas que compunham a pesquisa. A autora explica tal fenômeno nos seguintes termos:

Será que os pesquisadores teriam se equivocado tanto em sua avaliação? Tomando como base os pressupostos da Sociologia Clínica, podemos deduzir que foram justamente as indagações feitas aos operários pelos pesquisadores que mobilizaram o inconsciente dos primeiros. Além disso, o contato de uns com os outros, à partir das próprias indagações da pesquisa, pode tê-los levado a se pensarem como grupo que tinham um élan a cumprir.(...) Já os operários (...) Puderam emergir como sujeitos e perceber a necessidade de lutar por seus direitos, suplantar um mal-estar difuso, não perceptível, agora expresso no âmbito coletivo (MANZINI-COVRE, 2005, p. 7)

Isso ocorre porque, na medida em que o sujeito ao ser entrevistado é convidado a produzir um discurso sobre sua realidade, de certa forma põe em questionamento as práticas naturalizadas pela inserção social. Assim, ao relatar sua participação na organização social ou apresentar para outrem uma realidade para ele entendida como natural, a reflexão sobre suas práticas pode gerar uma perturbação da ordem.

Embora esteja, no entanto, longe o entendimento de que esta dissertação é capaz de produzir uma alteração significativa na organização da sociedade civil em Itaguaí, é interessante pensar se haveria efeitos diante da retirada do lugar de conforto de resposta quase automática da fala das lideranças da sociedade civil. Explica-se: as lideranças comunitárias, sempre questionadas a falar sobre seus bairros, apresentam respostas óbvias as perguntas tradicionalmente ligadas ao seu bairro; ao redirecionar o questionamento para questões mais amplas, o enfoque da ação da liderança põe em suspenso a atividade e as possibilidades desta liderança. Isto pode ser percebido quando questionado, por exemplo, a ligação do líder local com outras associações, suas ações conjuntas ou os motivos para não organização unificada.

Diante das ações da organização da sociedade civil e tendo em perspectiva a tentativa frustrada de tomada de poder do CS, percebe-se que o exercício da democracia em uma cidade como Itaguaí é uma conquista lenta, gradativa e perigosa, podendo ser solapada pelas forças tradicionais, que são uma constante adversária da gestão cidadã da cidade.

No entanto, a organização da sociedade civil inicia uma crítica visceral à forma como a cidade é pensada, sempre em função da atração de recursos, que não se traduz em equidade social. Tudo é possível, na sociedade em constante conflito.

## REFERÊNCIA

ACSELRAD, H.; HOLLANDA, T.; BREDARIOL, C. Problemáticas socioambientais do projeto de modernização e ampliação do Porto de Sepetiba. In: SILVA, G.; COCCO, G.. (Org). **Cidades e portos: os espaços da globalização**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

ALENCAR FILHO, Francisco Rodrigues de. **As Associações de Moradores vinculadas a Famerj e a construção de uma educação para a cidadania através da politização de base: o Movimento associativo dos moradores do Rio: uma nova política está na rua**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALMEIDA, Jorge. Estado, hegemonia, luta de classes e os dez meses do governo Lula. **Crítica Social**, n. 3, dez. 2003.

AMARAL, Clarinda da Costa. O marketing das cidades. *Gestão e Desenvolvimento*, 12 (2004), 9-45. Disponível em: <[http://www4.crb.ucp.pt/biblioteca/gestaodesenv/gd12/gestaodesenvolvimento12\\_9.pdf](http://www4.crb.ucp.pt/biblioteca/gestaodesenv/gd12/gestaodesenvolvimento12_9.pdf)>

AMARAL, Rita de Kássia de Mello Peixoto. Festa à brasileira. Significados de festejar no “país de que não é sério”. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1998.

ARRUDA, Luiz Gustavo Lima. Apontamentos sobre o Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: Continuando o debate conceitual. In: Congresso Nacional de História, 28., 2013. **Anais**. [S. l.], 2013 Disponível em: <[http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1390337697\\_ARQUIVO\\_Apontamentos.pdf](http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1390337697_ARQUIVO_Apontamentos.pdf)>

AZEVEDO, Sergio de; PRATES, Antonio Augusto Pereira. **Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva**. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais, 1991. (Ciências Sociais Hoje)

BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. **Empoderamento: instrumento de emancipação social? – Uma discussão conceitual**. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/26722/17099>>. Acesso em: 02/06/2013

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social: da violência ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004.

BARRAL NETO, Jayme Freitas; SILVA NETO, Romeu e. Uma nova trajetória para a economia fluminense: inflexão positiva graças ao crescimento do Interior. In: FAURÉ, Yves A.; HASENCLEVER, Lia; SILVA NETO, Romeu. (org.). **Novos rumos para a economia fluminense: oportunidades e desafios para o crescimento do Interior**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. p. 25-48.

BRAGA, Luciana Palmeira. **O processo de individualização da produção na área do pré-sal e os potenciais problemas práticos advindos da convivência**. 2012.

Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BEZERRA JÚNIOR, Benilton. Pobreza, agressividade e consumo: três observações sobre violência no Brasil. In: MENDES, Candido et al (org). **Reflexões sobre (In)segurança e (Des) esperança**. Rio de Janeiro : Mauad X, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar do/no mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNOY, Martin. Capítulo I. In: \_\_\_\_\_. **Estado e teoria política**. Campinas: Papirus, 2011.

CARDOSO, Adauto, ARAÚJO, Flavia. Via expressa das políticas públicas no Rio de Janeiro. Reflexões acerca dos impactos do Arco Metropolitano. In: OLIVEIRA, F. et al (orgs.). **Grandes Projetos Metropolitanos**: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo**: uma discussão conceitual. Rio de Janeiro: Revista Dados, Volume 40, Numero 2. 1997.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Cidade escassa e violência urbana**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995. (Série Estudos; n. 91)

CHAUÍ, Marilena. Sobre o medo. In: NOVAES, Adauto. **Os sentidos da paixão**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

COCOOU, Giusepe. **O Porto de Sepetiba**: cenários, impactos e perspectivas : relatório global. Rio de Janeiro: s.n., 1999.

COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO (CSA). **Relatório de Impacto Ambiental do Terminal Portuário Centro Atlântico**. Rio de Janeiro: Ecologus Engenharia Consultiva, 2005.

CORDEIRO, Marisa Rodrigues; SANTOS, Rodrigo Amado dos. A importância dos eventos para o desenvolvimento do turismo regional. **Revista Científica Eletrônica de Turismo**, São Paulo, ano VIII, n. 15, jun. 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política**. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. **Gramsci**: Um Estudo Sobre o Seu Pensamento Político. São Paulo. Cortez: 1999

CRUZ, José Luiz Vianna da. **Projetos Nacionais, Elites Locais e Regionalismo. Desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense**. 2003. (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

DIAS, Reinaldo; FARIA, Edcarlos Oliveira. City Marketing: Governador Valadares? MG e a capital do voo livre. **Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo**



**Local**. v. 5, n. 12, junio/junho 2012 . Disponível em:  
<<http://www.eumed.net/rev/turedes/12/ofd.pdf>>

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ECOLOGY/BRASIL. **Relatório de impacto ambiental para as obras de construção de Terminal Marítimo, para estocagem de minério de ferro e carvão** – Empresa LLX – Porto Sudeste, município de Itaguaí. Rio de Janeiro, 2008.

ECOLUGUS ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA. **Estudo de impacto ambiental do Terminal Portuário do Atlântico CSA, Companhia Siderúrgica do Atlântico**. Rio de Janeiro, 2005.

FARIAS, Francisco Pereira de. **Do coronelismo ao clientelismo: a transição política capitalista do Noroeste do Piauí (1882-1996)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual, de Campinas, Campinas, 1999.

EGLER, Tamara Tania Cohen; TAVARES, Hermes Magalhães. (org). **Políticas públicas, rede social e território**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

FAURÉ, Yves A.; HANSENCLEVER, Lia; SILVA NETO, Romeu.(org). **Novos Rumos para a economia fluminense: oportunidades e desafios do crescimento do interior**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

FINEP/ Banco Mundial, CFCH/ UFRJ. **Porto de Sepetiba: cenários, impactos e perspectivas"**. 1997/1999). Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Garamond, 1999.

FIRJAN. **Relatório Visões de Futuro Potencialidades e Desafios da Região Baixada Fluminense Área I 15 de agosto de 2011**. - Avaliação dos Impactos Logísticos e Socioeconômicos da Implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro - Resumo Executivo -Nº 3. Julho 2008

FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999

DIAS, Robson Santos. **O Arranjo Produtivo do Setor de Petróleo e Gás Natural em Macaé: uma análise do ambiente institucional**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

FUNDREN. **Itaguaí: plano diretor**. Rio de Janeiro : FUNDREM, 1978.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, maio/ago. 2004.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro v. 16, n. 47, may/aug. 2011.

\_\_\_\_\_. A construção da cidadania coletiva no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ANPOCS, 18., 1994, Caxambu. **Anais**. Caxambu, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2013.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere, volume 2**: os intelectuais: o princípio educativo: o jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere, volume 3**: Maquiavel: Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. Socialismo e cultura. In: \_\_\_\_\_. **A Alternativa Pedagógica**. Barcelona: Fontamara, 1981.

GUEDES, Cezar Augusto Miranda; SANTANA, Jeferson Simões; VILLELA, Lamounier Erthal. Desenvolvimento territorial sustentável e desafios postos por megaempreendimentos: o caso do município de Itaguaí. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, set. 2011.

GUIMARÃES, Virgínia Totti. **O licenciamento ambiental prévio e a localização de grandes empreendimentos**: o caso da TKCSA em Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ. Tese (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2011.

HARVEY, David. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: \_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. In: Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2., 25-27 abr. 2007, Florianópolis. **Anais do...** Florianópolis, 2007

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo : WMF; Martins Fontes, 2011.

LABRA, Maria Elaine; FIGUEIREDO, Aubyn de. Associativismo, participação e cultura cívica. O potencial dos conselhos de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 3, p. 537-547, 2002.

LEAL NETO, Alexandre de Carvalho. **A Expansão do Terminal de Contêineres de Sepetiba**: uma Aplicação da Dinâmica de Sistemas e Considerações Ambientais. Rio de Janeiro, COPPE, UFRJ: 2000.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. Primeira edição em Revista Forense, 1949.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LISBOA, T. K. **Heroínas em luta na conquista de suas glórias: um estudo sobre o processo de “empoderamento” das mulheres nas comunidades de periferia de Florianópolis**. – Tese (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2000

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo : Atlas 1999.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **O manifesto comunista**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MEDEIROS, Lucineide Barro. **A Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí - FAMCC e o “Orçamento Popular de Teresina” – OPT , Revelando a Natureza de Classe do Estado e Práticas Sócio-Políticas Emergentes no Processo de Educação Política**. - Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de Sociologia do Crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MOISÉS, José Alvaro et al. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MRS Estudos Socioambientais LTDA. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para o estudo de impacto ambiental do estaleiro e base naval para a construção de submarinos convencionais e de propulsão nuclear em Itaguaí/Rio de Janeiro de responsabilidade da Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro, 2009.

MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. **Uma família no Império do Brasil: um estudo sobre economia e poder**. Dissertação IH/UFF. Niterói: UFF, 2005

MULLS, Leonardo Marco. **O desenvolvimento econômico local no Município de Itaguaí: o capital social e o papel das micro, pequenas e grandes empresas**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

NADAL, Jorge. **O Estado do Rio de Janeiro pós 1995: dinâmica econômica, rede urbana e questão social**. Rio de Janeiro: Publicati, 2005

NADER, Glauco Lopes. **O posicionamento estratégico de Macaé no desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NOGUEIRA, Gyselle Guimarães Corrêa. **Impacto da exploração do petróleo sobre a saúde da população do município de Macaé**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008

OLIVEIRA, José Godinho de Oliveira; WENER, Cláudia Maria Lima; RIBEIRO, Patrícia Tavares (org). **Políticas públicas: interações e urbanidades**. Rio de Janeiro: letras Capital, 2013.

OLIVEIRA, José Floriano de. **Reestruturação produtiva, território e poder no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

\_\_\_\_\_. Políticas territorial e integração do “novo” território do estado do Rio de Janeiro. In: EGLER, Tamara Tania Cohen; TAVARES, Hermes Magalhães. (org). **Políticas públicas, rede social e território**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

OLIVEIRA, Alberto de; RODRIGUES, Adrianno O. Industrialização na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Novos paradigmas para velhos problemas. **Semestre Económico**, v. 12, n. 24, p. 127-143, 2009.

PECHMAN, Sérgio. **A construção da solidariedade: as Associações de Moradores de Classe Média e Alta do Rio de Janeiro (1976-1982)**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1983. Dissertação.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; VEIGA, Luciana Fernandes. **Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010**. Águas de Lindóia: ANPOCS, 2011. Resumo disponível em [http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/veiga\\_perissinotto.pdf](http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/veiga_perissinotto.pdf)

POZZER, Milene Ana dos Santos. Socialização política: promoção da cidadania através das associações de moradores. In: Simpósio Sobre Estudos de Gênero e Políticas Pública, 1., 2010. **Anais do...** [ S. I.], 2010. Disponível em : <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/4.MilenePozzer.pdf>>

QUEIROZ. Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: \_\_\_\_\_. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

RODRIGUES, Silvio César Alves. **A Ilha da Madeira que vira carvão: o processo de apropriação de um território em Sepetiba**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**: Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre as ciências e as artes; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo: Abril Cultural, 1987

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

SÀNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó/SC: Argos, 2010.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Tdmann. (org). **Os planos municipais pós Estatuto da Cidade**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; SANTOS, Mauro Rego Monteiro dos. **Megaeventos e o direito à moradia**: questões e reflexões a partir do contexto do Rio de Janeiro, 2011. p. 287-307.

SANTOS, Tais Chacon. **O city marketing Natal/RN e a construção de imagem de cidade**. Natal: UFRN, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.

SEBRAE. **Ponto de partida para início de negócio**: Exploração de Areia. Disponível em: <[http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/C1B6ECA28E0F1EB803256FF10062EBAA/\\$File/NT000A6EFE.pdf](http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/C1B6ECA28E0F1EB803256FF10062EBAA/$File/NT000A6EFE.pdf)>

SILVA Júnior. **Práticas e conflitos grupais no Bairro Jardim Guanabara**. Dissertação. (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

SIMÕES, Renato. Teoria e Debate 86. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/TD86-renatosimoes.pdf>>

SOUZA, Alessa Cristina p. de. Medos corriqueiros e sociabilidade em Cruz das Armas. In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.). **Medos corriqueiros e sociabilidade**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2005.

VAINER, C.; OLIVEIRA, F. L.; NOVAIS, P. Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos. In: \_\_\_\_\_. **Grandes Projetos Metropolitanos**: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. 2012. p.11-24

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. A. **Cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

VELOSO, Giovana. **A força da tradição**: clientelismo uma instituição político brasileira. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). – Universidade de Brasília, Brasília: 2006.

ZOBOROWSKI, Marina Barbosa. **Conflitos ambientais na Bacia de Sepetiba**: o caso dos pescadores atingidos pelo processo de implantação do complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA). Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia, UFRJ; 2008.

## **ANEXO A - Roteiro de Entrevista**

- 1) Você poderia me falar da sua trajetória pessoal? É natural de Itaguaí?
- 2) Poderia me contar sobre seu trabalho na AM? Como começou sua atuação?
- 3) Participou ou participa de algum conselho municipal?
- 4) A comunidade tem um representante, ou vários representantes?
- 5) Como é que se dá o relacionamento entre os membros da associação?
- 6) Quais são as atividades realizadas pela AM? Poderia lista algumas ações nos últimos anos?
- 7) Quem fundou a AM?
- 8) A sociedade participa ativamente da AM? Por quê?
- 9) Poderia me falar sua opinião a respeito da política municipal?